



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 096 – SÁBADO, 05 DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</p> <p>Líder Efraim Morais PFL-PB</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p>Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Péres PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE JULHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 139, de 2003 (nº 301/2003, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Câmara nº 11, de 2003 (nº 2.681/96, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, sancionado e transformado na Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003..... 17146

1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.537/2003, de 30 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2002 (nº 7.131/2002, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública. (Projeto enviado à sanção em 30-6-2003)..... 17146

1.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2003 – Complementar (nº 58/2003 – Complementar, na Casa de origem), que institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas. 17146

1.2.4 – Parecer

Nº 720, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 10.408, de 2002, para implantar o registro digital do voto. . 17148

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 29/2003, de 25 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, em reunião realizada naquela data. ... 17154

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, seja apreciado pelo Plenário..... 17154

1.2.7 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 19, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$54.028.297,00, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. 17154

1.2.8 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuações)

Nº 33, de 2003 – CN (nº 950/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 130, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal do 2º quadrimestre de 2002 relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. 17165

Nº 34, de 2003-CN (nº 1.132/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 727, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, referente à auditoria realizada na construção da adutora do Italuís, no Estado do Maranhão (TC nº 004.920/2001-9). 17165

Nº 35, de 2003 – CN (nº 1.286/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 751, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada junto ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica da Adutora do Oeste, no Estado de Pernambuco (TC nº 008.072/2003-0). 17165

Nº 36, de 2003 – CN (nº 1.287/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 752, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras

de construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ) (TC nº 004.417/2003-2).	17165	Comitê de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas, em El Salvador.	17196
Nº 37, de 2003 – CN (nº 1.294/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 753, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada nas obras de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG referente à Linha 1 do metrô, trecho São Gabriel – Via Norte (TC nº 004.630/2003-5).	17165	SENADOR VALDIR RAUPP – Importância do Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios _ PRODEEM.	17197
Nº 38, de 2003-CN (nº 1.302/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 762, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves (TC nº 006.378/2002-3).	17168	1.2.10 – Leitura de requerimento Nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna.	17201
Nº 39, de 2003 – CN (nº 1.320/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 757, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas à Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso/Diamantino/Sapezal/Comodoro (TC nº 006.530/2003-9).	17168	1.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação) SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Atuação das Organizações não Governamentais no Brasil.	17202
1.2.9– Discursos do Expediente SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Transcrição de artigos veiculados na imprensa a respeito da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o crescimento de invasões de terras no País.	17168	O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Associação às manifestações em defesa da cidadã nigeriana condenada à morte.	17206
SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Consolidação da política social e econômica do governo federal. Relações do governo com o MST.	17168	SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Manifestação de solidariedade do PMDB no sentido de pedir a absolvição da nigeriana e muçulmana Amina Lawal, condenada à morte naquele país. Apresentação de proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para diminuir as taxas de juros no Brasil.	17206
SENADOR MÃO SANTA – Desemprego no Brasil.	17192	SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários sobre o seminário “Carvão Mineral o Combustível do Século XXI”.	17208
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Defesa da exclusão da cobrança do ISS sobre as produções cinematográficas e direitos autorais. Apelo ao Presidente Lula para que faça um pedido de clemência em favor da cidadã nigeriana condenada à morte por ter tido um filho sem ter contraído matrimônio.	17195	SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Carlos Sant'Anna. Apelo pela continuação das obras do Metrô de Salvador/BA.	17214
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Participação de S. Exª na 14ª reunião do		SENADOR AMIR LANDO – Análise do modelo fundiário brasileiro.	17215
		SENADOR PAULO PAIM – Uso do bonê do MST pelo Presidente da República. Importância do programa Primeiro Emprego. Solidariedade à nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento por um tribunal religioso da Nigéria.	17218
		SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Associação às manifestações de solidariedade à nigeriana Amina Lawal.	17226
		1.2.12– Discurso encaminhado à publicação SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da construção de uma rodovia que ligará o município de Envira/AM à cidade de Feijó, no Estado do Acre.	17226
		1.3 – ENCERRAMENTO 2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 75, de 2003.,	17227
		3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 4.195 a 4.203, de 2003.	17228

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL

Ata da 4ª Sessão Não-Deliberativa em 4 de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 139, de 2003 (nº 301/2003, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Câmara nº 11, de 2003 (nº 2.681/96, na Casa de Origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nºs 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei 2.848, de 1949, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei 3.689, de 3 de 1941 – Código de Processo Penal, sancionado e transformado na Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003.

OFÍCIO

DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.537/2003, de 30 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2002 (Nº 7.131/2002, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 30-6-2003)

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Nº 58/2003-Complementar, na Casa de origem)

Institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras ficam obrigadas a comunicar ao Banco Central do Brasil a listagem nominal de sua clientela, para a formação do Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas.

§ 1º A comunicação deverá conter o nome completo da pessoa física ou jurídica titular e procuradores, o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e a data de abertura da conta, e de encerramento, se já encerrada.

§ 2º O Banco Central do Brasil deverá editar circular, no prazo de noventa dias da publicação desta lei, estabelecendo os procedimentos operacionais para a constituição e manutenção do cadastro instituído por esta lei, inclusive a forma e periodicidade das comunicações, integrando-o, no que couber, com as demais obrigações de informação já existentes, por parte das instituições financeiras.

§ 3º O descumprimento das determinações desta lei sujeitará a instituição financeira às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ORIGINAL Nº 58, DE 2003

Institui o Cadastro Nacional de Contas no Banco Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Instituições Financeiras ficam obrigadas a comunicar ao Banco Central do Brasil a listagem nominal de sua clientela.

Parágrafo Único – No relatório comunicativo ao Banco Central constará do nome completo e data de abertura e/ou fechamento da respectiva conta.

Art. 2º Deve ser comunicado ao Banco Central do Brasil o cadastro geral de correntistas-clientes de qualquer natureza.

Parágrafo único. O prazo para a informação de alteração de clientes será de quarenta e oito horas a partir da inclusão como cliente novo ou modificação de conta.

Art. 4º As penalidades no não cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei são de multas expressas em real ou moeda brasileira em vigor equivalente.

§ 1º Fica estabelecido uma multa de R\$ 200.000,00 a ser paga pela instituição quando não cumprir as normas estabelecidas nesta lei.

§ 2º Na reincidência do fato, a instituição pagará uma multa de R\$ 600.000,00, podendo perder seus direitos de funcionamento se persistir o descumprimento do estabelecido.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A unificação do cadastro geral de correntista de cada instituição financeira no Banco Central do Brasil, facilitará uma ação investigatória judicial de qualquer natureza, num prazo bem mais curto do que nos tempos atuais.

O sigilo e a privacidade da pessoa física e jurídica será preservado, uma vez que só será comunicado ao Banco Central, o nome do cliente e as datas de abertura e/ou fechamento da conta movimentada.

Sala das Sessões, 8 de agosto 2003. – **Robson Tuma**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....
O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I – Advertência.
- II – Multa pecuniária variável.
- III – Suspensão do exercício de cargos.

IV – Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V – Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI – Detenção, nos termos do § 7º, deste artigo.

VII – Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando dá reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao

Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização sujeito à pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.)

Uma vez que o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2003 – complementar não faz parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, a matéria será despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, onde iniciará sua tramitação no dia 1º de agosto vindouro.

PARECER Nº 720, DE 2003

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azevedo, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, e a Lei nº 10.408, de 2002, para implantar o registro digital do voto.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

A Lei nº 9.504, de 1997, que regula as eleições, trata, no Título “Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos” (arts. 59 a 62), bem como no art. 66, pertencente ao Título “Da Fiscalização das Eleições”, do uso da tecnologia informática nos processos eleitorais em nosso país. A Lei nº 10.408, de 2002, alterou a regulação mencionada acima no sentido de determinar a obrigatoriedade do registro impresso do voto. Para torná-lo exequível e condizente com outras exigências legais, a Lei nº 10.408 fixou ainda uma série de comandos ancilares àquela determinação principal.

O “voto impresso”, como veio a ser conhecido o instituto criado pela Lei nº 10.408, de 2002, muito embora tenha sua finalidade amplamente reconhecida como legítima, gerou problemas e, previsivelmente, continuará a gerá-los, ao ver do autor do projeto de lei em tela. Os problemas, bastante significativos, por sinal, são, em síntese, os seguintes: os custos da implantação nacional do voto impresso são muito altos (montando a cerca de seiscentos milhões de reais, na avaliação do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral); a natureza mecânica do processo de impressão ocasiona grande número de falhas, impedindo assim o transcurso fluente dos trabalhos das Seções Eleitorais; o desconhecimento, por parte de eleitores e de mesários, do novo mecanismo, também veio a dificultar os trabalhos de votação. Esses problemas, como veio a ser do conhecimento público, ocorreram em praticamente todos os locais onde foram testadas as umas eletrônicas que já dispunham de equipamento (impressora) para o registro mecânico do voto.

A tecnologia de “chaves assimétricas” (ou “Infra-estrutura de Chaves Públicas”) é apresentada, pelo autor do projeto de lei em exame, como solução melhor em todos os aspectos: permite o mesmo controle almejado pelo voto impresso, com o conseqüente ganho em legitimidade do processo; e muito mais barata; não demanda treinamento, nem de eleitores, nem de mesários; e, por fim, permite que se conheça melhor a manifestação do eleitorado, ao mesmo tempo em que preserva o sigilo da manifestação do eleitor.

O projeto de lei também suprime o art. 61-A da Lei nº 9.504, de 1997, acrescido a esta pela Lei nº 10.408, de 2002. O art. 61-A, que determina a sustação da divulgação de resultados até que se tenha procedido às verificações ensejadas pelo voto impresso, perde a razão de ser com a pretendida volta da Justiça Eleitoral à trilha da tecnologia de ponta.

Outrossim, quanto à alteração proposta para o art. 66, trata-se da transparência dos instrumentos de

votação eletrônica. A Lei nº 9.504, de 1997 (com as alterações trazidas pela Lei nº 10.408, de 2002), regulou de modo inadequado, segundo veio a mostrar a experiência, o acesso dos atores políticos aos elementos sigilosos da tecnologia informática para as eleições. A natureza desta tecnologia exige que se acompanhe o desenvolvimento, e não apenas o produto final, para que se a conheça de modo adequado à finalidade de fiscalização. Assim, em não se tendo acesso ao desenvolvimento dos programas, o prazo de análise do produto final, tal como previsto pela forma atual do art. 66 da Lei nº 9.504, de 1997, tem parecido, aos agentes políticos e partidários interessados, irremediavelmente exíguo, o que tem gerado conflitos e desgastes entre tais agentes e a Justiça Eleitoral. Estes conflitos e desgastes, tomados públicos, podem vir a macular a legitimidade dos processos eleitorais.

As propostas apresentadas destinam-se a sanar os dois problemas relatados, a saber, as dificuldades com o registro impresso do voto e com as condições adequadas para a fiscalização dos processos eleitorais realizados com forte apoio na tecnologia da informática.

II – Análise

O registro digital do voto parece-me substituir, com vantagens em todos os campos, o registro impresso do mesmo. Comparado com este último, o registro digital é impressionantemente mais barato, menos trabalhoso quanto ao treinamento, mais seguro contra fraudes e problemas técnicos, evita a perda de fluência e ocorrência de tumultos nas Seções Eleitorais e ainda permite que se conheça melhor, em termos científicos, o processo eleitoral. Isso implica somar um ganho qualitativo àqueles quantitativos, mencionados no início deste parágrafo.

A supressão do art. 61-A é decorrência lógica da vigência dos novos termos do art. 59 da Lei nº 9.504, de 1997. Como se pode depreender daqueles termos, toma-se desnecessária a conferência dos votos impressos e, portanto, resta sem sentido o retardo previsto no art. 61-A.

Quanto às alterações do art. 66, seu mérito é o de adequar a lei à natureza da realidade que ela procura regular. Assim sendo, a idéia central do novo § 1º é bastante pertinente: conhecer, para fins de fiscalização, um programa de computador, demanda, em praticamente todos os casos, que se tenha conhecimento do processo de desenvolvimento do mesmo. Tal processo ocorre em etapas, que são como sedimentos; a aposição de um novo sedimento encobre, total ou parcialmente, o sedimento inferior. Assim, para um conhecimento do programa que não se limite à sua

“superfície”, ou ao “sedimento superior”, e imprescindível o acompanhamento do processo de desenvolvimento do mesmo, em todas as suas etapas. E é isso que determinam os termos propostos para o § 1º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 2002.

O novo § 2º (que, na emenda de redação sugerida ao final deste relatório, transforma-se em § 3º), proposto para o mesmo artigo da mesma lei, não é senão uma aplicação, em casos imprevistos, do princípio da transparência estabelecido pela proposta de novo § 1º, conforme vimos acima.

Outrossim, observe-se que a matéria proposta não fere a Constituição Federal ou qualquer princípio de direito, apresentando pois os necessários atributos de constitucionalidade e de juridicidade.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ci aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, nos termos da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se aos arts 1º e 2º do PLS nº 172, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º O art 59 e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59

§ 4º A uma eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e identificação da urna eletrônica de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (NR)”

“Art. 66

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público, até seis meses antes das eleições.

§ 2º Uma vez concluídos os programas a que se refere o parágrafo anterior, serão eles apresentados, para análise, aos representantes credenciados dos partidos e coligações, até vinte dias antes das eleições, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, na forma de programas-fonte e de programas executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral. Após a apresentação e conferência, serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da data da apresentação referida no parágrafo anterior, o partido e a coligação poderão apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo a necessidade de qualquer alteração nos programas, após a apresentação de que trata o parágrafo anterior, dar-se-á conhecimento do fato aos representantes dos partidos políticos e das coligações, para que sejam novamente analisados e lacrados.

.....(NR)''

Art. 2º Ficam revogados os arts. 61-A, da Lei nº 9.504, de 1997, e 40, da Lei nº 10.408, de 2002.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003, – Presidente: (ilegível) – Relator: **Demóstenes Torres** – **Serys Slhessarenko** – **Aloízio Mercadante** – **Tião Viana** – **Antônio Carlos Valadares** – **Marcelo Crivella** – **Garibaldi Alves Filho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaleo Paes** – **César Borges** – **Arthur Virgílio** – **Tasso Jereissati** – **Antero Paes de Barros** – **João Capiberibe** – **Sérgio Cabral** – **Almeida Lima**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 172, DE 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
ALOÍZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JÚLIA CAREPA				
TIÃO VIANA	X				3 - SIBA MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				4 - DUCIMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					1 - ROMERO JUCA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - RAMEZ TEBET				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
PAPALEO PAES	X				5 - IRIS DE ARAÚJO				
PEDRO SIMON					6 - SÉRGIO CABRAL	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES					1 - PAULO OCTÁVIO				
CÉSAR BORGES	X				2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE DORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - RENILDO SANTANA				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURINHO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTHUR VIRGÍLIO	X				1 - (VAGO)				
TASSO JEREISSATI	X				2 - TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS	X				3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MOTTA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 01 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 21

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 06 / 2003

Senador EDISON LOBÃO
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)
D:\CC-17003\Votacao nominal doc (atualizado em 10/06/2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda nº 1-CCJ ao
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 172, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JÚLIA CAREPA				
TIÃO VIANA	X				3 - SIBÁ MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					1 - ROMERO JUCA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSE MARANHÃO					3 - RAMEZ TEBET				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
PAPALÉO PAES	X				5 - IRIS DE ARAÚJO				
PEDRO SIMON					6 - SÉRGIO CABRAL	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES					1 - PAULO OCTÁVIO				
CÉSAR BORGES	X				2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - RENILDO SANTANA				
JOSE JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTHUR VIRGÍLIO	X				1 - (VAGO)				
TASSO JEREISSATI	X				2 - TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS	X				3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - ALMEIDA LIMA		X		
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MOTTA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 01 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/06/2003

Senador EDISON LOBÃO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)
U:\CCJ\2003\Votacao nominal.doc (atualizado em 10/06/2003)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172,
DE 2003, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

“Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002 para implantar o registro digital do voto.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59

§ 4º A uma eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da uma em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e identificação da uma eletrônica de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (NR)”

“Art. 66.

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público, até seis meses antes das eleições.

§ 2º Uma vez concluídos os programas a que se refere o parágrafo anterior, serão eles apresentados, para análise, aos repre-

sentantes credenciados dos partidos e coligações, até vinte dias antes das eleições, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, na forma de programas-fonte e de programas executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral. Após a apresentação e conferência, serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da data da apresentação referida no parágrafo anterior, o partido e a coligação poderão apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo a necessidade de qualquer alteração nos programas, após a apresentação de que trata o parágrafo anterior, dar-se-á conhecimento do fato aos representantes dos partidos políticos e das coligações, para que sejam novamente analisados e lacrados.

.....(NR)”

Art. 2º Ficam revogados os arts. 61-A, da Lei nº 9.504, de 1997, e 40, da Lei nº 10.408, de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4 de 1993.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.504. DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

.....
Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos

Art. 59. A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do

cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

§ 4º A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 5º Se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Caso reitere a discordância entre os dados da tela da urna eletrônica e o voto impresso, seu voto será colhido em separado e apurado na forma que for regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, observado, no que couber, o disposto no art. 8º desta Lei. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 6º Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por Município, que deverão ter seus votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 7º A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos

votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 60. No sistema eletrônico de votação considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.

Art 61. A urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e inviolabilidade, garantida

aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

Art. 61A. Os tribunais eleitorais somente proclamarão o resultado das eleições depois de procedida a conferência a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 59. (Artigo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 62. Nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação, não se aplicando a ressalva a que se refere o art. 148, § 1º, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral disciplinará a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.

Art. 66. Os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições e o processamento eletrônico da totalização dos resultados. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por si ou sob encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração, serão apresentados para análise dos partidos e coligações, na forma de programas-fonte e programas-executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 2º A compilação dos programas das urnas eletrônicas, referidos no § 1º, será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações, após o que serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da sessão referida no § 2º, o partido ou coligação poderá apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 4º Havendo necessidade de modificação dos programas, a sessão referida no § 32 realizar-se-á, novamente, para este efeito. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 5º A carga ou preparação das urnas eletrônicas será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações para a assistirem e procederem aos atos de fiscalização, inclusive para verificarem se os programas carregados nas urnas são idênticos aos que foram lacrados na sessão referida no § 2º deste artigo, após o que as urnas serão lacradas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 6º No dia da eleição, será realizada, por amostragem, auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, através de votação paralela, na presença dos fiscais dos partidos e coligações, nos moldes fixados em resolução do Tribunal Superior Eleitoral. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 7º Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão, previamente, os programas de computador e os mesmos dados aumentadores do sistema oficial de apuração e totalização. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 67. Os órgãos encarregados do processamento eletrônico de dados são obrigados a fornecer aos partidos ou coligações, no momento da entrega ao Juiz Encarregado, cópias dos dados do processamento parcial de cada dia, contidos em meio magnético.

LEI Nº 10.408, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral definirá as regras de implantação progressiva do sistema de impressão do voto, inclusive para as eleições de 2002, obedecidas suas possibilidades orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que passo a ler.

É lido o seguinte

Ofício nº 29/03–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de junho de 2003.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002 para implantar o registro digital do voto.”

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2003-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$54.028.297,00, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 54.028.297,00 (cinquenta e quatro milhões, vinte e oito mil, duzentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 12 decorrerão de:

UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - AGU

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO									2.300.000
		ATIVIDADES							
03 062	0580 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.376.081
03 062	0580 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.376.081
			F	4	2	90	0	100	1.152.572
03 092	0580 2672	CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO AO PODER EXECUTIVO							223.509
03 092	0580 2672 0001	CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO AO PODER EXECUTIVO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	179.000
			F	4	2	90	0	100	179.000
03 092	0580 2673	CORREICOES NOS ORGAOS JURIDICOS DA AGU E VINCULADOS							75.500
03 092	0580 2673 0001	CORREICOES NOS ORGAOS JURIDICOS DA AGU E VINCULADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	75.500
			F	4	2	90	0	100	75.500
03 092	0580 2674	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO							669.419
03 092	0580 2674 0001	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	669.419
			F	3	2	50	0	100	103.500
			F	3	2	90	0	100	565.919
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									4.000.000
		ATIVIDADES							
03 301	0791 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							1.422.000
03 301	0791 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.422.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)2796							1.422.000
03 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							847.000
03 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	847.000
		CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE)1520							847.000
03 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							656.000
03 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	656.000
									656.000
03 306	0791 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.075.000
03 306	0791 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	1.075.000
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)2512							1.075.000
TOTAL - FISCAL									4.878.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.422.000
TOTAL - GERAL									6.300.000

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									59.000
20 212	0681 0291	OPERACOES ESPECIAIS							59.000
20 212	0681 0291 0001	CONTRIBUICAO AO SERVICO DE INFORMACAO DE CORRENTES PARA A PRODUCAO PESQUEIRA NA AMERICA LATINA E CARIBE - INFOPESCA/FAO							59.000
		CONTRIBUICAO AO SERVICO DE INFORMACAO DE CORRENTES PARA A PRODUCAO PESQUEIRA NA AMERICA LATINA E CARIBE - INFOPESCA/FAO - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	59.000
TOTAL - FISCAL									59.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.000

UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0641 INTELIGENCIA NACIONAL									280.000
		ATIVIDADES							
05 183	0641 2671	OPERACIONALIZACAO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES E TRANSMISSAO DE DADOS							280.000
05 183	0641 2671 0001	OPERACIONALIZACAO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES E TRANSMISSAO DE DADOS - NACIONAL							280.000
			F	3	2	90	0	100	280.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

UNIDADE : 20121 - SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0152 REINSERCAO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI									2.460.000
		PROJETOS							
14 422	0152 1722	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI							1.300.000
14 422	0152 1722 0001	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - NACIONAL	S	4	2	30	0	100	1.000.000
14 422	0152 1722 0291	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - EM REGIOES METROPOLITANAS - PNSP (PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA)	S	4	2	99	0	100	600.000 400.000 300.000
14 421	0152 1782	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NAO PRIVATIVAS DE LIBERDADE	S	4	2	30	0	100	300.000
14 421	0152 1782 0001	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NAO PRIVATIVAS DE LIBERDADE - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.000.000
14 422	0152 1829	MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE JUSTICA, SEGURANCA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	S	4	2	99	0	100	160.000
14 422	0152 1829 0001	MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE JUSTICA, SEGURANCA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - NACIONAL	S	4	2	99	0	100	160.000
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE									1.192.000
		ATIVIDADES							
14 422	0153 2717	MANUTENCAO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE							1.192.000
14 422	0153 2717 0001	MANUTENCAO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.192.000
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS									160.000
		PROJETOS							
14 128	0154 3811	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE PROFISSIONAIS E LIDERANCAS COMUNITARIAS EM DIREITOS HUMANOS							160.000
14 128	0154 3811 0001	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE PROFISSIONAIS E LIDERANCAS COMUNITARIAS EM DIREITOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	160.000
0668 PAZ NAS ESCOLAS									1.000.000
		ATIVIDADES							
06 243	0668 4272	APOIO A IMPLANTACAO E EXECUCAO DE PROJETOS POR INSTITUICOES NAO-GOVERNAMENTAIS QUE DESENVOLVAM ACOES COMPLEMENTARES DE COMBATE A VIOLENCIA NAS ESCOLAS							1.000.000
06 243	0668 4272 0001	APOIO A IMPLANTACAO E EXECUCAO DE PROJETOS POR INSTITUICOES NAO-GOVERNAMENTAIS QUE DESENVOLVAM ACOES COMPLEMENTARES DE COMBATE A VIOLENCIA NAS ESCOLAS - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.160.000
TOTAL - SEGURIDADE									3.652.000
TOTAL - GERAL									4.812.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0156 COMBATE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER									2.699.697
		ATIVIDADES							
14 422	0156 2053	APOIO A IMPLANTACAO DE ACOES E PROGRAMAS INTERSETORIAIS PARA MULHERES							1.500.000
14 422	0156 2053 0002	APOIO A IMPLANTACAO DE ACOES E PROGRAMAS INTERSETORIAIS PARA MULHERES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.500.000
14 422	0156 2056	GERENCIAMENTO DE PROJETOS DESTINADOS AS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES							1.199.697
14 422	0156 2056 0002	GERENCIAMENTO DE PROJETOS DESTINADOS AS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.199.697
TOTAL - FISCAL									2.699.697
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.699.697

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA									1.209.000
		PROJETOS							
20 602	0370 5520	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA							59.000
20 602	0370 5520 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	59.000
20 602	0370 7481	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA							1.150.000
20 602	0370 7481 0014	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE ATRACADOURO PARA BARCOS DE PESCADORES ARTESANAIS - BIGUACU - SC (PRAIA JOAO ROSA)	F	4	2	40	0	100	150.000
20 602	0370 7481 0016	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE ATRACADOURO PARA BARCOS DE PESCADORES ARTESANAIS - FLORIANOPOLIS - SC (BAIRRO DO ABRAAO)	F	4	2	40	0	100	50.000
20 602	0370 7481 0018	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - APOIO A MARICULTURA - ANGRA DOS REIS - RJ	F	4	2	40	0	100	50.000
20 602	0370 7481 0020	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - MANCIO LIMA - AC	F	4	2	40	0	100	100.000

2.989.000

UNIDADE : 20224 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									37.340.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							37.340.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	37.340.000
TOTAL - FISCAL									37.340.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.340.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.**SEÇÃO IV****Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, nas primeiras quinzenas de maio e outubro.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, III, desta lei.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias que tenham por fonte recursos de origem financeira deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 4.591,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003**Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

Art. 8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto no 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**ANEXO X
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS
FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS – 2003**

R\$ Bilhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO	JAN-DEZ
1. Receita Total	186,8	281,8
1.11 Administrada pela SRF	162,8	247,1
1.2 Receitas Não Administradas	22,8	33,0
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
2. Transf. a Est. e Munic.	39,7	58,1
2.1 FPE/FPM/IFI Est. Exp.	31,4	46,2
2.2 Demais	8,2	11,9
3. Receita Líquida (I-II)	147,1	223,6
4. Despesas	102,8	158,4
4.1 Pessoal	50,8	78,5
4.2 Outras Correntes e de Capital	52,0	79,9
4.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
4.4 Não Discricionárias	16,2	26,8
4.5 Discricionárias – LEJU + MPU	1,8	2,7
4.6 Discricionárias – Poder Executivo	33,0	48,7
5. Resultado do Tesouro	44,3	65,2
6. Resultado da Previdência	-13,4	-25,7
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	49,5	81,5
6.2 Benefícios da Previdência	62,9	107,2
7. Discrepância Estatística	-0,4	-0,4
8. Resultado Primário do OF e do OSS (5+6+7)	30,5	39,1
9. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	5,3	11,2
10. Resultado Primário do Governo Federal (8-9)	35,9	50,3

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

**TÍTULO V
Dos Créditos Adicionais**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalizações)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 9/7	– Publicação e distribuição de avulsos;
Até 17/7	– Prazo final para apresentação de emendas;
Até 22/7	– Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 1º/8	– Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes Avisos Tribunal de Contas da União:

– **Aviso nº 33, de 2003-CN** (nº 950-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 130, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal do 2º quadrimestre de 2002 relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

– **Aviso nº 34, de 2003-CN** (nº 1.132-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 727, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, referente à auditoria realizada na construção da adutora do Italuís, no Estado do Maranhão (TC nº 004.920/2001-9);

– **Aviso nº 35, de 2003-CN** (nº 1.286-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 751, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada junto ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS nas obras de construção e recuperação de infraestrutura hídrica da Adutora do Oeste, no estado de Pernambuco (TC nº 008.072/2003-0);

– **Aviso nº 36, de 2003-CN** (nº 1.287-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 752, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ) (TC nº 004.417/2003-2);

– **Aviso nº 37, de 2003-CN** (nº 1.294-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 753, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada nas obras de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG, referente à Linha 1 do metrô, trecho São Gabriel – Via Norte (TC nº 004.630/2003-5);

– **Aviso nº 38, de 2003-CN** (nº 1.302-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 762, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves (TC nº 006.378/2002-3); e

– **Aviso nº 39, de 2003-CN** (nº 1.320-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 757, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas à Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso/Diamantino/Sapezal/Comodoro (TC nº 006.530/2003-9).

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou tomando conhecimento da decisão louvável do Líder Tião Viana de convocar os Senadores, porque a presença é necessária e decorosa nessa fase de convocação extraordinária, como também o é ao longo do exercício legislativo todo.

Talvez seja uma hora boa para discutirmos o Regimento, o qual estabelece que um vigésimo dos Senadores abre a sessão. Uma interpretação benevolente contra o trabalho diz que são necessários quatro Senadores, três no plenário e um na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – São necessários quatro Senadores no plenário e um na Mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Uma interpretação a favor do trabalho significaria o Presidente e quatro Senadores no plenário, ou seja, arredondaríamos o número para cima, para cinco, a fim de exigirmos mais presença, ao invés de menos.

É despiendo, é inútil discutirmos isso e não pretendo levantar a sessão, pois aqui estamos, os Senadores Capiberibe, Tião Viana, Mão Santa, V. Ex^a e eu próprio. No entanto, deveríamos jurisprudenciar para que não se abrisse a sessão com quatro Senadores, mas com cinco, porque quatro ponto alguma coisa levam a esse valor, já que não se pode esquartejar Senador. Assim, faríamos o arredondamento a favor do trabalho, ou seja, mais Senadores presentes nos obrigariam a respeitar cada vez mais a imagem que esta Casa deve ter perante as pessoas lá fora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Arthur Virgílio, a Mesa entende o seu apelo a toda a Casa, mas a tradição do Senado é iniciar a sessão com, no mínimo, quatro Senadores no plenário.

Não faço contradição ao apelo de V. Ex^a para que mais Senadores estejam na Casa e que o arredondamento sempre deva ser para mais, pois entendo que esse é mais um chamamento aos Senadores para que estejam aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente, e firmar que o arredondamento é para cima e não para baixo por ser a favor do trabalho, do decoro e do prestígio da nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com certeza. Sempre foi e o será. A sua recomendação sempre é bem vinda.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do mesmo modo que o Senador Arthur Virgílio, quero testemunhar que a Mesa, dentro de suas responsabilidades e atribuições, tem sido uma presença permanente nas dependências do Senado Federal, em todas as atividades da Casa. V. Ex^a, o Presidente Sarney ou os membros da Mesa do Senado estão sempre presentes nos momentos importantes da Casa e têm mostrado preocupação com o bom andamento das atividades parlamentares.

Fomos convocados pelo Presidente da República, com a anuência dos Presidentes do Senado e da Câmara, para o período de convocação extraordinária no mês de julho. Nos primeiros quatro dias de funcionamento do Senado, houve uma sessão deliberativa. Sei que existe um momento preparatório da agenda deliberativa, conforme acordo do Governo e do

Parlamento, para colocarmos em pauta matérias relevantes. Assumimos o compromisso formal com a reforma do Judiciário, e a Câmara, com as reformas tributária e da Previdência.

Sr. Presidente, a sociedade pode acompanhar em tempo real as atividades do Senado Federal e sei que V. Ex^a se preocupa com esse assunto, pois já apresentou uma emenda, como Senador da República, tentando acabar com o recesso do mês de julho. Em 1997, o Senador Jader Barbalho apresentou matéria semelhante, que foi arquivada.

Chegou a hora de darmos uma resposta que signifique o que somos. Eu sou daqueles que acham que os Parlamentares trabalham muito. Todos os Senadores trabalham muito. Eu, pelo menos, trabalho no mínimo dez horas por dia nesta Casa. Nos finais de semana, quando vou ao meu Estado, estou em atividade de trabalho, assim como no mês de recesso.

Não quero denegrir a imagem de nenhum Parlamentar, mas o exemplo da presença em plenário, no mês de julho, é uma resposta à expectativa da sociedade de que venhamos, nesta Legislatura, nesta geração de políticos, a consolidar uma imagem positiva do Parlamento brasileiro.

Faço esta tentativa de contribuir com a Mesa, para que se possa chamar a atenção de todos os Senadores, a fim de que estejam presentes durante o período de convocação. Como Líder de um Bloco, já enviei manifestação a cada Senador pedindo atenção para essa prerrogativa e essa responsabilidade.

Esta não é uma crítica à Mesa, apenas uma contribuição, para que não sejamos alvo de uma decepção a mais da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Líder Tião Viana, esta Presidência entende que V. Ex^a está fazendo um chamamento a todos os Líderes para que também façam um chamamento aos seus comandados, para que eles estejam aqui de segunda a sexta-feira, como nós, normalmente.

A Mesa ainda informa que houve sessões não deliberativas nesta semana porque as matérias em pauta, conforme orientação do Presidente da República, estão ainda nas comissões.

Temos que manter sessões no plenário e também fazemos um apelo para que as comissões agilizem o seu procedimento e coloquem as matérias em plenário.

A Presidência e a Mesa entendem que V. Ex^a está fazendo um chamamento a todos os Senado-

res para que estejam aqui de segunda a sexta, de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Antes, porém, passo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio, por cinco minutos, para uma comunicação, como Líder, de interesse partidário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é a **Mídia Impressa**, o boletim, distribuído a Senadores e Deputados, condensando as principais notícias daqueles que a Radiobrás considera os principais jornais do País.

Apresentei requerimento, ao lado de mais trinta e três Srs. Senadores, constituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará a tensão no campo e, portanto, a ação – que, para mim, resvala para o criminoso – do chamado movimento dos sem-terra.

Discutiu-se se isso seria necessário ou não, critiquei bastante o que me pareceu uma permissividade contra o próprio Governo do Presidente Lula, com aquela simbologia, que considereei infeliz, do boné e trago já não mais a minha opinião, mas a dos jornais que a Radiobrás, como notei, situa como os principais do País.

Primeira página do jornal **O Globo**: “Governo agora ameaça força para pacificar o campo”, ou seja, acordou, já não é mais o bonezinho, é defender a lei e, por isso, louvo o Governo.

Editorial do jornal **O Globo**: “Desserviço”. Diz a matéria: “Ao curvar-se ao MST (não sou eu quem diz isso) Lula trabalhou contra o Governo.”

Primeira página da **Folha de S. Paulo** e segunda notícia mais importante: “PM reintegra a posse de área invadida há sete anos em Pernambuco.”

Em seguida: “Produtores reagirão a invasores, diz ruralista.”

Sr. Presidente, peço a inscrição de tudo isso nos Anais.

Há várias frases. Na **Folha de S. Paulo**: “Só Deus pára a reforma agrária, afirma o dirigente dos sem-terra”, quando ela já é feita há muito tempo, neste País, e tenho certeza de que o Presidente Lula quer lhe dar continuidade. Esse messianismo é o que aduba o comportamento ilegal, a menos que haja também financiamento dos que tenham interesse na atividade ilegal do MST, para paralisar os resultados da economia brasileira, a mal – não a bem – do próprio Governo Lula, que precisa de saldo de balança comercial para tocar os seus projetos econômicos.

Já o **Jornal do Brasil** traz, na primeira página: “Governo tem terras para assentar 400 mil famílias”. Subtítulo: “Senado aprova CPI para investigar MST com apoio de parlamentares da Base governista”.

Se há terras, creio que temos que acelerar os trabalhos, porque, segundo o próprio **Jornal do Brasil**, no seu editorial “Olho do furacão”, temos um quadro que não permite mais delongas.

O jornal **O Estado de S. Paulo** não traz como principal manchete a deflação em São Paulo, que nos permite exigir mais e mais a redução dos juros básicos da economia. Desta vez, a principal manchete é: “CPI do Senado vai investigar MST”.

Outras manchetes: “O Ministro da Justiça diz que será punido quem infringir a lei”; e “O Governo reage à repercussão do uso de boné do MST por Lula”. O Governo não pode reagir. As manifestações são legítimas, democráticas, da sociedade.

Ainda em **O Estado de S. Paulo**, João Mellão Neto diz, em sua coluna “Por causa de um boné”: “O Presidente afronta toda a população pacífica e cumpridora das leis neste País”. E Alckmin: “O boné que devemos vestir é o do Brasil”. Nessa notícia: “Senado aprova CPI para investigar MST”. E uma notícia muito boa e não inesperada – na verdade, esperada por mim: “Segundo o Líder Tião Viana, Governo não vai tentar barrar comissão”.

Novamente, em **O Estado de S. Paulo**: “Para líder rural, diálogo com Presidente está comprometido”. E ainda: “Procurador-Geral diz que invasão é crime intolerável. Recém-empossado, Fontelles diz que, assim agindo, MST perde legitimidade”.

No **Correio Braziliense**, Sr. Presidente, temos, como segunda nota principal, na primeira página: “Boné do MST ainda rende ataques ao Presidente”.

O **Valor Econômico** publicou, na primeira página, em uma de suas notas: “CPI dos sem-terra. A Mesa diretora do Senado aceitou o pedido de abertura de CPI para investigar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, apresentado pelo PSDB”. Ainda na primeira página: “Investidor teme CPI do Banestado e MST”. O artigo é da jornalista Cláudia Safatle, e peço também que seja transcrito nos anais da Casa, junto com todas as matérias por mim aqui arroladas.

No jornal **Gazeta Mercantil**, temos a seguinte manchete: “Ministro Bastos adverte o MST e proprietários”, ou seja, a alegria do bonezinho foi substituída pelo sabor, talvez amargo, porém realista, da realidade, e a Oposição sente-se orgulhosa de ter chamado o Governo e o Presidente Lula a aterrissa-

rem, quem sabe, para o sabor amargo da realidade, mas, sem dúvida, para longe do reino fantasmagórico da fantasia.

No jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, a primeira página diz que o Inter é bi-campeão gaúcho e, também, como matéria principal: “Senado aprova CPI para investigar MST”. Ainda no mesmo jornal: “As balizas da legalidade. Só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações pelo temor de descontrole”.

No Jornal **Estado de Minas**: “Governo fala em usar força contra o MST”.

No **Diário de S. Paulo**: “Governo ameaça jogar duro com o MST e fazendeiros”.

A retórica do boné, que era realista e fantasiosa, deu lugar à retórica da realidade. Era isto que a Oposição queria, em defesa da economia brasileira, em defesa das exportações, em defesa da agricultura, em defesa dos saldos da balança comercial, em defesa da lei, em defesa da Constituição e em defesa da ordem.

Vem o Jornal **Correio da Bahia**: “Ministro promete punir toda a violência no campo”.

Portanto, Sr. Presidente – sei que já estou entrando no meu tempo vermelho – agradeço a V. Ex^a pela compreensão de sempre.

Não é do feitio do PSDB apresentar pedidos de CPI por pedi-la, pura e simplesmente. Convencido de que devia instalar a CPI do Banestado, o PSDB virou um cricri, interpellando a Mesa sobre se haveria mesmo ou não reunião, pedindo aos Líderes para não deixarmos, de jeito algum, de instalar a CPI do Banestado naquele dia. E ela está funcionando. Se Deus quiser, vai funcionar bem. Se houver inocente, será apontado; se houver ladrão, será apanhado pela gola. Esta é uma das destinações que as pessoas de espírito republicano devem ter.

Por outro lado, a CPI de iniciativa do PSDB, essa do MST, não foi apresentada em vão. Apresentou-a responsabilmente, e, como se vê agora, respaldado na repercussão que a imprensa vem publicando, respaldado por toda a opinião pública nacional. Ou seja, o Brasil quer, exige, espera uma ampla investigação em cima de uma entidade que pode estar sendo financiada de fora para dentro com o fim de desestabilizar a nossa agricultura, que pode aqui dentro estar insistindo numa pregação delirantemente revolucionária de modo a complicar a governabilidade do próprio Presidente Lula. E todos temos interesse em garantir a governabilidade para o Presidente que foi eleito e, sem dúvida alguma, queremos o primado da Constituição, o primado do respeito à lei, o primado da ordem acima de quaisquer outras injunções.

Por isso, de consciência tranquila, o PSDB aguarda aquilo que é o normal, que os líderes, em agosto, imediatamente cedam os nomes do seu partido para integrarem uma comissão que deve começar a funcionar imediatamente, a bem do Brasil. Não a bem da Oposição nem a bem do Governo, exclusivamente. A bem do Brasil, da sua economia, da sua construção e da sua lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PROFESSORES PODE SER MANTIDA • PAGINA 10

O GLOBO

Fundador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003 • ANO LXXVIII • Nº 25.534 • www.oglobo.com.br

Presidente: ROBERTO MARINHO

Governo agora ameaça usar força para pacificar o campo

CPI investigará violência de sem-terra; Ciro diz que nem Lula controla MST

• Após a descontraída audiência do presidente Lula com líderes do MST, o governo anunciou ontem que poderá recorrer à força para conter ações de sem-terra e fazendeiros. "Para coibir invasões, se for preciso, o Estado fará uso de seu monopólio (da força)", disse o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça). José Dirceu reforçou: "Governo que aceita desrespeito à lei não é governo." O Senado instalou a CPI do MST, que poderá quebrar o sigilo de seus dirigentes. O ministro Ciro Gomes disse que ninguém controla o MST. Nem Lula. Páginas 3 a 8, Miriam Leitão e editorial "Desserviço"

Só dá para 6 mil

• O governo só tem dinheiro para assentar seis mil famílias, apesar de prometer 60 mil e o MST pedir 120 mil. Página 5

OPINIÃO

Desserviço

Luiz Inácio Lula da Silva dedicou-se, na quarta-feira, a trabalhar contra o próprio governo. Ao colocar o chapéu do MST na cabeça, despiu-se da faixa presidencial e voltou a subir no palanque da campanha eleitoral.

O mesmo movimento que, nos últimos dias, promoveu saques no Nordeste, acendeu o rastilho de um conflito armado no Sul e amplificou as tensões no interior de São Paulo, foi recebido no Palácio do Planalto com pompa e gentilezas, dessas que se fazem só a grandes amigos. No momento em que Lula adoçava a boca de companheiros do MST com biscoitos caseiros, o mesmo MST incorria em capítulos do Código Penal e atropelava a Constituição.

Assim como é compreensível vir a opinião pública a concluir que Lula rendeu-se ao movimento — não bastasse já ter entregue aos sem-terra o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra — também é fácil prever que os líderes do movimento usarão da mesma estratégia para continuar a conquistar favores do governo. Para ser recebido por um presidente afável e generoso, deflagrem-se saques e invasões pelo

país afora. Um tapete vermelho será estendido em Brasília.

Ao abrir mão do papel de mediador no conflito agrário, Lula recolocou alguns pontos de interrogação sobre o futuro do governo, que ele e sua equipe haviam conseguido afastar com o sensato discurso da profissão de fé no cumprimento dos contratos. Cumprir contratos não é apenas evitar calotes nas dívidas interna

e externa — como querem frações de sua base aliada. Também significa cumprir a lei.

A reforma agrária é um projeto do país. Mais de uma geração a defendeu. Muito já foi feito e, como sempre no Brasil, muito ainda é preciso fazer. Mas com respeito à Constituição.

Lula investiu contra o próprio governo

também por semear incertezas diante do setor mais dinâmico da economia hoje: a agricultura moderna, declarada inimiga pelos companheiros que o visitaram alegremente na quarta-feira. O presidente Lula errou, como erraria se tivesse feito o mesmo com a UDR.

Ele não deveria se esquecer — como já fez questão de enfatizar — que é presidente de todos os brasileiros.

Ao curvar-se

ao MST, Lula

trabalhou

contra o

governo



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sexta-feira, 4 de julho de 2003

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO * * UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 * ANO 83 * Nº 27.120 * R\$ 2,20

PM reintegra posse de área invadida há 7 anos em PE

A Polícia Militar de Pernambuco usou 385 homens para despejar os 1.500 sem-terra que invadiram há sete anos o engenho Prado, em Tracunhaém. Não houve confronto, mas três lavradores foram presos, dois deles acusados de porte ilegal de armas.

Na propriedade, os sem-terra, ligados à Comissão Pastoral da Terra, construíram 180 barracos e quatro igrejas e cultivavam lavouras e pomares.

O pedido de reintegração de posse foi feito em 1997, mas a liminar só foi concedida pela Justiça na terça-feira. **Pág. A6**

A oposição conseguiu assinaturas para instaurar CPI no Senado para investigar ações do MST. **Pág. A5**

Produtores reagirão a invasores, diz ruralista

DA AGÊNCIA FOLHA

O presidente do Sinapro (Sindicato Nacional dos Produtores), Narciso Rocha Clara, 47, desafiou ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a cumprir determinações judiciais de reintegração de posse, em vez “de pensar que pode desarmar os proprietários rurais”.

Segundo o presidente do Sinapro, o governo federal, por meio da Polícia Federal, não tem “aparato físico ou operacional para desarmar os proprietários rurais, em todo o território nacional, que irão reagir aos invasores criminosos dos sem-terra”.

Rocha Clara disse que existem 338 mandados de reintegração de posse em 22 Estados, que não são cumpridos “porque os governadores estão seguindo o presidente Lula e afrontando o Judiciário”.

Para Clara, que anunciou o pro-

cesso de organização do Partido Ruralista Brasileiro na última semana, o governo federal fala em desarmar os fazendeiros, “mas não busca as armas que existem nos acampamentos do MST, em um protecionismo amplo e explícito aos criminosos invasores”.

Clara aproveitou para criticar líderes ruralistas como Antônio Ernesto de Salvo, 69, presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), seu desafeto, que afirmou anteontem à Agência Folha ter ficado frustrado com a recepção “amistosa” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao MST em Brasília.

“Acho estranho que políticos e pseudolideranças rurais tenham se surpreendido com o fato de o presidente colocar o boné do MST. Será que eles não sabem que Lula é o mais importante militante do MST?”

(JOSÉ MASCHIO)

“Só Deus pára a reforma agrária”, afirma dirigente dos sem-terra

RUBENS VALENTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Parafraseando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, João Paulo Rodrigues, 23, da direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), disse ontem que a reforma agrária só será impedida por força divina. “Como diz Lula, só Deus para parar um programa de reforma agrária sério no país”, disse Rodrigues.

O líder do MST se referia às denúncias de formação de milícias armadas por fazendeiros em diversos Estados. “Não tem conflito que possa parar a reforma agrária no Brasil, não tem latifúndio que possa tentar impedir.”

Segundo Rodrigues, os líderes do MST pediram ao presidente Lula, no encontro de anteontem no Palácio do Planalto, que determinasse à Polícia Federal uma investigação sobre milícias e uso de armas contrabandeadas pelas fazendas. “A polícia já está acompanhando [o assunto]”, afirmou Rodrigues.

O líder do MST demonstrou otimismo em relação ao governo federal: “A conjuntura é muito favorável à reforma agrária. O lati-

fúndio já percebeu que está isolado”. Para ele, essa confiança em Lula também permanece entre os trabalhadores rurais sem terra que estão acampados. “De um modo geral, o povo ainda está na linha da confiança”.

Rodrigues ressaltou, no entanto, que “não se pode abusar da paciência, há medidas que devem ser tomadas imediatamente”. O líder do MST disse que a expectativa do grupo é que o governo Lula “deva fazer vários assentamentos no segundo semestre”.

O líder do MST disse ser de 90 mil o número de famílias acampadas em todo o país. Dessas, 30 mil teriam aderido ao grupo a partir da posse de Lula, e o restante vive “há mais de dois anos” nos acampamentos. Indagado sobre o número de assentamentos reivin-

dicados pelo MST para 2003, Rodrigues explicou: “Qualquer número que seja próximo disso [90 mil]. Esse é o mínimo. Mas nós não vamos bater em números agora, nós queremos que sejam assentadas as famílias acampadas, o que é um compromisso de campanha de Lula”.

Rodrigues afirmou que “não é papel de um movimento social” apontar de onde sairá o dinheiro para a realização dos assentamentos. “É questão de [o governo] estabelecer prioridades”. Mas apontou suposta falta de recursos em 2003: “Neste ano o governo está sem orçamento. Mas nós estamos confiantes de que a economia vá crescer no segundo semestre e, assim, poderemos ter recursos disponíveis para fazer a reforma agrária com tranquilidade”.

JORNAL DO BRASIL

www.jb.com.br

ANO 113 ☆ N° 87

RIO DE JANEIRO ☆ SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

Governo tem terras para assentar 400 mil famílias

Senado aprova CPI para investigar MST com apoio de parlamentares da base governista

As terras da União são suficientes para 400 mil famílias, ou mais de três vezes o número dos sem-terra acampados à espera de certidões de posse. As terras atenderiam a 40% da demanda. A estimativa é da ouvidora agrária Maria Oliveira. Em entrevista ao Jornal do Brasil, Maria garantiu que só em Mato Grosso o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem 1 milhão de hectares registrados no nome do órgão e prontos para utilização. Outras terras estão sendo mapeadas para desapropriação.

— Essas terras podem ser usadas imediatamente para assentamentos. Mas estão ocupadas por grandes fazendeiros que detêm o poder no Estado — acredita Maria.

O Senado decidiu criar uma CPI para investigar as invasões do MST e de que modo o movimento é financiado. A decisão atendeu a um pedido do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, e teve o apoio de parlamentares governistas. PÁGS. A3 E A4

SEM - TERRA

Olho do Furacão

Enquanto dirigentes do Movimento dos Sem Terra eram recebidos pelo presidente da República, em diferentes pontos do país aceleravam-se os saques e invasões de repartições públicas. A tolerância do Palácio do Planalto e as cenas de violência por conta do MST, porém, não se harmonizaram. O governo entendeu que receber dirigentes rurais não cria compromisso, mas não evita julgamento severo e apreensões.

Lula não pediu trégua nas invasões mas lembrou que o desrespeito à lei não serve ao governo nem à reforma agrária.

– Ao governo cabe fazer cumprir as leis e as regras –, sentenciou Miguel Rossetto, ministro Desenvolvimento Agrário. Gilmar Mauro (MST) confirmou que não foi cogitada a trégua nas invasões e o governo comprometeu-se com a reforma agrária.

Cresce dentro do governo o

temor pelos 30 mil recrutados que estão fora de controle do movimento. As áreas de risco estão em Alagoas, Pernambuco, Pará e Paraná. João Pedro Stédile garante que os saques vão continuar. São problemas localizados.

A temperatura política elevada ericou os temores rurais no interior do país. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, protocolou pedido com 35 assinaturas para a criação de CPI sobre invasões de propriedades. E o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou a posição do governo: “Qualquer ato que infrinja ou transgrida as leis brasileiras será punido fortemente”, sejam fazendeiros ou sem-terra.

Se esta é realmente a decisão do governo, tudo passa a depender da aplicação. Pelo dito e ouvido, não faltará oportunidade. Os dirigentes do MST saíram do planalto e avisaram que as invasões vão continuar.

SP, RJ, MG, PR e SC:
R\$ 2,20
Demais Estados: ver
tabela na página A4
★ Edição das 21h35

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

ANO 128

SEXTA-FEIRA

Nº 40071

SÃO PAULO, 4 DE JULHO DE 2003

Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1995)

CPI do Senado vai investigar MST

■ Governo reage à repercussão do uso de boné do MST por Lula

■ Ministro da Justiça diz que "será punido" quem infringir a lei

■ Dirceu garante que o governo será rigoroso em caso de conflitos

O Senado criou ontem uma CPI para investigar, em até 180 dias, "as sucessivas e violentas invasões e os saques do MST". O próximo passo é a indicação dos nomes dos integrantes; os trabalhos só devem começar em agosto. O líder do governo, Tião Viana (PT-AC), garantiu que o Planalto não tentará barrar o trabalho da CPI, embora diga que o MST não precisa de investigação. O governo reagiu à repercussão negativa criada pela cordialidade na reunião de anteontem do presidente Luís Inácio Lula da Silva com dirigentes do MST. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que "será punido" quem infringir a lei, referindo-se a invasões e possíveis reações de fazendeiros. José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, disse que o governo será rigoroso. José Rainha, líder do MST, passou ontem a defender diálogo com o governo e fazendeiros. **Págs. A4 a A7**



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	04	Julho/2003	ESPAÇO ABERTO	A	2

JOÃO MELLÃO NETO

Por causa de um boné

Só há uma maneira de não contrariar um tigre. É deixar-se devorar.

“Por falta de um prego, perdeu-se uma ferradura. Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo. Por falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro. Por falta de um cavaleiro, perdeu-se uma mensagem. Por falta de uma mensagem, perdeu-se uma batalha. Por falta de uma batalha, perdeu-se um reino. Tudo por falta de um prego.” Esse poema, *O Prego*, fez grande sucesso no século 17. Procurava mostrar como pequenos detalhes podem ser decisivos na história dos povos. Nos dias de hoje, no Brasil, ele bem poderia ser adaptado, substituindo o prego por um boné.

O presidente Lula, em palácio, numa audiência formal, esqueceu-se de sua condição de supremo magistrado da Nação e, sem a menor cerimônia, vestiu o boné do MST. Talvez ele não se tenha dado conta da gravidade e das previsíveis consequências do seu ato. O que, para ele, não foi mais do que um gesto fortuito e espontâneo, na verdade chocou profundamente a sociedade brasileira. Lula parece que, por vezes, se esquece de que não é mais o bravateiro militante das oposições; de que hoje ele é o governante de 170 milhões de brasileiros; de que esse povo presta cuidadosa atenção a todos os seus gestos e palavras; e de que o seu maior compromisso, dia após dia reiterado, é com o império da lei e da ordem.

O presidente afronta toda a população pacífica e cumpridora das leis deste país

Lei e ordem? Que bobagem, dirão alguns. Isso não passa de um slogan direitista.

Não é. Não há poder, não há governo, na história universal, que não tenha alicerçado a sua autoridade sobre esses dois princípios. O desprezo pelas leis, a promoção da desordem podem ser eficientes instrumen-

tos para a derrubada de um governo e para a tomada do poder. Uma vez conseguido isso, mesmo o mais rebelde e revolucionário dos governantes, no ato seguinte, tratou de consolidar a sua conquista pela imposição de leis e pela mais restrita obediência à ordem. Aqueles que ignoraram tais imperativos tiveram vida curta. Acabaram devorados pelos próprios monstros que criaram. Se “lei e ordem” valem até para os mais ferozes ditaduras, de esquerda ou de direita, de maior importância se revestem quando o que se pretende é um governo democrático. A anomia, a ausência total de regras ou de autoridade, é a ante-sala do caos social. A liberdade não se firma sem que haja um prévio ordenamento. A paz e a segurança não se estabelecem sem que haja um mínimo de autoridade. Isso vale para qualquer regime. Menos, talvez, ao que o senhor Lula preconiza. Ou, pelo menos, sinaliza ao vestir, despuadoradamente, o tal do boné.

Não se trata de um boné qualquer. Ele é vermelho, como o sangue, e traz em sua frente as insígnias do famigerado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Não

são poucos os brasileiros que tiveram a triste oportunidade de saber o que ele significa. Significa invasões de propriedades, depredações, esbulhos, saques, cárceres privados, enfim, nada que guarde a menor relação com os princípios da lei e da ordem. E Lula, aquele que deveria ser o primeiro guardião desses postulados, sem mais nem menos, consente em vestir o seu boné. Qual é a mensagem explicitada por tal gesto? A de que ele concorda com as atitudes do MST. Vestir o boné, entre outras coisas, quer dizer: “Vejam! Eu sou um de vocês!”

Talvez o Lula do ano passado pense realmente assim. Mas o Lula de 2003 não pode fazê-lo. Já no dia 1.º de janeiro ele jurou solenemente cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do nosso país, condição primeira para que pudesse, a seguir, assumir a Presidência da República. Ora, o MST desobedece à Constituição e agride frontalmente as leis. O Lula de ontem, cidadão comum, podia dar-se ao luxo de ser amigo do MST. Já o Lula de hoje, que preside todos – sim, todos – os brasileiros, não tem esse direito.

A sua esperada isenção já foi comprometida ao nomear o senhor Miguel Rosseto, notório simpatizante do MST, para dirigir o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Teria sido mais digno se não tomasse partido, indicando alguém neutro para a pasta. Qual não foi o espanto quando o senhor Rosseto, sem o menor prurido, tratou de indicar lideranças emesetistas para dirigir as sedes regionais do Incra. Lula, o supremo magistrado, silenciou ante tamanho despautério. O MST retribuiu a sua infantil gentileza promovendo as maiores invasões e tumultos de toda a sua história.

Como não há mais, no Brasil, latifúndios improdutivos para invadir nem sem-terra genuínos para aliciar, o movimento mudou a sua prática e o seu discurso. Invade e depreda propriedades produtivas, promove aruaças e saques nas áreas urbanas e alicia quadros nas periferias das cidades, transformando em sem-terra pessoas que jamais tiveram contato com a terra. No que tange ao discurso, não se fala mais em combater os latifúndios improdutivos, mas tão simplesmente em combater os latifúndios, independentemente do fato de serem produtivos ou não. E isso não basta. O MST, agora, deseja terras em regiões ricas, onde os atuais proprietários lograram, durante décadas e a muito custo, construir uma infra-estrutura de primeira linha.

Os assentamentos já realizados vão de mal a pior. São, em boa parte, verdadeiras favelas rurais, onde a fonte principal de alimento continua a ser a cesta básica doada pelo governo. Mas isso não tem importância. Diversificam-se os objetivos. Agora se criam tumultos por causa do preço do pedágio e também se destroem lavouras transgênicas. O show tem de continuar.

Quanto ao presidente Lula, este nada faz. Pior: com a maior desfaçatez, ainda consente em vestir o boné do MST, afrontando toda a população pacífica e cumpridora das leis deste país.

Lula, ingenuamente, acredita que, ao jogar bifes aos tigres, eles se tornarão vegetarianos. Bobagem. Devoraram os bifes, as leis e, por fim, a própria legitimidade do presidente.

■ João Mellão Neto é jornalista
E-mail: j.mellao@uol.com.br
Site: www.mellao.com.br



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA

04

MÊS/ANO

Julho/2003

EDITORIA

NOTAS E INFORMAÇÕES

CADERNO

A

PÁGINA

3

Rendição incondicional

O presidente Lula pode ter ficado com o boné do MST na cabeça por não mais do que alguns segundos, ao receber no Planalto os 27 coordenadores nacionais da organização, na quarta-feira. Se continuasse com ele durante as duas horas inteiras da reunião, não faria a menor diferença. O gesto apenas condensou, no plano simbólico, uma realidade impossível de encobrir e cujos desdobramentos potencialmente desastrosos também é impossível exagerar. A realidade é a rendição incondicional do governo a um movimento que, sob a inspiração de um guevarismo exumado, pretende revolucionar – o verbo é esse, no sentido mais pleno – a economia rural brasileira, ponto de partida de um projeto de transformação radical do sistema de propriedade do País.

Pouco importa que os fins do MST configurem um caso clínico de patologia política. O mesmo não se pode dizer de seus meios – que, para todos os efeitos práticos, o presidente avalizou, ao não se dar conta de que está querendo acabar com um incêndio lançando gasolina sobre as chamas. Para os líderes dessa organização que esmertamente se recusa a adquirir personalidade jurídica, a fim de não ter de responder por suas violências, a intensidade cada vez maior das labaredas é o resultado esperado e bem-vindo de uma estratégia racional. Já o governo age na contramão do que ele próprio reconhece existir – as tensões prontas a rebentar no campo, em lugares tão diversos do território como Pará e Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo, onde não falta praticamente nada para o derramamento de sangue que o MST tanto almeja.

A incoerência literalmente letal, ao que tudo indica, do Planalto é clara como o dia. De um lado, ao confraternizar, negociar e contemporizar com a direção desse autêntico partido revolucionário, o presidente, querendo ou não, concedeu-lhe, mais do que legitimidade, um salvo-conduto para a baderna. De outro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ao desmentir a intenção de pedir uma “trégua” ao MST, observou, que, no estado de direito, em vez de tutelar os movimentos civis, “ao governo cabe fazer cumprir a lei e as regras”. O comentário é tão irrepreensível como inequívoco é o fato de que o seu autor é nada menos do que o cavalo de Tróia do

MST no governo, tendo transformado o Incruma sucursal desse “movimento civil”.

O instituto transformou em letra morta a única tentativa substancial do governo Fernando Henrique de afrontar os emesetistas – a lei que exclui da eventual desapropriação pa-

ra fins de reforma agrária as terras invadidas. O antecessor de Lula, é bom que se diga, também cedeu sistematicamente ao MST. A única diferença de lá para cá está na atitude da organização diante do Executivo. Antes, o presidente era um inimigo, e as ocupações de propriedades, que culminaram com a humilhante tomada de uma fazenda de que é sócio em Minas Gerais, também se destinavam

confessadamente a infernizar-lhe o mandato. Agora, o presidente é um “companheiro”, e as invasões – como afirma d. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra – têm o propósito igualmente assumido de ajudá-lo a resolver os problemas no campo, isto é, levá-lo a adotar as políticas para o setor rural do agrado do MST.

Às vezes, mas não sempre, Lula transmite a impressão de saber que não há nenhum “problema no campo” de natureza econômica. O agronegócio brasileiro é um sucesso reconhecido no mundo. A sua modernização, nos últimos 30 anos, foi de tirar o fôlego. Graças a isso, o preço dos alimentos caiu em termos reais a tal ponto que poupou da fome “africana” a parcela da população que figura nas estatísticas como vivendo abaixo da linha da pobreza. Nessa perspectiva, a reforma agrária é um falso problema e um fundamento falso para a retórica dos Stédiles e Rainhas. O problema verdadeiro no mundo rural do Brasil é exclusivamente social, e em nenhuma hipótese poderá ser resolvido da forma que o MST apregoa e o presidente da República implicitamente endossa.

A única certeza é a escalada da violência, prometida pelo “filósofo” do emesetismo, João Pedro Stédile, ao festejar o sucesso do encontro que ia “brindar com cachaça de Minas”. Dada a omissão do go-

**Na prática, a
mais alta
autoridade do
País avalizou
as ações
ilegais do MST**



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	04	Julho/2003	NOTAS E INFORMAÇÕES	A	3 A

verno federal em face dos saques e invasões – que equivale a uma licença para delinquir –, fazem o que lhes faculta a lei civil os produtores rurais que contratam seguranças particulares para defender as suas propriedades ameaçadas. Eles agem exatamente como os cidadãos que podem pagar a empresas do ramo por aquilo que o Estado deixou de prover – a proteção dos seus bens e dos seus familiares contra o banditismo desabrido. Com a agravante de que, no campo, o governo não poderá fugir à responsabilidade pela tragédia que se anuncia.

A ofensiva andina

Durante a solenidade de abertura da 14.ª Reunião de Cúpula da Comunidade Andina de Nações, realizada na Colômbia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente convidado para o encontro, anunciou que pretende estabelecer uma zona de livre comércio entre o bloco andino e o Mercosul até o final do ano. Trata-se de uma meta ambiciosa, pois as negociações entre os dois blocos se arrastam há anos e pelo menos três países andinos – Colômbia, Equador e Venezuela – enfrentam crises internas graves que podem retardar tanto a assinatura do tratado de livre comércio como a sua implementação. Mas, se a meta é ambiciosa, é também essencial para que se cumpra o projeto brasileiro de transformar a América do Sul numa grande área de livre comércio e, mais importante que isso, numa voz única nas conversações para a criação da Alca.

Para cumprir o cronograma estabelecido pelo presidente Lula, os diplomatas brasileiros terão de acelerar as tratativas – emperreadas principalmente pelas dificuldades de definir as listas de preferências tarifárias e suas exceções –, antes convencendo as chancelarias dos paí-

ses andinos de que a integração renderá mais dividendos políticos se for feita agora. Deverá ajudar, nessa tarefa de convencimento, o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter esclarecido os presidentes andinos de que o governo brasileiro não obstruirá os trabalhos da Alca, ainda que tenha ressalvado que as negociações poderão chegar a um impasse, se os Estados Unidos “não se mostrarem dispostos a abrir seu mercado a produtos de interesse do Brasil e de seus sócios”.

Os países andinos têm na criação da Alca um interesse maior que o demonstrado pelo Brasil. Os chamados países caleros recebem de Washington um tratamento tarifário especial, como parte da ajuda para o combate ao narcotráfico. Mas essas preferências têm de ser renovadas periodicamente e o Congresso norte-americano tem demonstrado uma má vontade crescente em favorecer o comércio com a região. Os países andinos creem que a criação da Alca produziria, para eles, os mesmos efeitos práticos das preferências renováveis anualmente, sem os inconvenientes de complicadas negociações no Capitólio, sobre as quais pouco podem influir.

Dos cinco países da região, é com a Venezuela que estão mais adiantadas as conversações. Há dois anos, diante da desaceleração das negociações, chegou-se a cogitar da assinatura de um acordo entre o Mercosul e a Venezuela, ficando para a segunda etapa a Bolívia, Equador, Colômbia e Peru. Na reunião de cúpula de Car-

men del Viboral, o presidente Lula lembrou que nos próximos dias representantes do Brasil e da Venezuela discutirão projetos comuns de infra-estrutura e, em agosto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizará um seminário para discutir o financiamento desses projetos.

Os países andinos têm mais interesse na formação da Alca do que o Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendeu, com isso, demonstrar que seu compromisso com a integração física da América do Sul não é apenas retórico. Em entrevista publicada domingo no *Estado*, seu assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, salientou que “o BNDES está fazendo o possível e o impossível para im-

plementar a política externa”, certamente querendo dizer que o banco de fomento está apoiando o trabalho do Itamaraty. Além dos projetos com a Venezuela, o BNDES estuda a concessão de financiamentos para obras de infra-estrutura no Peru e na Bolívia. O problema é que o orçamento do banco não suporta, além das demandas domésticas, o financiamento de lances de política externa.

Por enquanto, parte da política regional do presidente Lula tem

se baseado em promessas de ajuda concreta a países vizinhos. Mas a influência do Brasil não se limita ao tamanho do cofre do BNDES. Os formuladores da política externa precisam se lembrar que o prestígio e a liderança até agora acumulados são de natureza política – e isso deve ser preservado. Afinal, não foi pelo montante da ajuda brasileira ao exterior, e sim pelo reconhecimento implícito do papel de liderança que o Brasil exerce sobre seus vizinhos que o presidente Bush recebeu Lula na Casa Branca.



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

DIA

MÊS/ANO

EDITORIA

CADERNO

PÁGINA

O ESTADO DE S. PAULO

04

Julho/2003

NACIONAL

A

11/516

QUESTÃO AGRÁRIA

Alckmin: 'O boné que devemos vestir é o do Brasil'

ALEXANDRA PENHALVER
e ANA PAULA SCINOCCA

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou ontem que o Brasil precisa usar o "boné do desenvolvimento". Foi uma reação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anteontem colocou o boné vermelho do Movimento dos Sem-Terra (MST) durante encontro com 27 líderes, em Brasília.

"O boné que todos devemos vestir é o do Brasil, que significa desenvolvimento. E não há desenvolvimento se não tivermos paz no campo", reforçou. O governador evitou, porém, se estender sobre a atitude do presidente: "Ele é quem deve responder sobre o que o motivou."

O governador ressaltou que não aceitará invasões, saques nem atos violentos. "Isso é inaceitável. Temos de viver no País da legalidade." Para ele, é preciso paz no campo para que as regiões agrícolas possam se desenvolver e gerar empregos. "Não há hipótese de ser tolerada violência: nem do MST, nem dos produtores rurais."

Alckmin garantiu que o Pontal do Paranapanema tem segurança reforçada e a polícia vai se concentrar na apreensão de armas ilegais. O Estado revelou ontem que fazendeiros organizaram milícias fortemente armadas para proteger suas propriedades. Algumas usam armas de uso restrito das Forças Armadas, como o fuzil AR-15.

Alckmin reforçou ainda pedido para que o Ministério Público Estadual instaure inquéritos e apure a incitação à violência e ocupação de áreas públicas no Pontal. O secretário da Justiça, Alexandre de Moraes, denunciou que pessoas estranhas aos movimentos sociais estariam estimulando as ocupações na região do Pontal, oferecendo cesta básica e até dinheiro para as famílias que aderirem às invasões de terras.

Alckmin reforçou ainda pedido para que o Ministério Público Estadual instaure inquéritos e apure a incitação à violência e ocupação de áreas públicas no Pontal. O secretário da Justiça, Alexandre de Moraes, denunciou que pessoas estranhas aos movimentos sociais estariam estimulando as ocupações na região do Pontal, oferecendo cesta básica e até dinheiro para as famílias que aderirem às invasões de terras.

Convênio - O governador anunciou que na próxima semana assinará convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a liberação de R\$ 36 milhões, a serem usados na reforma agrária no Estado.

QUESTÃO AGRÁRIA

Senado aprova CPI para investigar MST

Segundo o líder Tião Viana, governo não vai tentar barrar comissão

ROSA COSTA

BRASÍLIA - O líder do bloco governista no Senado, Tião Viana (PT-AC), garantiu ontem que o governo não tentará impedir a criação, no Senado, de uma CPI para investigar supostas irregularidades e abusos do Movimento dos Sem-Terra (MST) nas ocupações de terras no País. Embora diga que o MST precisa "é de diálogo e de ajuste e não de investigação", o líder petista comprometeu-se a indicar na semana que vem os senadores que representarão o PT na CPI proposta pelo líder tucano senador Arthur Virgílio (AM).

O requerimento de criação da CPI do MST, apoiado por 34 senadores, foi lido ontem no plenário.

Mesmo garantindo que petistas e governo não vão tentar boicotar a nova CPI, o líder Tião Viana não disfar-

çou sua insatisfação e insinuou estar diante de uma saída encontrada pelos tucanos em represália à CPI do Banestado. "O PFL e o PSDB ainda não encontraram o eixo para fazer oposição", alega.

Próximo passo - A leitura do requerimento da CPI significa, na prática, que a comissão já está criada. O próximo passo depende de os líderes indicarem o nome do 11 titulares e dos 6 suplentes que, no prazo de 180 dias, investigarão, entre outras coisas, "as sucessivas e violentas invasões e os saques do MST". Como não está prevista na lista de matérias da convocação extraordinária, a comissão só será instalada em agosto.

Até lá, o senador Arthur Virgílio acredita que os senadores terão relacionados os principais pontos que deverão ser levantados e questionados na CPI sobre as atividades do MST. Cita, entre eles, a origem dos recursos utilizados pelo movimento em suas ações por todo País, além dos estragos feitos em

áreas produtivas do País.

O líder do bloco governista no Senado prevê que a quebra do sigilo bancário dos dirigentes e da entidade responderá a uma série de indagações sobre o seu funcionamento. Ele adiantou que não se deterá diante de eventuais pedidos de investigações de fatos ocorridos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Eu serei o primeiro a assinar", garantiu.

"O governo precisa ter em mente que essa CPI não quer prejudicar ninguém e, sim, descobrir dados que intrigam a todo o País", afirmou.

Ele disse que conversou com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e que ele não se manifestou contrário à iniciativa. Sobre a possibilidade do governo obrigar seus aliados do PMDB a retirar as assinaturas de apoio, alega que somente o apoio de seu partido e o PFL são suficientes para levar a iniciativa adiante.

Assinaturas - O líder do PMDB, Renan Calheiros



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA

04

MÊS/ANO

Julho/2003

EDITORIA

NACIONAL

CADERNO

A

PÁGINA

43

Para líder rural, diálogo com presidente está comprometido

Presidente da SRB diz que encontro Lula-MST provocou 'frustração e raiva'

ROLDÃO ARRUDA

Todo o esforço que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez para aproximar-se dos grandes proprietários rurais, durante a campanha para a Presidência e nos primeiros meses de governo, ruíu quase inteiramente após a reunião com as lideranças do MST, na quarta-feira. Quem o diz é o presidente de uma das mais tradicionais entidades do setor, a Sociedade Rural Brasileira, para quem as imagens mostrando a intimidade de Lula com os líderes dos sem terra tiveram um enorme impacto negativo.

"Nas conversas que tive com proprietários rurais de várias partes do País só ouvi manifestações de preocupação, de frustração e de raiva", disse João Sampaio. "A impressão é de que Lula se comportou mais como o antigo líder sindi-

cal do que como presidente."

Na conflituosa região do Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo, o presidente do Sindicato Rural de Presidente Venceslau, Almir Soriano, deu a entender que antigos temores dos proprietários em relação ao presidente foram reavivados: "Lula foi autêntico no encontro. Mostrou que faz parte da cozinha do MST, um movimento abertamente revolucionário e de esquerda."

Em Campo Grande, na sede do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), braço da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na área fundiária, o líder ruralista João Bosco Leal disse que a impressão reinante é a de que Lula fez a opção por um setor da sociedade em detrimento de outro. "O setor produtivo se sentiu desrespeitado ao ver a confraternização do presidente da República com represen-

tantes de uma organização criminosa que organiza invasões e saques."

Intimidade - Na opinião do presidente da Rural, o fato de o presidente ter usado o boné do MST não foi a questão mais relevante. Afinal, Lula já envergou coletes, chapéus e outros adereços de organizações ruralistas em feiras e exposições agropecuárias. O problema foi a intimidade que demonstrou com os sem-terra, ignorando o destaque que eles têm tido no noticiário como responsáveis


por ações ilegais. "Ele deveria ter sido no mínimo mais formal, ter tido mais compostura."

Sampaio lembrou que, semanas atrás, ao receber um grupo de usineiros

que insistiam em elevar os preços do álcool e do açúcar, o presidente não brincou e mostrou firmeza. Com o MST, no entanto, deu a impressão de que irá atender às suas reivindicações, o que é impossível, segundo o ruralista. "Ao dar esperança a essa gente, sem ter condições de cumpri-las, ele só contribuiu para piorar a situação."

LULA

'MOSTROU SER
DA COZINHA
DO MST'

 RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República						
JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA	
O ESTADO DE S. PAULO	04	Julho/2003	NACIONAL	A	42	

Procurador-geral diz que invasão é crime intolerável

Recém-empossado, Fonteles diz que assim agindo MST 'perde legitimidade'

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – Três dias após ter sido empossado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como chefe do Ministério Público Federal, o novo procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, condenou as invasões a órgãos públicos e fazendas produtivas por integrantes do MST.

Especializado na área penal, Fonteles disse ontem que esse tipo de procedimento é intolerável e criminoso.

“É crime invadir prédios públicos, residências, beber uísque e ver televisão”, disse Fonteles, numa referência a episódios ocorridos quando um grupo de sem-terra ocupou a fazenda da família do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG). “É danificar propriedade alheia, seja ela privada ou pública. Aí, perde-se a seriedade e a legitimidade.” Ligado à Igreja católica, o franciscano Fonteles

afirmou que o movimento de luta pela terra ganha legitimidade à medida que assume seus atos “de forma ordeira, responsável e correta”. Ele ressaltou que, em regiões onde há latifúndios e a terra é usada para especulação, as invasões são legítimas e legais: “A Constituição diz isso. O papa diz, em documentos, que pesa uma hipoteca social.”

Não à repressão – Em artigo redigido recentemente sob o título “A fome não faz de famintos, criminosos”, Fonteles afirmou que não está na repressão a solução para os saques de alimentos ocorridos em regiões onde não há o que comer – como nas áreas secas do Nordeste: “Só o absolutamente insensível, o perenemente espoliador, o ser absolutizado no egoísmo avassalador e total indica a solução repressivo-penal para tal quadro.” A repressão policial, segundo o artigo assinado por Fonteles, não resolve o problema nem mesmo quando há vinculação dos invasores ao MST.

O procurador-geral conclui que o problema não será resolvido com a repressão, “mas no desafio de quebrar seculares estruturas regionais de gritante injustiça social”. Dentre as iniciativas sugeridas por Fonteles, estão a reforma agrária com a desapropriação de latifúndios improdutivos, a instituição de planos de educação e saúde nessas áreas e a implantação de sistemas de irrigação.

SEXTA-FEIRA
Brasília, Distrito Federal,
4 de julho de 2003
www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE
Número 14.656
R\$ 1,70 = 78 páginas

LONDREZ, 1988, REVOLUTO JOSE DA COSTA, BRASILIA, 1980, ASSIS CHATEAUBRAND

SEM-TERRA

Boné do MST ainda rende ataques ao presidente

Líderes do PSDB e do PFL aumentam ataques ao presidente por causa do encontro de Lula com integrantes do MST no Palácio do Planalto. Ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, classifica reação da oposição como um "exagero".

PAGINA 4

Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de julho de 2003 | Ano 4 | Número 793 | R\$ 2,50*

Fusões e aquisições
páram de crescer no país
no primeiro semestre B2

OMC caminha para a
polêmica liberalização
dos serviços de educação
EU & Fim de Semana

www.valoronline.com.br



Valor

ECONÔMICO

CPI dos sem-terra

A Mesa Diretora do Senado aceitou pedido de abertura de CPI para investigar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Apresentada pelo líder do PSDB na Casa, a CPI pode ser instalada em agosto. **Página A6**

A2 | Valor | Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de julho de 2003

Brasil

Grifes internacionais, como Armani e Louis Vuitton, abrem novas lojas na capital federal **Página B3**

União Européia abre o caminho para a liberação de alimentos transgênicos **Página B8**

Governo vai ao Supremo pedir a constitucionalidade de contribuição

Ribamar Oliveira
De Brasília

O governo deve entrar nos próximos dias com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros declarem que a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) dos combustíveis é juridicamente válida. Com a decisão favorável do STF, o governo espera acabar com a indústria de liminares que está esvaziando a arrecadação desse tributo.

Em maio, a arrecadação da Cide dos combustíveis apresentou queda de 43,09% em relação ao mesmo mês do ano passado, medido pelo IGP-DI. Se o índice de preços utilizado for o IPCA, a queda real foi de 36,88%. De janeiro a maio, a arrecadação deste tributo ficou em R\$ 2,849 bilhões, contra R\$ 2,907 bilhões no

mesmo período do ano passado — uma queda nominal de 2%.

O mais grave é que a arrecadação relativa a 2002 refere-se a apenas quatro meses e a de 2003 a cinco meses. No ano passado, não houve arrecadação em janeiro.

A Secretaria da Receita Federal (SRF) estima perda nos primeiros cinco meses deste ano de R\$ 860 milhões somente por conta das liminares concedidas pelos juízes de primeira instância. A Ação Declaratória de Constitucionalidade está sendo preparada pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A Receita Federal já foi ouvida e manifestou sua concordância com a medida.

A segurança do governo para propor a ADC resulta do fato de que, em segunda instância, a PGFN vem derrubando todas as liminares. O problema, explica a área técnica, é que quando a limi-

nar é derrubada, a empresa que deixou de pagar a Cide dos combustíveis não mais existe.

A avaliação da área técnica é que se a indústria das liminares não for contida, o governo será obrigado a conter gastos em outras áreas para compensar a perda de receita da Cide dos combustíveis, ou, na melhor das hipóteses, terá menos recursos para liberar no segundo semestre.

Estão chegando ao governo notícias de que sindicatos estaduais de postos de gasolina estão cogitando em pedir liminares nos próximos dias para suspender a cobrança completa em vários Estados. Há informações dando conta também que entidades representativas do setor de transporte planejam ingressar no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (adin), revoltadas com o fato de o dinheiro arrecadado pela Cide dos combustíveis não estar sendo gasto na área.

As ações que estão sendo aco- lidas pelos juízes estão baseadas em dois argumentos principais. O primeiro deles é que a emenda constitucional 33, que permitiu a cobrança da Cide dos combustíveis, não foi regulamentada por lei complementar. O segundo argumento é que os recursos do tributo estão sendo desviados pelo governo.

A emenda constitucional 33 prevê uma vinculação dos recursos da Cide dos combustíveis ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo. As entidades dos transportes alegam que o governo está utilizando os recursos até mesmo para pagar servidores inativos.

Investidor teme CPI do Banestado e MST

Nas últimas semanas, diversos grupos de investidores externos, analistas de mercado, dirigentes de hedge funds estrangeiros que estiveram com altos funcionários da área econômica do governo deixaram explícitas duas preocupações. A maior é com a CPI do Banestado, que pretende investigar remessas supostamente ilegais de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior. O que esses investidores temem, segundo relato de uma fonte qualificada da área econômica, é que a CPI não só paralise a tramitação das reformas, mas que passe a investigar e colocar sob suspeita todo o fluxo de capitais do país nos últimos sete anos e não apenas as operações de CC-5 feitas desde 1997 através da agência do Banestado, em Foz do Iguaçu.

Já em relação ao Movimento dos Sem-Terra, a preocupação é com a possibilidade de este se transformar em algo semelhante à guerrilha colombiana, Farc, ou peruana, Sendero Luminoso. A foto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nos jornais, com o boné do MST, fez engordar a lista de telefonemas DDI para membros da equipe econômica, ontem.

Essas são duas razões novas que se alinham ao já conhecido imbróglio regulatório nos setores de energia elétrica e telecomunicações e colocam mais dificuldades nas decisões de investimentos no país, assim como na queda do risco Brasil, assinala a mesma fonte do governo.

O que deixa mais apreensivos os investidores estrangeiros são as dúvidas em relação à "solidez das normas jurídicas do país", diz o alto funcionário da área econômica. Embora essas dúvidas se apliquem a todos os casos, a tensão maior está relacionada à CPI do Banestado que pode, até involuntariamente, envolvê-los. Por exemplo, não sabem se estão ou não sujeitos a uma convocação para depoimento, na condição de investigados, mesmo tendo feito operações absolutamente legais de remessa pela conta CC-5. E quanto ao funcionamento de CPIs não há ninguém no governo em condições de lhes dar qualquer garantia.

Alcance da investigação sobre capitais preocupa

A meta de inflação de 2003

O Banco Central não tem meta institucional de inflação para 2003. Quando o presidente do BC, Henrique Meirelles, escreveu a carta aberta ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para explicar porque não cumpriu a meta de inflação deste ano, usará como referência a meta de 4% de IPCA para este ano fixada em decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho de 2002. Os 4% foram abandonados em janeiro deste ano e substituídos pelos 8,5% de meta ajustada. Mas meta ajustada não é exatamente uma meta dentro do arcabouço institucional do regime. É uma trajetória para se chegar à meta, assinala uma categorizada fonte do BC. Embora essas afirmações pareçam confusas, e são mesmo, elas é que estão valendo para o BC e para o governo.

Em janeiro deste ano, quando em carta aberta ao ministro da Fazenda, o BC fixou como meta ajustada para 2003 os 8,5% e de 5,5% para 2004, o fez como uma "proposta de trajetória" para trazer a taxa de inflação para as metas. Tal proposta foi aceita por Palocci, mas nunca a meta ajustada foi aprovada pelo CMN. Se tivesse sido referendada pelo Conselho, pelo decreto que rege o sistema de metas, teria que contemplar a banda de variação de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Como nada disso ocorreu, fonte da diretoria do BC conclui que 2003 ficou sem meta.

Ao conhecer a meta ajustada de 8,5% para 2003 e 5,5% para 2004, o Banco Central também definiu nessa trajetória que a inflação de doze meses à frente, a partir de junho deste ano, teria que ser de 7%. Fez, ainda, projeções de inflação mês a mês que ficaram totalmente fora de esquadro frente a inflação real nos quatro primeiros meses do ano. Em maio, a variação do IPCA ficou em cima da meta "interna" do BC, em junho, a meta interna era de 0,5%. O índice mensal ainda não saiu, mas o IPCA-15 foi de 0,22%. Para julho, a projeção do BC indica 1,4% já assumindo os impactos dos reajustes de tarifas.

A trajetória de doze meses adiante a partir de junho, de 7%, já converge com as expectativas do mercado, que estão inclusive um pouquinho abaixo, 6,98%. Na semana passada, o presidente do BC disse, durante palestra no World Economic Forum, em São Paulo, disse que a meta ajustada para os próximos doze meses é de 7%.

Na sua última reunião, o CMN "legalizou" a meta de 5,5% para 2004, que passa a ter a margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, definiu a meta de 4,5% para 2005 e estabeleceu em 4% a inflação desejável a partir daí. E não se pronunciou sobre 2003.

A rigor, em janeiro, diante dos enormes choques de 2002, chegou-se a discutir a possibilidade de não dar nenhuma indicação de trajetória para este ano. Nem meta, nem meta ajustada. A carta aberta de Meirelles diria apenas que o BC trabalharia com uma meta ajustada de 5,5% para 2004, ou seja, 24 meses adiante. Considerou-se, porém, que seria um péssimo sinal do governo Lula, que entrava cheio de desconfianças do mercado.

Se meta ajustada não é propriamente a meta, apenas uma trajetória, ou se esta é uma explicação para o fato de não se ter condições de atingir os 8,5%, não faz muita diferença agora. Uma coisa é certa: na história do regime de metas de inflação no Brasil, 2003 é um ano atípico, um ponto fora da curva. Houve idas e vindas nas declarações oficiais e pouco avanço na transparência.

Claudia Safatle é diretora-adjunta em Brasília e escreve às sextas-feiras.
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Mais um grande negócio que você resolve com um telefonema.
Assine: 0800 701 8888.



PSDB questiona contingenciamento na Procuradoria

Maria Lúcia Delgado
De Brasília

O PSDB protocolou ontem na Procuradoria Geral da União uma representação questionando o Decreto Presidencial 4.594, de fevereiro deste ano. O decreto estabeleceu o contingenciamento de R\$ 14,2 bilhões, atingindo todos os ministérios. Na representação, assinada pelo presidente nacional do PSDB, José Aníbal, o partido alega que o decreto é inconstitucional e fere direitos dos contratados.

O partido pede que sejam anulados os efeitos do decreto de forma a permitir que os municípios brasileiros possam dar continuidade a obras cujos contratos já tinham sido executados. O contingenciamento era praxe no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na representação, os tucanos alegam que as despesas públicas, para serem realizadas, precisam ser empenhadas. O empenho seria a fase contábil que antecede o pagamento e que, na prática, reserva a dotação orçamentária para a realização de determinada

despesa. O PSDB alega que o empenho "é ato que reforça e registra a assunção de compromisso. Sendo assim, a obrigação assumida em contrato, 'empenha ou não', perdura e pode ser exigida. Dessa forma, o decreto federal em questão, além de conter inúmeras impropriedades, está ferindo direitos dos contratados e dos convenientes, que além de terem subscrito tais instrumentos, dispunham de empenho a seu favor, reiterando a relação existente", argumenta a representação.

A direção do PSDB alega que o cancelamento do repasse de verbas feito

de forma unilateral pela União, por razões contábeis, pode até ser admitido, desde que tivesse sido preservada "inadvertida e expressamente a obrigação assumida, determinando-se o empenho das despesas no exercício seguinte, mantendo vivo o instrumento destinado à execução contratual ou o convênio. O líder do PSDB, Jutahy Jnior (BA), e o deputado Mendes Thame (PSDB-SP), protocolaram ontem a representação. O deputado Alberto Goldman (PSB-RJ-SP), discursou ontem em plenário e criticou o baixo investimento do governo.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ABN Amro B2	Banco B2	Companhia B4	Goldman Sachs C2	Moneta S.A. B1, C2	Siemens C2
AES B5	BCP B4	Cooperativa A10	Guilherme A4	Muller B3	Sigal Interinvest B4
Antas A7	Bear Stearns C2	CPFL C1	Sociedade C2	Náutica B3	Sudamer B1, B2, C1
Alcatel B1	Beneito A6	Credit Lyonnais A10	Fórmula Assol C2	Nave B1, B4	Suñer M&A C2
America S.A. B3	Bonetto B3	Dell B1	IRM B1	NTT Data M&A B1	TAM B1
Amil C1	Blackstone B3	Deloitte Consulting B4	Duke Mid B3	OB B4	Unicam B4
AMC Real B4	BNDES A3, C2	Deutsche Telekom B1	EC B1	União B1, B2	União B1, B2, C1
Aracama A2	Borex A3	Edim C1	Engel B5	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Araucária A6	BPI B1	Eletron B3, B5	Intelig A3, B4	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Assurati C1	Bradesco C1	Embraer B5	JP Morgan Chase C2	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
ATL B4	Brasil Telecom A3	Embratel A3, B4	Kleber A2	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco BMG C12	BT&T Telecommunications B4	Enersul B5	KPMG B2	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Bocal A10	BT Group B1	Esso B3	KPN B1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Brasileiro Comercial C2	Caixa Econômica Federal C12	Exxon Mobil B1	LaSalle B7	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Cruzeiro do Sul C12	Camille C1	Fiap B3	UCA Consultores A3	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Diamante C1	Cesid A10	Fiorini Reserch B4	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Del Paraná A6	Celtes A3	Fortis C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco do Brasil A6, B8, C1, C2, C12	Cerepar B7	France Telecom B1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Modal A10	Chapman Taylor B4	Gartner B4	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banco Nysa Caixa C12	China Mobile B1	General Electric B1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
Banestado A2, A4, A6	Copa C1	General Motors C2	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
BankBoston C1	Crédito B1	Georgio Armani B3	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
	CNH B8	Global Invest C2	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1
		GM B5	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1	União B1, B2, C1

GAZETA MERCANTIL

■ SÃO PAULO ■ RIO DE JANEIRO ■ BRASÍLIA ■ CAMPO GRANDE ■ RECIFE ■ FORTALEZA ■ CUIABÁ ■ PORTO ALEGRE ■ BELO HORIZONTE ■ SALVADOR ■ BELEM ■ MANAUS

ferbert Levy (1911-2002)

Director - Responsável: Luiz Fernando Ferreira Levy

NO LXXXIII - Nº 22.615 - SEXTA-FEIRA, 4, E FIM DE SEMANA, 5 E 6 DE JULHO DE 2003

IMPRESSO EM SÃO PAULO - R\$ 1,50

Ministro Bastos adverte o MST e proprietários

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem que o governo está pronto a usar a força caso o clima de tensão no campo não seja de controle. A declaração veio como resposta do governo à repercussão sobre o encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Espera, com representantes do Movimento dos Sem Terra (MST). O gesto de Lula, de colocar na cabeça o boné do MST, foi mal recebido por proprietários rurais, adversários políticos e até alguns aliados do governo. O Senado aprovou a instalação de uma CPI para apurar invasões de terras, mas, como o Congresso está trabalhando em regime de convocação extraordinária, a comissão poderá ser instalada em agosto.

Página A-8

zh.clerbs.com.br

ZERO HORA

ANO 40 - Nº 13.831

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

SC/PR
R\$ 1,50RS
R\$ 1,25

Senado aprova CPI para investigar MST

Estimulado pelo fato de o presidente Lula ter usado um boné do MST, o senador tucano Arthur Virgílio (AM) coletou ontem 34 assinaturas para criar uma CPI que irá investigar "ações ilícitas, com sucessivas e violentas invasões de terras" praticadas pelo movimento, como justificou o parlamentar. **Páginas 4 e 5**

As balizas da legalidade

Preocupado com a repercussão do episódio protagonizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vestiu o boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na audiência concedida a líderes da organização, o governo colocou ontem em ação alguns de seus mais influentes representantes do primeiro escalão e líderes da base aliada. O objetivo foi desfazer o mal-estar provocado pela intimidade do encontro entre integrantes do governo e representantes de um segmento que, em nenhum momento, admite fazer qualquer concessão numa estratégia de ação pautada por atos violentos como invasões e saques. Por isso, é positivo que o governo tenha se dado conta da sensação de insegurança transmitida a uma sociedade pressionada por um grupo de aspirantes a terra dispostos a tudo de um lado e por produtores determinados a defender suas propriedades de outro. Sentimentos como esses só podem ser dissipados com a reafirmação clara de manutenção da ordem por parte do poder público.

Ainda nas primeiras horas da manhã de ontem, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, já se preocupava em ratificar que a reforma do campo será feita "dentro da lei" e que o Executivo irá se definir sobre o assunto neste segundo semestre. A manifestação mais enfática, porém, partiu do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para quem o governo não permitirá nem que os sem-terra, nem que proprietários de áreas rurais atuem "fora das balizas da legalidade". E mais: "Qualquer ato que infrinja, que transgrida as leis penais bra-

sileiras será punido fortemente".

De um governo que se elegeu com o compromisso de enfrentar as desigualdades sociais, mas dentro da lei e de um clima de concórdia, não se poderia esperar outro tipo de manifestação. A própria decisão do presidente da República de antecipar a convocação de representantes dos sem-terra ocorreu num momento em que as tensões no campo atingiam o auge, com o recrudescimento de invasões, saques e atos de vandalismo contra propriedades rurais. Simultaneamente, integrantes do movimento insistem em marchas como a que vem sendo promovida no Estado em direção a São Gabriel, ao mesmo tempo em que produtores intensificam a contratação de milícias armadas pelo país. Nesse clima, só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações políticas fomentadas pelo temor de descontrole.

Ao mesmo tempo em que não conseguiu demover líderes do MST da opção pelo confronto, o clima amistoso da reunião no Planalto serviu para reforçar a oposição, que conseguiu aprovar ontem uma **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** para investigar a atuação do movimento no Senado. Ainda que a luta pela terra seja uma causa legítima, não é justo que um país diante de tantas demandas seja forçado a atender prioritariamente quem insiste em demonstrar maior poder de força. O governo, que se comprometeu com a reforma agrária, não pode implementá-la em prejuízo de outras igualmente importantes e que interessam a toda a sociedade, como a tributária e a previdenciária.

Só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações pelo temor de descontrole

ESTADO DE MINAS

DELD HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

ConvênioFebraban aceita baratear
crédito ao trabalhador. PÁGINA 13

Fundado em 7 de março de 1928. Nº 22.667

PRISAGENS MINEIRAS: PRAÇA LEONILZA SOUZA LUIZ, EM ÁGUAS VERMELHAS (PÁGINA 24)

MG, SP, RJ, ES, DF e Goiás: R\$ 2,00. Outros estados: R\$ 1,80

■ TENSÃO

Governo fala em usar força contra o MST

O governo está pronto para usar de força e intervir caso o clima de tensão no campo saia de controle.

Ontem, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, avisou que o MST e fazendeiros não estão acima da lei. O Senado abriu CPI para investigar as recentes invasões promovidas pelo movimento dos sem-terra. Sua instalação deverá ocorrer somente em agosto, quando os partidos indicarão os integrantes.

PÁGINA 5

Exemplar do assinante

CORREIO DA BAHIA

Ano XXIV - 7600

Salvador, sexta-feira, 04 de julho de 2003

Capital: R\$1,50 / Interior: R\$1,50 / Outros estados: R\$3,00

Ministro promete punir toda violência no campo

Ao mesmo tempo em que o governo federal prometeu firmeza, e até o uso da força contra violência no campo, com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmando que punirá fortemente quem transgredir a lei nos conflitos rurais, o Senado decidiu ontem abrir uma CPI para investigar as ações do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Salvador, cerca de 300 sem-terra voltaram a ocupar a sede do Incra, reivindicando a legalização da posse das propriedades da Fazenda Açú da Capivara, em Camaçari.

Basil. página 1, c
Aqui Salvador. páginas 1 e 2

PÁG. 1 • CAPA • EDIÇÃO: 4/07/2003 • 2ª Ed. 6h
DATA DE ENVIO: 3/07/2003 -- 13.70h AZUL - MAGENTA -

PRETO



DIÁRIO DE S. PAULO

ANO 119 • Nº 39.576 • SÃO PAULO • SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003 • R\$ 1,30

Governo

- ameaça jogar duro com MST e fazendeiros

- O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, prometeu ontem jogar duro contra os sem-terra e fazendeiros e
- usar a força para manter a ordem no campo. Já no Senado, foi criada uma CPI para investigar as invasões de terra. **PÁGINAS A11 • A13**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido, nos termos do §2º do art. 210 do Regimento Interno, que trata do limite de páginas a serem publicadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, como Líder do Bloco de apoio ao Governo, ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no debate democrático, vejo com absoluta naturalidade que representantes da Oposição estejam olhando o Brasil com apreensão, com preocupação e com um sentimento até negativo em relação ao horizonte da gestão pública do atual Governo. Esse tipo de procedimento é natural, sem dúvida alguma, pois é o papel próprio da Oposição em muitos momentos. A Oposição mostra a sua ótica, a sua impressão, a sua análise de realidade. Prefiro olhar com os olhos do otimismo, da confiança no futuro do nosso País, na certeza absoluta de que, como Governo, estamos no caminho certo.

Nesta semana mesmo, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, visitou-nos. Foi uma visita que nos honrou muito. S. Ex^a e nós, do Bloco de apoio ao Governo, conversamos por mais de duas horas, em franco debate democrático. O Ministro, com toda a clareza, mostrou o que tem significado para o Governo o sacrifício da chamada transição, uma transição que começou num tom conciliador, num ambiente pacífico e construtivo, com a gestão política do Governo anterior. É uma transição que vem se consolidando por acertos do atual Governo.

O Ministro deixou claro que a relação dívida/PIB, que era da ordem de 63%, caiu para 52,5%. Hoje, podemos, no Brasil, apontar uma tendência real e sustentada de queda da taxa de juros. Ao mesmo tempo, S. Ex^a mostrou o horizonte de abertura de créditos para a sociedade brasileira. Apenas a Caixa Econômica Federal está abrindo em torno de 10 mil créditos para cidadãos que nunca tiveram acesso a recursos financeiros nos bancos formais deste País. Diariamente, há uma capacidade de expansão de crédito para 1,8 milhão de pessoas, sem contar a intenção do Banco do Brasil de expandir a política de microcrédito. O BNDES está abrindo mais de um milhão de financiamentos, de microcréditos, para o cidadão brasileiro, com mais de R\$1 bilhão, numa tentativa de fazer compreender o acesso ao recurso do pequeno trabalhador brasileiro, porque esse é capaz de

gerar uma aceleração da política econômica e da retomada do crescimento deste País. Essa é uma inovação corajosa e ousada do Governo atual, que não segue aquele rito tradicional de emprestar apenas aos grandes, mas que compreende as responsabilidades atuais.

As outras áreas de infra-estrutura também estão dando seus passos. Foi feita uma análise real de que a área energética deste País viveu, talvez, a maior crise da história, nos últimos quatro anos. Sem querer olhar para trás ou ficar preocupado com os erros e acertos do passado, temos o dever de fazer avançar este País. Então, olhando para a expectativa da expansão do acesso ao crédito, da retomada do crescimento, do acesso ao setor produtivo rural – R\$32 bilhões estão sendo encaminhados para fortalecer o setor rural, hoje peça fundamental na alavancagem das exportações brasileiras. E 45% desses indicadores estão entre os pequenos produtores rurais, da agricultura familiar, olhando com olhos de acesso e proteção ao seguro safra, da ordem de R\$5 bilhões.

É um país que olha com otimismo, é uma sociedade que olha com preocupação a crise de que estamos saindo, mas segura dos passos de transformação e acerto na caminhada para transformar o Brasil.

Quanto à questão agrária, colocada pela Oposição de maneira sensata e responsável, uma preocupação legítima, o nosso entendimento é de que não poderíamos ter no encontro formal do Presidente da República com representantes do MST a chegada do aparato repressor ou ameaçador. O melhor caminho para todos os conflitos é, sem dúvida alguma, buscar soluções, e nada melhor do que a cordialidade, a mão estendida ao diálogo e a apresentação do ordenamento jurídico como peça imprescindível à relação que se vai estabelecer entre as partes.

O mesmo respeito que o Presidente da República externa aos trabalhadores rurais, muitos deles hoje organizados dentro do MST, Sua Excelência expressa aos produtores rurais, que têm suas propriedades, suas mãos calejadas, o crédito acessado e que procuram contribuir com o enriquecimento do País. Na condição de democrata e estadista, o Presidente precisa olhar para esse setor legitimamente reconhecido pela sociedade, que espelha uma aflição e uma angústia de 500 anos de dívida das elites com a reforma agrária deste País. Este é o País mais injusto quanto à concentração de terras do Planeta, e não poderia o Governo entrar com descortesia ou com aparato intimidador em relação ao Movimento dos Sem-Terra.

Entendo que o caminho do diálogo, o gesto de respeito à história desse movimento, foi o melhor caminho para abreviarmos a solução que todos querem, o Presidente da República, o setor lúcido do MST e o setor produtivo rural – que não quer milícia armada para substituir a lei e, sim, o ordenamento jurídico cumprido, assegurado e a responsabilidade na condução deste País dividida entre todos.

Penso que o Presidente Lula caminha com a mais absoluta tranquilidade, como demonstrou muito bem no dia de ontem, no grande debate sobre desenvolvimento que ocorreu no Estado de Minas Gerais, quando afirmou que, na política externa, está consolidado o sucesso deste Governo nos primeiros meses, assim como no setor produtivo rural; na área de desenvolvimento, caminhamos com expectativa muito favorável; olhamos para as agências de financiamento com otimismo; e temos na política de juros uma tendência de queda sustentada, que vem assegurar um horizonte melhor para a sociedade brasileira. É hora de retomada de crescimento, e não queremos olhar para os 12 milhões de desempregados herdados pela atual gestão, nem para o sacrifício orçamentário. Agora, o Presidente nos dá a boa nova, com a LDO, num acatamento partilhado entre Governo e Parlamento: não vamos mais contingenciar no Orçamento da União recursos da saúde, da educação, da política de segurança alimentar, da política de defesa do Brasil, da política de ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, são avanços concretos e substanciais, que mostram que estamos no caminho correto. Vejo com otimismo e muito entusiasmo o horizonte social, político e econômico do nosso País, e tenho certeza de que assim pensa a sociedade brasileira. Estamos saindo da crise, considerada um quadro de coma pelo Ministro Palocci, e estamos entrando num desafio, como S. Ex^a muito bem disse em todos os meios de comunicação hoje. É hora de pensar apenas em uma palavra para este País: crescimento, crescimento e crescimento!

Por essa razão, invoco a Oposição a pensar de maneira partilhada a crise estrutural do Estado brasileiro, procurando proposições melhores do que as que estamos apresentando para o grande debate prelecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

A não ser que a Presidência se engane, o nobre Senador João Capiberibe também está inscrito para as comunicações inadiáveis? (Pausa.)

Está garantida a sua inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por até 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão pela televisão e pelo rádio, ouvimos atentamente o Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio, e esse extraordinário jovem Líder desse jovem Partido, que é o PT, o médico Sebastião Viana, de perspectivas invejáveis na política do Acre e do Brasil.

Aproveito a mensagem otimista do Líder Tião Viana para lembrar – sem dúvida, S. Ex^a se tornou médico por isso – o modelo em quem nos inspiramos. Senador Paulo Paim, diz a Psicologia que sempre buscamos um modelo. Se alguém quer ser cantor, um Roberto Carlos; jogador de futebol, um Pelé ou um Ronaldinho. E a modelagem que impulsionou todos esses médicos de nossa geração em direção à política, sem dúvida alguma, foi Juscelino Kubitschek, médico e político.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Che Guevara.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Juscelino Kubitschek é mais meu modelo, e Che Guevara, o do Senador Tião Viana, como cantou ali S. Ex^a. Nasci aqui e vi a liderança forte do Rio Grande do Sul, do estadista Getúlio Vargas. Neste momento, esta Casa está sendo presidida pelo também grande gaúcho Paulo Paim.

Na minha adolescência, o modelo era Juscelino: médico, como eu; cirurgião, como eu, da Santa Casa de Misericórdia; com passagem pelo Exército, como também eu sou oficial da reserva; foi prefeito e governador. Sorridente e alegre, como nós, disse aquilo que o nosso Senador Tião Viana quis passar aqui: otimismo – uma inspiração que está no seu subconsciente muito mais impregnada do que as idéias de guerrilha de Che Guevara, porque S. Ex^a é um democrata. Disse Juscelino que é melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Quis Deus que estivesse aqui o Senador Tião Viana para lembrar ao Presidente da República a sua missão histórica. O nosso Presidente tem de entender que não é Deus; que é bonito buscar Deus; que ele pode errar, pois não somos divinos, somos filhos de Deus. E tem que entender a sua missão histórica.

Um filósofo, Ortega y Gasset, disse que o homem é o homem e suas circunstâncias. Tivemos mui-

tos governantes e, para entender a história de cada um, devemos considerar sua história e suas circunstâncias. D. João VI, temendo Napoleão Bonaparte, passou uma boa temporada aqui. Trouxe muitos avanços, principalmente na burocracia que aqui instalou. Pedro I: sua missão era tornar o Brasil um país independente de Portugal. A missão de seu filho, Pedro II, foi garantir a unidade deste País na língua e nas terras. Os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto fizeram nascer aqui o governo do povo, pelo povo e para o povo: a democracia, a república. Getúlio Vargas deu o toque de nacionalismo neste País.

Entendo ter sido Getúlio o que mais trabalhou, o maior estadista de todos os presidentes. No tempo de Getúlio, os grandes líderes mundiais vinham aqui beber a sabedoria, o espírito público, o estoicismo de Vargas. Franklin Delano Roosevelt veio aqui, não foi Getúlio que foi lá não. Franklin Delano Roosevelt veio aqui ver as idéias de um estadista sem o qual este não seria um grande país.

Senador Paulo Paim, eu li o diário de Getúlio. Eu sou entusiasmado por Juscelino, pelo fato de ter sido médico, cirurgião. Outro dia, um companheiro do Piauí, Reginaldo Furtado, ex-presidente da OAB, citando Juscelino, disse: Getúlio era melhor. Fiquei perplexo e fui me debruçar, Capibaribe, sobre tudo o que há acerca de Getúlio. Chamou-me a atenção, sobretudo, o seu diário.

Que homem trabalhador ele foi! Esse deve ser exemplo para todos os presidentes. Lendo seu diário, percebemos que Getúlio trabalhava nas tardes de domingo – o Brasil no Maracanã, e ele trabalhando, lendo os processos. No 7 de setembro, depois do desfile, Getúlio trabalhava. Era um obstinado – só no dicionário o sucesso vem antes do trabalho. Foi o trabalho de Getúlio que fez a grandeza deste País.

Queremos dizer, então, que ele cumpriu a sua missão: devemos a ele a existência da previdência social. “O homem e as suas circunstâncias”: generoso e bondoso, foi o pai do trabalhador. Getúlio estava à frente deste País quando havia uma guerra, ele entrou conquistando o governo em guerra; depois, os paulistas quiseram derrubá-lo, e ele teve que fazer outra guerra. Mas nós devemos a previdência que hoje queremos reformar a Getúlio. E a sua volta democrática se deu porque ele era forte.

Depois de Getúlio, veio o Dutra, que abriu o País para os poderosos Estados Unidos. Fiz parte da geração de garotos mais felizes, porque tudo o que era brinquedo era americano: ioiô, boliche etc. A dívida do Brasil começou ali. Quando Getúlio voltou, ele não resistiu a esse poder americano, a esse poder perverso

do capitalismo. De qualquer forma, ele teve a sua missão e a cumpriu.

Washington Luís: o problema era estrada, ele disse que governar era fazer estrada. E assim é. Juscelino: cinquenta anos em cinco, o desenvolvimento, a integração deste País com a construção de Brasília em seu centro, dando o otimismo da industrialização e não se esquecendo do Nordeste e seus desníveis sociais – criou a hoje extinta Sudene.

A missão de Fernando Henrique já ficou registrada na história: o controle da inflação, nociva para todos.

E o nosso Presidente Lula tem que se inspirar no grande Presidente José Sarney, o mais generoso deles. Senador Paulo Paim, Deus me permitiu governar como prefeito durante o governo dos presidentes José Sarney, Fernando Collor e, depois, Itamar Franco; como governador do Piauí, estive sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Quero afirmar aqui que o mais generoso, o de maior sensibilidade política de todos eles foi o Presidente José Sarney. A época era difícil: voltar à democracia. Ele viu que a sua missão era consolidar a democracia em que vivemos. E a consolidou. Para combater a inflação havia tempo – ele lutou, mas não conseguiu.

E a missão do presidente da República de hoje é uma, é clara, Senador Tião Viana, é uma só e é aquela que Deus deixou escrita: “Comerás o pão com o suor do teu rosto” – citada pelo apóstolo Paulo. Não é como propugna o nosso Senador Suplicy – dar dinheiro, renda mínima –, sou eu pelo apóstolo Paulo: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Qualquer pesquisa mostra que a doença – eu, como médico, busco a causa, a etiologia e a patologia – é o desemprego. Isso temos que combater.

E quero dizer que tenho experiência. O PMDB está aqui, Senador Paulo Paim, Senador Tião Viana, mas não vamos ser base não, esse negócio de base lembra pedra, sem vida. Temos vida, temos a história do PMDB, que redemocratizou este País, que preside esta Casa, que tem experiência administrativa em milhares de prefeituras e dezenas de governadores exitosos.

Temos que mostrar o problema ao Presidente Lula e sermos a sua luz, temos que lhe dizer que abraça a sua missão: criar empregos, buscar emprego – e se busca.

Senador Paulo Paim, estou ansioso para ouvi-lo, porque V. Ex^a simboliza o estado que tanta grandeza trouxe para este País – eu relembro Getúlio... E o nosso partido é também engrandecido por

um gaúcho que é símbolo de todas as virtudes nesta Casa e no Brasil: Pedro Simon.

Concedo a palavra a outro grandioso gaúcho, àquele que é, talvez, o maior líder do PT hoje, porque defende o salário dos pobres, defende os aposentados.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, tenho a ousadia de fazer um aparte ao seu brilhante pronunciamento por entender que V. Ex^a traz ao debate aquilo que é a maior preocupação de todo o povo brasileiro: a questão do desemprego e do investimento social. V. Ex^a lembra Getúlio Vargas, gaúcho que foi presidente deste País e que marcou a sua atuação, principalmente no campo das leis, na área do trabalho. Senador Mão Santa, gostaria de enfatizar que o Presidente Lula, pela forma como está encaminhando este País, pela sua história, pelo seu programa de governo... Como disse ontem o Ministro Palocci – e isto foi aqui reafirmado pelo Líder Tião Viana –, a casa está em dia interna e externamente, mas agora é a hora de crescer. E crescer para mim significa investir mais na produção, no campo e também na cidade. Isso vai resultar em novos empregos. Recebi essa notícia com alegria. E a política do primeiro emprego, anunciada pelo Presidente Lula e pelo Ministro Jaques Wagner, vai ser instrumento do meu pronunciamento. A questão do primeiro emprego é muito importante, mas também vou enfatizar a importância do emprego para o cidadão com uma idade um pouco mais avançada, com mais de 45 anos, por exemplo. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, pois ele é importante para chacoalhar um pouco mais este nosso Congresso com o enfoque do social, do desemprego. Tenho certeza também de que esse é o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e incorporo ao meu pronunciamento essas palavras que não são só do Rio Grande do Sul, mas de todos os trabalhadores do Brasil, cuja voz, hoje, não é mais de Getúlio, mas de Paulo Paim.

Ouvi atentamente o Senador Arthur Virgílio. Mas quero dizer que me orgulho por ter dado terras muito boas, urbanas e rurais, na minha cidade, Parnaíba, em Teresina, no Estado do Piauí. Mas o problema, Senador Arthur Virgílio, não é a falta de terra, mas de emprego. Este Brasil é muito grande, tem muita terra. E entendo que a terra é de quem nela mora, de quem nela trabalha, de quem nela nasceu. Mas as reações não são apenas dos sem-terra, mas também, e principalmente, dos sem-emprego. A história da civilização se repete. O Brasil está se civilizando. E

como isso começou? Com os escravos. E não havia somente o racismo contra preto, para o qual não vejo motivo porque não tenho. Mas na própria história europeia havia os escravos brancos. Os donos da terra – a Igreja, os lordes, os barões, os duques – exploravam os escravos brancos, que ficavam apenas com um décimo da produção. E por causa dessa exploração, fugiam das terras dos poderosos e iam se juntando em grupos. Daí nasceram as cidades do mundo. O povo quer liberdade para exercer o seu trabalho e a profissão.

Também quero dizer que fiquei muito satisfeito com a conversa que tive com o Senador João Capiberibe, homem de luta e muita coragem e que conhece o mundo. Eu lhe disse que poderia ser fonte de inspiração para o Governo Lula porque tenho experiência, a do PMDB, que governou o Rio Grande do Sul com Pedro Simon; que governa Santa Catarina, também, com Luiz Henrique; o Paraná, com Roberto Requião; o Amazonas, com Gilberto Mestrinho. E quando governei o Piauí, Senador Tião Viana, havia desemprego, mas V. Ex^a pode verificar em pesquisas daquela época que o desemprego no meu Estado não chegava a 1%, o menor do País, resultado do esforço que fizemos de manter o emprego.

Vou citar um quadro – e um quadro vale por dez mil palavras – que mostra por que o PT venceu. Senador Tião Viana, quero convidá-lo para visitar o litoral do Piauí, com 66 quilômetros, o menor do Brasil, mas como perfume francês: o menor, mas o mais disputado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Mão Santa, permite-me um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com todo prazer, concedo-lhe o aparte, Senador João Capiberibe, que também conhece o fundamento do nosso problema, o banqueiro dos pobres, o banco do povo.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Mão Santa, antes de V. Ex^a entrar no tema que estávamos discutindo antes, o microcrédito, o banco do povo, que V. Ex^a conhece como ninguém, queria tratar do desemprego e, sobretudo, da reforma agrária, que me parece uma fonte geradora e inesgotável de emprego e que o nosso País, infelizmente, ao longo de sua história, não lançou mão dessa possibilidade geradora de emprego. E, se não me engano, Senador Mão Santa, no Brasil, a estrutura fundiária do século XXI assemelha-se muito à do século XVI, tempo das Sesmarias e das terras distribuídas entre poucas famílias. E até hoje não tivemos como modificar essa estrutura de concentração fundiária, que perdura até os dias de hoje. Tivemos uma fuga do campo, não

pela falta de terras, mas pela falta de infra-estrutura para a produção agrícola. E o Brasil se especializou, nesses últimos 30, 40 anos, adotando a dita "Revolução Verde" como modelo e abandonando um setor fundamental da agricultura brasileira, que é a familiar. Só muito recentemente começamos a descobrir as vantagens da agricultura familiar, não só do ponto de vista social, mas do ponto de vista ambiental. Em alguns momentos da história – V. Exª conhece muito bem esse fato, porque seu Estado é vizinho do Maranhão, que está já na Amazônia Legal –, na impossibilidade política ou na falta de iniciativa política para fazer reforma agrária no centro-sul, tentou-se transportar famílias, contingentes imensos para a Amazônia, no intuito de desviar da reforma agrária a atenção da sociedade brasileira. A realidade é que precisamos, sim, da reforma agrária como fonte geradora de empregos. Concordo plenamente que o microcrédito a que V. Exª vem se referindo é uma fonte geradora de empregos, porque os pequenos nunca tiveram crédito no País – não têm nem conta corrente. Assim, quando se abre a possibilidade de um pequeno empréstimo, cada um desses empréstimos é gerador de emprego, mas cada homem assentado no campo é gerador de um ou vários empregos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Líder João Capiberibe. E quero dizer que fiz a reforma agrária no meu Estado, pois entendo que a terra é de quem nela nasce, trabalha, mora e produz. Tive o privilégio de entregar mais de dez mil títulos de terra, no Piauí. Talvez seja o Estado que tenha menos problemas de conflito.

Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, hoje, como a civilização e as populações são urbanas, o problema mais importante é o desemprego. Houve uma luz e uma solução. É uma realidade. Um economista, na Índia, que estudou nos Estados Unidos, professor Muhammad Yunus, lançou um livro, que já li quatro vezes, e sugiro que esta Casa instale uma comissão para estudarmos, em Bangladesh, o **Grameen Bank**. Fiz funcionar um banco do povo no Piauí e esta é a solução, pois a que o governo apresentou não vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Mão Santa, eventualmente exercendo a Presidência, quero solicitar a V. Exª, em atendimento ao que foi acordado pela Mesa, que finalize seu pronunciamento, uma vez que V. Exª ultrapassou em mais de quatro minutos o seu tempo e há vários oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, concluiremos rapidamente, dizendo apenas que o Banco do Povo é diferente dos outros bancos, mesmo os

estatais, como o Banco do Brasil. É uma instituição para o pobre. Cem países já o adotam. Os Estados Unidos, na época de Bill Clinton, receberam o Professor Muhammad Yunus. Oficialmente, Bill Clinton não lançou o banco porque seria uma ofensa aos poderosos bancos mundiais, como o BID e o Bird, mas mandou que o seu secretariado selecionasse as regiões pobres dos Estados Unidos para que nelas fosse adotado o banco dos pobres nos moldes do Grameen Bank.

No Piauí, fiz funcionar um Banco do Povo, o banco do pobre. O grande Mário Covas, no seu governo, mandou Walter Barelli também fazer essa programação.

Eram essas as nossas sugestões. É essa a inspiração que o PMDB traz, sendo a luz deste Governo.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela Liderança do Bloco da Minoria e, em seguida, ao Senador João Capiberibe para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a indústria cinematográfica corre o risco de ser duramente penalizada devido a sua inclusão na lista de produtos que poderão ser tributados pelo ISS, nos termos do projeto de lei nº 161/89, em tramitação nesta Casa.

O ISS, por ser um imposto cumulativo, ou seja, incide sobre a totalidade do faturamento, nos permite afirmar que ele é maléfico à Cultura, pois onera, desnecessariamente, o produto final.

Nossa afirmativa se fundamenta no fato de que, para se produzir um filme, várias fases devem ser ultrapassadas e sobre cada uma delas incide, de forma autônoma, o ISS.

Na mesma linha da indústria cinematográfica encontram-se os direitos autorais, que também poderão ser igualmente penalizados.

Conforme entendimento doutrinário, direito autoral não é uma prestação de serviços. Dessa forma, jamais poderia ser fato gerador do ISS.

Sem fugir dessa absurda linha de raciocínio resta-nos ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que, por se tratar de locação

de bens móveis, a mesma não está qualificada como serviço, assim sendo, não há que se falar na incidência do ISS.

Locação de bens móveis representa uma obrigação de dar e não uma obrigação de fazer (ou permitir a utilização de um determinado bem), dessa forma não há que se falar em prestação de serviços (se serviço algum foi prestado).

O entendimento acima apresentado está em perfeita harmonia com a moderna jurisprudência e com a doutrina que rege a matéria.

Por fim, resta-me solicitar ao nobre relator, senador Romero Jucá, que atenda aos pleitos desses importantes segmentos, e faça a exclusão dos mesmos da categoria de serviços que poderão ser tributados pelo ISS.

Sr. Presidente, tenho um segundo assunto a tratar, que inspira enorme sensibilidade, e com ele se pôs de acordo o Senador Tião Viana, Líder do PT.

Uma cidadã nigeriana chamada Amina Lawal, foi condenada, algum tempo atrás, à morte pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria. Ela que, na verdade, foi estuprada por um tio, é condenada pela moral islâmica por ter tido um filho sem ter contraído o matrimônio.

Vários estadistas do mundo inteiro, à época, mobilizaram-se a favor de Amina, entre os quais o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que, modestia à parte, foi instado por advertência minha. Fiz essa advertência na qualidade de seu Líder e de Parlamentar - qualquer um poderia tê-la feito. Houve ampla repercussão entre os meus colegas da Câmara dos Deputados, à época.

A pena de morte foi sobrestada, a condenação fatal, portanto, foi adiada. Agora, volta o assunto à baila. Já tem data marcada para a execução de Amina Lawal.

Democratas, movimentos de mulheres do mundo inteiro têm escrito ao Presidente da Nigéria pedindo-lhe que extinga a pena. Percebo que S. Ex^a se sente meio peado - pois é um democrata e acredito que pretenda mudar a Nigéria - por uma ordem que, secularmente, está acima dele.

O Brasil, pelo Itamaraty, na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique, ofereceu asilo político a Amina Lawal.

Na Comissão de Relações Exteriores, a Senadora Heloisa Helena tomou a iniciativa de aprovar uma oportuna manifestação da Comissão, que já está na Embaixada da Nigéria.

O apelo que faço hoje - e isso, com certeza, será reforçado por todos os Senadores e pelo Líder da Maioria Tião Viana - é no sentido de que o Presidente Lula telefone para o Presidente da Nigéria e peça pela vida de Amina Lawal por duas razões: pela vida da cidadã injustiçada e violentada duas vezes, uma vez quando foi estuprada e outra quando tem a sua vida ameaçada e transformada numa morte lenta, sempre esperando o momento da condenação fatal, e pela ameaça que sofreu como mulher, porque o homem que a estuprou está solto. Parece-me que ele tem o direito de fazê-lo, e a mulher estuprada tem o direito sinistro de morrer.

Sr. Presidente, vou dizer, como se daria, se acontecesse de fato, a execução de Amina Lawal. Ela seria enterrada até o pescoço e apedrejada pelos homens que, pela moral islâmica - não contesto religião, mas contesto o machismo -, se sentissem ultrajados pelo crime que ela não cometeu. Ser mãe não é crime. Ser estuprada significa que ela é vítima. Se alguém tivesse que ser condenado à morte - sou contra a pena de morte no Brasil - seria o tio dela, o estuprador.

Amina Lawal tem que ser resgatada naquilo que lhe possa restar de vida útil. Ela tem o direito de criar o seu filho ou filha - não sei o sexo do bebê - no Brasil, que já lhe ofereceu asilo político. A condenação à morte e a execução dessa senhora causa-nos repulsa e transforma-nos em seres menos humanos se nos omitirmos diante de uma brutalidade inominável, que não condiz com o Brasil democrático que construímos.

Portanto, o apelo que faço é no sentido de que o Presidente Lula telefone imediatamente ao Presidente da Nigéria e lhe peça, em nome das boas relações do Brasil com aquele país, que suspenda a condenação à morte de Amina Lawal e conceda-lhe o direito de vir para o Brasil como asilada política. Ela não cometeu crime algum e tem o direito primário à vida.

Fica o apelo ao Presidente Lula, e agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela condescendência com este Líder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe por cinco minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo uma explicação a esta Casa, porque, na próxima semana, estarei ausente acompanhando a 14^a Reunião

do Comitê de Negociação da Alca, que será realizada em El Salvador.

Essa é a primeira oportunidade que o Parlamento terá de acompanhar as negociações comerciais do comitê executivo da Alca. Estaremos presentes, eu e o Senador Eduardo Azeredo, além de representantes da sociedade civil. É inédito o acompanhamento do Parlamento e da sociedade civil nas discussões do Comitê de Negociação Comercial. O Parlamento brasileiro acompanhou pouco, ao longo destes últimos doze anos, o ajuste estrutural imposto à sociedade brasileira pelo consenso de Washington, o ajuste estrutural que levou às privatizações, que levou ao endividamento interno e externo e ao desemprego.

Essa é uma decisão do Presidente Lula, que resolveu mudar a metodologia de negociação com os países, na tentativa de construir esse grande Bloco das Américas. Nessa nova metodologia, foi introduzida já no Comitê Executivo de Negociação Comercial a presença do Parlamento e também da sociedade civil. A decisão do Governo é negociar os interesses do conjunto do Mercosul.

Faço esta comunicação porque estarei ausente ao longo da semana, mas, no meu retorno, farei um relatório de toda a discussão no Comitê de Negociação Comercial.

E queria me juntar ao Senador Arthur Virgílio no apelo ao Presidente Lula para que Sua Excelência telefone ao Presidente da Nigéria pedindo clemência para essa mulher que foi condenada à morte por um crime que não cometeu. Portanto, junto a minha voz nessa grande corrente de luta pela libertação de uma vítima de estupro. Duplamente vítima, porque está sendo condenada à morte.

Gostaria, aqui, de manifestar a minha solidariedade, o meu desejo de que o Presidente Lula faça esse apelo ao Presidente da Nigéria.

Queria também lembrar que temos a possibilidade, com a instalação da CPI que investigará o MST, de conhecer não apenas as ações políticas do MST, mas também as atividades das cooperativas, dos assentamentos de reforma agrária, e os produtos incentivados pelo movimento. Entendo que caberia aqui, no Parlamento, uma grande exposição dos produtos das cooperativas organizadas pelo MST, desse lado positivo, que é o lado econômico das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores sem terra, que, quando são assentados, não só geram empregos como geram atividade econômica. Parece-me muito importante para todos medir-se a importância econômica da ação do MST. Assim, todos nós teremos um

conhecimento profundo das atividades políticas e econômicas do MST.

Acredito que essa será uma oportunidade para o Parlamento, para o Senado, de analisar a estrutura fundiária injusta deste País, que, repito, vem do século XVI, das capitanias hereditárias. Essa estrutura não mudou no País. É por isso que o Brasil é um país injusto, concentrador de renda, concentrador da propriedade da terra. Então, a nossa ação, neste momento, além, evidentemente, de estimular e de promover o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico, mais do que nunca tem que ser de promover também a distribuição da riqueza neste País, e a reforma agrária é um instrumento poderoso de distribuição de riqueza.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado. No meu retorno, estarei aqui, fazendo um relatório completo das negociações do Brasil com os demais países da América, para que possamos tomar decisões, no Senado, conscientes e com conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para defender a retomada do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem), criado por decreto presidencial, em 27 de dezembro de 1994, com diretrizes sociais das mais importantes. Basta dizer que o programa tem como objetivo possibilitar o suprimento de energia elétrica às populações mais carentes, nos locais mais isolados do nosso extenso território. Dessa maneira, escolas, postos de saúde, centros comunitários, igrejas, reservatórios d'água, lavanderias, hortas comunitárias, iluminação pública, postos de comunicação e até pequenos centros de atendimento médico têm recebido apoio do Prodeem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em plena Semana Nacional de Defesa do Meio Ambiente, convém lembrar que o Prodeem executa os seus projetos em perfeita integração com a natureza e respeito aos recursos existentes. Assim, quase todas as suas iniciativas procuram viabilizar fontes locais de energia renovável, sobretudo as não poluentes, ou seja, fonte solar, eólica, hidráulica e de biomassa, em perfeita harmonia com o equilíbrio ecológico existente nas áreas dos projetos.

Em 1999, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou convênio de cooperação técnica e financeira com a empresa Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) para assessorar o Prodeem na execução dos seus projetos nos Estados da Região Norte.

Em se tratando de ações das mais relevantes para melhorar a vida das comunidades carentes daquelas áreas situadas em pleno interior da Floresta Amazônica, a grande preocupação que trago hoje a este Plenário é que o atual convênio se encontra com seu prazo de vigência esgotado. Diante dessa situação, a qualquer momento os projetos de instalação de sistemas de geração de energia, que estão em fase de execução, poderão ser paralisados, porque terão de aguardar a assinatura de um novo protocolo.

Aproveito a oportunidade deste pronunciamento para informar aos nobres Senadores e Senadoras que, atualmente, encontram-se instalados no Estado de Rondônia 160 sistemas de geração fotovoltaica, energia de fonte solar, atendendo a 83 comunidades, em 20 Municípios do Estado. Gostaria de citar algumas localidades e comunidades atendidas satisfatoriamente em Rondônia, graças às ações empreendidas pelo Prodeem.

No Município de Campo Novo, na comunidade chamada Vila Rio Branco, temos um posto de saúde atendido. No Município de Corumbiara, na comunidade P. A. Adriana, encontramos a escola e o centro comunitário local. No Município de Costa Marques, na comunidade denominada São Virgílio, existe uma escola e o posto de saúde. No Município de Cujubim, na comunidade conhecida como Linha B90, há uma escola atendida pelo programa. No Município de Governador Jorge Teixeira, na comunidade de Colina Verde, existe o projeto executado na Associação dos Produtores Rurais e em uma escola do lugar. O mesmo acontece nos Municípios de Guajará-Mirim, na comunidade de Cachoeirinha; em Machadinho D'Oeste, na comunidade de Santa Maria; em Nova Mamoré, na comunidade 4ª Linha do Ribeirão; em São Miguel do Guaporé, na comunidade Linha 98; no Município de Theobroma, na comunidade Vila Palmares, Assentamento Santa Catarina, e no Município de Vilhena, na comunidade Linha 145.

É importante salientar que o trabalho do Prodeem não pára por aí. Convém assinalar que, até o final deste ano, caso não se verifique qualquer interrupção em seus trabalhos por falta de assinatura de novo convênio, há um cronograma que prevê a instalação de mais 300 sistemas de geração de energia solar em nosso Estado.

Como acabamos de verificar, a presença do Prodeem é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Rondônia e de outras regiões do País. Todos esses equipamentos de interesse público que foram atendidos pelo programa – postos de saúde, escolas, centros comunitários e igrejas – passaram a responder de maneira bem mais eficiente às demandas dos seus usuários.

Por outro lado, merece igual destaque o potencial de crescimento do Prodeem daqui para frente. Nesse sentido, espera-se que o programa consiga dimensionar os seus investimentos nos próximos anos. Segundo seus coordenadores, as necessidades são da ordem de US\$150 milhões, em médio prazo, que seriam destinados à compra de novos equipamentos de energia solar. No ano passado, por exemplo, o Governo Federal investiu US\$30 milhões na compra de nove mil sistemas de geração de energia solar.

É importante não esquecer que todo o esforço feito até agora para manter o programa em funcionamento só tem trazido benefícios ao País. É evidente que, em grande parte, os resultados positivos alcançados pelo programa foram facilitados pela extraordinária capacidade energética solar do Brasil. Aliás, tal nível de insolação, por si só, pode muito bem alimentar cerca de quatro milhões de propriedades rurais em todo o território nacional, onde vivem cerca de vinte milhões de pessoas que ainda sofrem com a falta de eletricidade.

Com menos de nove anos de existência, o Prodeem apresenta, de maneira notável, um excelente resultado. Em seu primeiro ano de funcionamento, foram desenvolvidos nove projetos pólos, por intermédio da Petrobras. Em 1996, foram destinados sistemas para 116 comunidades, beneficiando diretamente uma população de 34 mil pessoas. Em 1997, o programa beneficiou 200 comunidades, contemplando 68 mil pessoas. Em 1998, com a piora da seca no Nordeste, o Prodeem tomou a iniciativa de abrir uma frente adicional para o abastecimento de água, e, numa ação de emergência, foram adquiridos 800 sistemas de bombeamento. Assim, o esforço do Prodeem conseguiu beneficiar 1.322 comunidades atingidas pela estiagem, quase 350 mil pessoas no total. Em 1999, o programa adquiriu 1.660 sistemas energéticos e 1.240 sistemas de bombeamento. Parte desses sistemas foram instalados durante os exercícios de 1999 e de 2000, e a outra parte, em 2001. Em dezembro de 2001, o programa adquiriu três mil sistemas em regime **turn-key**, ou seja “chave na mão”.

Finalmente, em 2002, após essa primeira etapa de intensa atuação, o Ministério das Minas e Energia

resolveu reestruturar a atuação do Prodeem. Com esse objetivo, Sr. Presidente, foi elaborado um documento intitulado Plano de Ação, que prevê sua implementação com recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – e do próprio Ministério das Minas e Energia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que me tornarei, daqui para frente, nesta Casa, um defensor do Prodeem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, gostaria de participar do seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com imenso prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Queria dar meu testemunho a esta Casa e ao Brasil da sua competência e dedicação no setor energético. Recordo-me do dia em que V. Ex^a visitou o Piauí e em que tive o privilégio de lhe conceder a maior honraria do Estado, a Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença. V. Ex^a é um exemplo de político do meu Partido. Mas, por questão de justiça, lembro que essa iniciativa partiu de um líder eletricitário, líder do sindicato, Paulo Chagas. O trabalho de desenvolvimento energético no seu Governo, no Estado de Rondônia, atingiu até o Piauí. V. Ex^a foi reconhecido quando visitou Teresina, e tive o privilégio de lhe levar a ver os encantos do nosso delta e do nosso litoral. Sou testemunha do prestígio de V. Ex^a, eleito para o Senado, e de sua esposa, eleita para a Câmara Federal. V. Ex^a fez renascer o sonho de Juscelino: energia e transporte. V. Ex^a também é conhecido lá como o homem que mais fez estradas no seu Estado. Quis Deus que estivesse presente aqui o Senador Tião Viana, Líder dessa ampla coligação, que dá sustentação e luz ao Governo Lula. Está aí um bom nome para ser o primeiro Ministro do PMDB: Senador Valdir Raupp. Isso se daria graças à sua dedicação aos principais caminhos do desenvolvimento: energia e transporte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu aparte, que enriquecerá meu pronunciamento, com certeza.

Quando eu era Governador de Rondônia, trocamos experiência com o Piauí tanto na área de transporte quanto na área de energia elétrica. V. Ex^a fez um grande trabalho no Piauí, no qual nos espelhamos.

Quanto à sugestão para ocupar o cargo de Ministro, creio que, dentro do meu Partido, o PMDB, com certeza, há nomes mais experientes do que o meu para assumir Ministérios, se for o caso.

Continuando, Sr. Presidente, quero dizer que são inúmeros os motivos que me levam a assumir essa posição. Os mais importantes são os objetivos que o caracterizam e os resultados que tem apresentado em benefício de milhares de brasileiros que habitam as regiões mais afastadas do País. Assim, peço ao Governo Federal que assegure os recursos orçamentários de que o Prodeem necessita, para poder continuar trabalhando em benefício de tantas comunidades que carecem de energia, um bem considerado banal nos grandes centros do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria ainda de falar sobre as linhas de transmissão de que o meu Estado necessita.

O Prodeem foi e será ainda importante nas comunidades isoladas, as quais nem mesmo as próximas linhas de transmissão a serem construídas no meu Estado poderão alcançar.

Há a linha que liga Ji-Paraná, no centro do Estado de Rondônia, a Costa Marques, uma das regiões mais distantes, mais isoladas, já na divisa da Bolívia. Essa linha passará por Alvorada, São Miguel, Seringueiras e São Francisco, atendendo a uma população de mais de 80 mil habitantes ao longo da BR-429.

Há a interligação ainda da vizinha Bolívia. Podemos estender uma linha. Já que há hoje uma certa sobra de energia, com a construção da termoelétrica a gás natural na bacia do Amazonas, de Urucum, poderemos vender energia à Bolívia. Já que o Brasil está comprando gás da Bolívia, por que não vender um pouco de energia àquele país?

Essa linha de transmissão certamente irá estreitar também os laços entre o Brasil, o meu Estado de Rondônia e o país vizinho, a Bolívia, principalmente com o Departamento de Beni, que carece de energia elétrica, trabalha ainda hoje com energia gerada a motores e a óleo diesel e está precisando dessa energia do Brasil.

Há ainda a interligação nacional do sistema, que vai de Vilhena, puxando da subestação de Ji-Paraná, até Jauru, uma cidade no Mato Grosso, uma linha tão importante para a interligação do sistema. Sabemos que, até 2010, todos os sistemas isolados estarão interligados ao sistema nacional. Trata-se de uma obra muito importante também.

Há ainda a linha que vai de Jaru a Machadinho, uma cidade distante, a 150 quilômetros do eixo do leito da BR-364, e da linha de transmissão, que passa também pelas cidades de Theobroma e Anari, atendendo a inúmeras localidades ao longo desses 150 quilômetros. Mais ainda: um linhão, que vai de Porto

Velho, passando por Jaci-Paraná, Abuna, Mutum, Nova Califórnia, até Extrema, na divisa do Estado do Acre, que ainda não tem o rebaixamento da linha de transmissão Porto Velho/Rio Branco, a qual o Senador Tião Viana conhece muito bem, pois se trata de uma obra fantástica! Ocorre que esse rebaixamento teria que seguir uma linha desde Porto Velho, passando por todas essas comunidades, pois certamente existem algumas localidades no Estado do Acre que precisam também desse rebaixamento, porque, nem sempre uma linha de transmissão é rebaixada em todas as comunidades por onde passa, sendo preciso construir uma linha auxiliar, separada da linha-mestra de transmissão.

Sr. Presidente, no pouco tempo que me resta, quero falar dos projetos fantásticos das usinas do rio Madeira. Trata-se da construção de duas usinas, a de Santo Antônio e a de Giral, que vão gerar sete mil megawatts de energia para abastecer todo o Norte e o Centro-Oeste, e, talvez, ainda sobre energia para abastecer outras localidades do Brasil. Sr. Presidente, essas obras vão gerar mais de vinte mil empregos diretos, além de ICMS, após a geração de energia, aumentando, assim, a receita do Estado de Rondônia, o que gerará renda e riqueza para o povo do meu Estado.

Sr. Presidente, rapidamente, quero ainda falar a respeito de um encontro que se dará no Peru, na cidade de Trujillo, nos dias 6, 7 e 8.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, Senador Amir Lando, com o maior prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Exª brinda o Senado com uma discussão sobre a questão energética do Estado de Rondônia, que, poderíamos dizer, é também de interesse nacional, sobretudo quando aponta a solução da energia solar para atender às pequenas comunidades isoladas deste País. E não só Rondônia, o Acre, o Amazonas, o Amapá, Roraima, o Pará, mas também, com absoluta certeza, várias comunidades do Nordeste e do Centro-Oeste também necessitam dessa fonte de energia tão importante, principalmente quando a luz solar é tão abundante neste País. Na verdade, temos que explorar mais essa forma de obter energia, que é tão necessária ao desenvolvimento, ao progresso, ao bem-estar das nossas populações. Mas V. Exª, ao abordar essas questões, passando em revista os problemas de Rondônia, realça a questão das hidrelétricas do rio Madeira, projetos de interesse nacional. O Presidente Lula, em Rio Branco, Capital

do Acre, afirmou, com todas as letras, a importância desses programas. Também a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, tem sido veemente nas suas declarações sobre a importância dessas obras e a celeridade que S. Exª quer dar a projetos dessa natureza, ou seja, que vêm aumentar o potencial energético nacional. Nobre Senador, trata-se de energia limpa, não poluente, principalmente porque a relação ambiental dessas barragens é a melhor possível, índices muito pequenos afetam a natureza. Isso significa que elas têm preferência neste momento, por isso, estamos engajados nessa luta. Quero, neste momento, afirmar a minha adesão a esses projetos. V. Exª mencionou, de relance, também o gasoduto. É um absurdo que, hoje, estejamos esperando uma solução judicial a respeito de um tema que ofende o bom senso. As ações propostas pelo Ministério Público não têm a mínima razão de ser. Vamos prejudicar, na construção do gasoduto, cerca de mil e oitocentos hectares de florestas, que serão imediatamente recuperados, reflorestados, e, se não o reflorestássemos, V. Exª bem sabe que a natureza se recompõe com muita agilidade, com muita pressa, com a voracidade amazônica, com a voracidade tropical. Enquanto isso, atrasamos meses, anos, porque se estabelece uma querela indevida, imprópria e inconcebível. Sabemos que, a cada dia, são queimados, em Rondônia, um milhão e cinquenta mil litros de óleo diesel para geração de energia apenas na usina de Porto Velho. Isso é uma afronta e uma agressão ao meio ambiente, à economia e aos cofres da Nação! E quem paga é o Brasil inteiro, porque sabemos que há um subsídio nacional do sistema, o CCC, com o qual todos contribuem para o consumo da energia na Amazônia. Parabéns V. Exª pelo pronunciamento que faz. Precisamos ter bom senso no trato de questões tão importantes para o Brasil. Preservar o meio ambiente é, sobretudo neste momento, produzir energia limpa, a energia do gás de urucum ou a energia da água abundante do rio Madeira, e essas duas hidrelétricas são um imperativo nacional.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nobre Senador Amir Lando, V. Exª, que conhece bem os problemas do nosso Estado, inclusive já os vivenciou nas crises de energia elétrica, também já contribuiu muito, e, agora, como Líder do Governo Lula no Congresso Nacional, poderá contribuir mais ainda para que essas obras, tão importantes para o Norte e para todo o Brasil, possam ser concretizadas, concluídas.

Sr. Presidente, falava eu da interligação ou da integração dos corredores de transporte do Brasil com o Peru e com os demais países andinos. Por isso, quero

informar a V. Ex.^{as} que acontecerá, em Trujillo, no Peru, nos dias 6, 7 e 8, um encontro de quatro países, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, para discutirem, os respectivos Ministros de Transportes e os Paramentos dos países envolvidos, esses corredores de integração com o nosso País, para, de uma vez por todas, fazermos essa ligação, essa aproximação com os países vizinhos, há muitos anos almejada.

Era o que tinha para o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Rapp, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 532, DE 2003

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do

Ex Deputado e Ministro da Saúde, Carlos Santana, brilhante e honesto homem público.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio, Tião Viana.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Tião Viana, ambos subscritores do requerimento que acaba de ser lido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um breve, lamentável e triste registro: acaba de falecer, na manhã de hoje, o ex-Ministro Carlos Sant'Anna.

Ele foi Deputado Federal pela Bahia, foi Ministro da Saúde, no Governo Sarney, e chegou a ser Líder de Partido. Um homem íntegro – que teve um final de vida sofrido –, um homem honrado, um homem que morreu nos limites da pobreza honrada que a sua vida pública lhe podia conferir. Por isso, Sr. Presidente, oralmente, tomado de emoção, colega dele que fui, amigo dele que tive a honra de também ser, amigo de sua família, peço à Casa um voto de pesar. E mais

ainda: que isso também seja comunicado à viúva, aos filhos e aos seus familiares.

Sr. Presidente, por ser uma perda muito grande para a vida pública, temos que criar nesta Casa, cada vez com mais força, a idéia de que não somos utilitaristas, que sabemos homenagear as pessoas que já foram e não apenas as que são. Aquelas que já foram, as pessoas inativas na vida pública, são pessoas de mérito, de valor, e que fazem falta. Ele, que estava ausente, até pelo aconselhamento que jamais negaria a nenhum de nós, sábio como era, culto como era, honrado como sempre foi o Ministro Carlos Sant'Anna, deixa em todos os seus companheiros e ex-colegas um travo de enorme amargura, de enorme tristeza com a notícia de sua morte, provocada por diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares.

Em 1985, foi Ministro da Saúde do Governo Sarney. Em 1988, durante a Assembléia Nacional Constituinte, foi Líder do Governo Sarney. No ano seguinte, ocupou novamente a Pasta da Saúde. Um grande homem, portanto, que o Congresso Nacional perdeu! Um grande homem que o Brasil deve prantear!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Líder do PT, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve. Desejo apenas pedir permissão ao nobre Senador Arthur Virgílio para associar a minha assinatura à dele nesse requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Santana. Todos os Senadores do Bloco de Apoio ao Governo expressam o seu sentimento nessa assinatura e, ao mesmo tempo, respeitam a biografia política, a história e o exemplo dado pela figura política do ex-Ministro Carlos Sant'Anna. A homenagem do Senado Federal é justa e o lamento, necessário, neste momento de perda de homem público no Brasil.

Sr. Presidente, também gostaria de expressar o posicionamento do Governo, no plenário do Senado Federal, quanto a Amina Lawal, condenada pelo tribunal islâmico de Funtua, na Nigéria, fato que gerou resistência na comunidade internacional que defende os direitos humanos.

O Senador Arthur Virgílio citou o exemplo do ex-Presidente Fernando Henrique, que, com a preocupação e a responsabilidade de um homem com interesse num mundo melhor e na preservação dos direitos humanos na comunidade internacional, teve a grandeza de ligar para o Presidente da Nigéria e pe-

dir-lhe uma reflexão maior sobre essa sentença, conseguindo o adiamento da condenação.

Esse bom exemplo deve ser seguido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Espero que Sua Excelência também ligue e faça a sua manifestação ponderada, dentro dos limites do respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, para que o Presidente da Nigéria reflita mais a respeito dessa eventual condenação, influenciado também pela política de direitos humanos que paira em todo o Planeta.

V. Ex^a, que preside a sessão, é um homem estudioso do cristianismo. Assim deixo-lhe o exemplo de São Paulo, um dos mais fortes algozes do apedrejamento de Estevão, que defendia apenas o cristianismo e idéias de um mundo religioso diferente daquele em que vivia a comunidade de Cristo. Paulo, após esse fato, passou por um processo profundo e radical de conversão, afirmando-se como o maior defensor do cristianismo.

Esse tipo de condenação feita na Nigéria termina com a pessoa soterrada viva, com exceção apenas da cabeça, recebendo pedradas. Isso fere a dignidade humana e qualquer princípio de paz e defesa dos direitos humanos.

Portanto, assumo o compromisso de conversar com o Líder Mercadante para que façamos gestão junto ao Presidente, a fim de que Sua Excelência também tente conseguir uma reflexão a mais do Presidente da Nigéria sobre esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Casa enviará o voto de pesar, ao qual a Mesa também se associa por ver na figura do ex-Ministro Carlos Sant'Anna um dos maiores valores da ciência médica, que fez dela a mais humana das ciências. Ele, como médico, foi um grande benfeitor da Humanidade e, nesta solenidade, coincidentemente, estão presentes três médicos: o Senador Tião Viana, o Senador Mozarildo e eu, que presido a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a observou que se encontram no plenário três médicos: o Presidente da sessão, eu, na tribuna, e o Senador Tião Viana, no plenário.

Na minha formação médica, aprendi que toda posição deve ser tomada precedida de exames depois da feitura de um diagnóstico adequado, portanto nunca por uma impressão diagnóstica, nunca apenas por se achar

que é ou por adivinhação. Por isso mesmo, Sr. Presidente, desde que assumi o mandato nesta Casa, e mesmo anteriormente, quando Deputado Federal, tenho tido a curiosidade de fazer o diagnóstico da atuação das ONGs no Brasil. No entanto, não gosto de generalizações. Quando se encontra uma dessas organizações praticando atos ilícitos, não se pode dizer que todas agem do mesmo jeito, assim como, porque algumas delas são verdadeiros exemplo para o Brasil, não se deve concluir que todas são sacrossantas.

Portanto, no meio dessas quase duzentas e cinquenta mil organizações não-governamentais que existem no Brasil, de fato muitas são sérias, e podemos citar várias: o Instituto Ayrton Senna, o Viva Cazuza e as Apaes. Várias delas, realmente, são muito importantes.

Eu requeri a constituição de uma CPI para investigar essas organizações não governamentais e fui seu Presidente. Embora tenhamos atravessado um período de turbulência no Senado, com cassação de Senadores e outras CPI relevantes sob o ponto de vista do interesse público imediato, como as CPIs do Futebol e do Roubo de Cargas, além de outras, conseguimos conduzir nossos trabalhos sem a preocupação de estar na imprensa fazendo declarações, sob os holofotes, embora tenhamos sido procurados por alguns órgãos da imprensa.

Assim, nos Anais da Casa, essa CPI registrou a conclusão de que pelo menos dez dessas ONGs estavam, claramente, praticando atos ilícitos e nocivos não só a determinados setores da sociedade ou da economia, mas ao próprio Brasil. Um exemplo delas é a Focus on Sabatical, uma ONG com sede no Canadá e nos Estados Unidos, cuja ação era convencer os produtores de soja brasileiros a não produzirem, oferecendo-lhes, caso não plantassem o produto, o pagamento do que lucrariam com ele. Veja que tentação, Sr. Presidente: se a pessoa plantasse, teria todo aquele cuidado de adubar, colher e vender para obter uma faixa de lucro, enquanto essa ONG patrocinava os produtores para não fazê-lo.

Como somos o primeiro produtor mundial de soja, o seu objetivo era impedir que competíssemos, no mercado internacional, com os Estados Unidos e o Canadá. Para eles, cujo interesse principal sempre foi o comercial, isso era muito nocivo. Assim, utilizaram-se de uma ONG para fazer um tipo de trabalho que não poderia ser realizado formalmente, por intermédio do Governo. O fato representa uma agressão à nossa economia e à soberania nacional, já que influi na nossa balança comercial e no mercado interno, pois se a produção de soja cair o produto encarecerá internamente e isso desempregará muita gente no

campo, mas esse é apenas um exemplo das dez organizações que foram indicadas pela Comissão.

Sr. Presidente, essas ONGs realmente são muito poderosas e ouvi isso pelo menos de dois Presidentes.

Quando o ex-Presidente Collor assumiu, S. Ex^a desfez um ato do ex-Presidente José Sarney a respeito da demarcação da área indígena dos ianomâmis, em Roraima e no Amazonas. O Presidente José Sarney, depois de consultar todos os setores, homologou um decreto que criava a reserva de maneira descontínua, colocando no meio dela uma floresta nacional. Portanto, de qualquer forma, não poderia haver a utilização pura e simples daquela área. E o que fez o Presidente Collor? Veio em seguida, pressionado justamente por essas ONGs, que estão associadas, infelizmente, ao Banco Mundial, ao BID e ao FMI, e impuseram uma revogação do decreto do Presidente Sarney e S. Ex^a então demarcou toda uma área que representa, Sr. Presidente, mais de 9 milhões de hectares para cerca de 4 mil índios. Isso foi feito exatamente por pressão.

E ouvi, lá no Estado do Acre, numa reunião, o Presidente Lula preocupado com a questão indígena, de uma área do meu Estado, Raposa Serra do Sol, apelar para o Governador e para o Ministro da Justiça no sentido de resolverem logo essa questão, encontrando uma solução pacífica, porque Sua Excelência não agüentava mais as pressões das ONGs européias.

Ora, Sr. Presidente, esse chamado terceiro setor chegou a um nível que exige realmente uma reflexão. É importante ter o terceiro setor voltado para a solidariedade, para o voluntariado, para a prestação da ação no campo social, mas quando se faz uma análise, mesmo superficial, observa-se que o grande foco dessas ONGs é a questão ambientalista e indigenista. Não por acaso, porque é justamente nessa questão, por exemplo, na minha Amazônia, que estão as grandes riquezas. Não vou nem citar, Sr. Presidente, os minerais, a biodiversidade, representada pela fauna, pela flora, basta citar um elemento na Amazônia que já justificaria o grande interesse pelas ONGs: a água. Na Amazônia está um quinto da água doce do mundo. E, hoje, já existem locais no mundo em que está se brigando por água. O Canadá já está vendendo água. Então, na verdade, a água é o grande mineral, se assim podemos dizer, do futuro, é a grande importância que todo país desenvolvido está de olho.

Mas, é lógico, além da água, temos bastante minerais. Não só os comuns, como o ouro, o diamante, mas principalmente os de terceira geração, como nióbio, titânio, urânio, que realmente são os minerais que

interessam às grandes potências. Fora, evidentemente, a riqueza da nossa biodiversidade que interessa à indústria farmacêutica, os princípios ativos da nossa fauna, que nós não conhecemos, mas que eles já têm inclusive patenteado. Os princípios ativos, também, da nossa fauna, porque sabemos que até alguns insetos, alguns sapos, algumas cobras têm substâncias que são utilizadas para produzir remédios.

Tudo isso nos leva, Sr. Presidente, como brasileiros, a pensar de maneira isenta, sem fundamentalismos.

Não posso admitir quando algumas pessoas, ao se falar em ONG, não aceitam qualquer questionamento a respeito, como se elas fossem perfeitas: elas não podem ser sequer supervisionadas, não devem prestar contas do dinheiro que recebem. Hoje, inclusive, a maioria delas vive de recursos públicos. Portanto, nem poderiam ser chamadas de Organizações Não-Governamentais, porque estão sendo financiadas com recursos públicos, do contribuinte que paga imposto.

Trago hoje para análise justamente um novo problema envolvendo de novo uma ONG, que está traçando – traçando, Sr. Presidente! –, um plano para o Governo Federal.

O Jornal **O Estado de S.Paulo**, do dia 1º de julho, traz uma matéria que diz o seguinte:

“Ambiente. Ministra recebe propostas para barrar desmatamento na Amazônia. Documento foi elaborado pelo Museu Emílio Goeldi [do Pará] e a ONG Conservation International do Brasil”.

Ora, Sr. Presidente, será que não temos técnicos? Será que o correto não seria os Governadores da Amazônia, os Parlamentares da Amazônia sentarem-se à mesa para discutir, para elaborar um plano inteligente que pudesse, de maneira racional, tratar dessa questão do desmatamento da Amazônia? Até porque também essa questão é tratada de maneira emocional, visando um **marketing** negativo para a Amazônia. Fala-se em desmatamento como se a Amazônia tivesse a metade de sua área desmatada, quando se sabe que nem 12% da Amazônia foi tocado pelo homem. Então, há uma série de falsos documentos científicos que embargam essas mentiras que são permanentemente repetidas, e já se sabe que uma mentira repetida muitas vezes termina se tornando ou sendo ouvida como verdade.

Não posso entender certas condutas. Faço até um apelo à Ministra Marina Silva, que sei que é uma nacionalista, uma brasileira que nasceu num Estado pobre da Amazônia, no sentido de desmistificarmos

algumas questões a respeito da Amazônia. A Amazônia, por exemplo, não é como é o Estado do Acre; só. Não é como é o Estado do Amazonas. Ela tem vários ecossistemas. No meu Estado temos três ecossistemas diferentes: temos a mata clássica da Amazônia, temos os lavrados de Roraima que equivalem mais ou menos aos cerrados do Centro Oeste e temos a região de montanhas que faz fronteira com a Guiana e com a Venezuela. São realidades completamente diferentes, no entanto, para a grande mídia nacional e internacional, a Amazônia é só floresta, o que não é verdade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)
– Com muito prazer, logo em seguida, Senador José Jorge.

Mas, ainda assim, vamos ver como está a legislação hoje.

E qual é a proposta dessa ONG e do Museu Emílio Goeldi? Proibir, simplesmente, por quatro anos, qualquer tipo de derrubada de uma mata, para qualquer finalidade. Mas hoje, na Amazônia, o que escapar de reserva ambiental, ou unidade de conservação ambiental, que tem vários rótulos: parques nacionais, reservas ecológicas e tantos outros, o certo é que temos hoje 8% do território nacional, quase todo na Amazônia, destinado a reservas ambientais. E temos 12% do território nacional já demarcados para reservas indígenas. Portanto, 20% do território nacional já estão reservados para isso. Agora, na Amazônia, onde se concentra a maioria dessas reservas, o que escapa daí, ou é terra devoluta, uma questão também muito complexa e indefinida, ou é propriedade particular. Pela legislação atual, Sr. Presidente, na propriedade particular, o proprietário só pode desmatar 20%, ou seja, só pode utilizar 20% da sua área; se tiver mata, porque se estiver no lavrado de Roraima não tem mata para desmatar. Inclusive ele precisa fazer um trabalho sério, verdadeiro, para não enganar, por exemplo, o brasileiro que não saiu do Sul ou do Sudeste e que tem uma imagem diferente da Amazônia.

Fico realmente perplexo quando vejo um museu, com todo respeito – conheço o Museu Emílio Goeldi, formei-me em Belém – um museu e uma ONG apresentarem para a Ministra um trabalho para suspensão do desmatamento na Amazônia por quatro anos.

Minha sugestão é que esse tema tenha uma discussão aberta, antes de vir como uma proposta, como uma lei do Governo, seja previamente debatido

com as lideranças dos partidos, principalmente as lideranças no Senado que representam os Estados.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – O nobre orador me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)
– Logo em seguida, Senador Amir Lando.

No fim, as vítimas dessa política são os Estados. A palavra final, real, é que as terras são confiscadas pelo Governo Federal, que não dá nenhuma contrapartida. Por exemplo, quando tira de uma área que é confiscada para ser uma reserva indígena ou uma reserva ecológica, não se indeniza o proprietário que estava lá. No meu Estado, há uma fila de pessoas que foram tiradas das ditas reservas indígenas. Em apenas duas décadas e meia, o número desses casos aumentou mil por cento, enquanto a população indígena não aumentou nem trinta por cento.

Na verdade, temos que abrir essa caixa-preta. Até repetindo o que disse recentemente o Presidente Lula, temos que abrir essa caixa-preta e nacionalizar esse problema, tirar esse debate de meia dúzia de tecnocratas e de ONGs, trazendo-o para o Congresso Nacional, para o Senado, para que possamos ter clareza do que realmente está sendo feito. Se não estamos sendo vendidos por pessoas que financiam alguns pesquisadores, por empresas multinacionais que financiam algumas ONGs. Basta dizer que o nome dessa ONG é Conservation International do Brasil.

Mas quero conceder o aparte inicialmente ao Senador José Jorge, que me pediu primeiro, e, em seguida, ao Senador Amir Lando, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, solidarizo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento, principalmente quanto à preocupação já demonstrada anteriormente sobre a atuação das ONGs, internacionais e brasileiras, que atuam aqui no nosso País. A criação desse novo setor, o das ONGs, é uma coisa bastante meritória, mas atualmente muitas ONGs são criadas basicamente para mobilizar recursos do Governo. Hoje em dia, o Governo faz uma série de restrições de natureza legal para contratar, pagar, fazer licitação etc., e, no Governo Presidente Lula, do PT, ainda em maior quantidade, as ONGs estão fazendo trabalhos que efetivamente deveriam ser feitos pelo Governo, sendo remuneradas com recursos federais. Então, isso não é ONG, que significa organização não governamental. Essa seria organização governamental privada; seria a privatização das ações do Governo, o que o PT sempre combateu. Esperamos que não só no caso específico do Ministé-

rio do Meio Ambiente, mas em todos os ministérios, seja realmente verificado o que o Governo deve fazer. Quando o trabalho for feito por uma ONG, que seja feito por meio de um contrato de prestação de serviço, como se ela fosse uma empresa. Se a ONG está sendo remunerada, tem de atuar como uma empresa. Creio que a preocupação de V. Exª com relação a isso é muito importante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Agradeço muito o aparte de V. Exª, Senador José Jorge. Em meu Estado, duas ONGs que tratam da saúde indígena recebem para atender – veja bem – menos de vinte mil índios, mais do que todas as prefeituras do interior, que atendem mais de trezentos mil habitantes! Portanto, alguma coisa está errada nessa história. Vamos investigar, vamos esclarecer, vamos dar transparência ao trabalho das ONGs. Aliás, há uma ONG que tem o nome de transparência. No entanto, elas não querem prestar contas.

Há um projeto que saiu da CPI das ONGs e que visa justamente fazer com que as ONGs, como qualquer instituição, como qualquer fundação, se submetam a um cadastro, prestando contas das atividades para cuja finalidade foram criadas e prestando conta dos recursos que recebem do Poder Público, principalmente, e também de particulares. Se devesse ser diferente, não teríamos por que intervir no futebol e criar uma legislação que colocou ordem nessa bagunça da cartolagem. Quem paga ingresso para assistir aos jogos de futebol é o cidadão comum. Mesmo assim, essa organização, que capta tantos recursos, deve prestar satisfação das suas contas.

É necessário, portanto, aprovar esse projeto, que estava aqui e teve seu retorno pedido para a CCJ, a fim de que comecemos a organizar o chamado terceiro setor. Se ele é, como procura colocar-se, algo muito sério e que só age corretamente, por que tem medo de prestar contas? Por que tem medo de se submeter à fiscalização do Poder Público? Por que tem medo, por exemplo, de publicar o seu balanço e dizer claramente a origem dos seus recursos?

Concedo o aparte ao ilustre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª mais uma vez traz ao Senado da República assunto de extrema relevância, sobretudo para nós, amazônidas. Quero fazer coro com V. Exª para dizer, principalmente em nome das populações dos nossos Estados, particularmente do Estado de Rondônia, que não podemos ficar alheios à discussão democrática deste tema. As soluções para a Amazônia devem ser retiradas daquilo que seja o consenso, o entendimento médio dos povos da

Amazônia. Não podemos abrir mão da discussão em busca do melhor caminho. Afinal, o nosso rumo, o nosso destino, sobretudo na democracia, tem de respeitar a vontade das gentes, e as nossas gentes têm que falar, têm que dizer como proceder. É claro que todos queremos defender o meio ambiente. Não serão medidas extremas no papel que vão resolver os fatos. Os fatos fazem as leis, e não as leis fazem os fatos. Esta é a realidade a que temos de nos curvar. Não há como inventar, enganar a si mesmo, enganar sobretudo a opinião pública. Queremos estabelecer a discussão democrática. É o mínimo que a Amazônia exige, reclama, postula e do que não abre mão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço, Senador Amir Lando, o aparte de V. Exª, um amazônida, homem que conhece muito bem essa questão, tendo sido Relator de uma emenda constitucional que visa trazer para o Senado a apreciação da criação de reservas ambientais e reservas indígenas, não no sentido de impedir a criação de reservas indígenas ou ambientais, mas para submeter à apreciação dos Estados, aqui representados igualmente, esse verdadeiro confisco de terra dos Estados.

Sr. Presidente, farei um ofício à Ministra Marina Silva – eu poderia fazer um requerimento formal para que a Mesa encaminhasse um pedido de informações sobre esse tema, mas vou fazer um ofício. Há poucos dias, fiz um requerimento formal de pedido de informações, e a Ministra me respondeu informalmente, o que me sensibilizou bastante. Foi a primeira vez que vi um Ministro cumprir o prazo para responder e fazê-lo de maneira informal, respondendo diretamente ao Senador. Fiquei sensibilizado e admirado com esse gesto da Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio Ambiente e por isso não vou fazer um requerimento de informações, mas um ofício pedindo que S. Exª me informe, abrindo essa discussão, no mínimo para o Senado. Nós, da Amazônia – o ideal é que fosse todo o Congresso – não podemos permitir que a MP chegue pronta e acabada, sem que possamos modificar quase nada.

Farei esse apelo, e espero contar com o apoio do Senador Tião Viana – que é um amazônida, homem consciente da realidade da Amazônia – e de todos os demais Senadores.

Sr. Presidente, não há – até pela minha formação, repito, de médico – precipitação em concluir o diagnóstico, nem em indicar um tratamento. Desde que concluímos o trabalho da CPI, pretendemos aprovar as sugestões da CPI, inclusive o projeto que regulamenta a ação das ONGs. Surpreendentemente, houve pedido para o projeto voltar para a CCJ. Não enten-

do o porquê, mas voltou. Espero que seja rapidamente aprovado naquela Comissão, discutido e aprovado pelo Plenário, porque não se está fazendo nada demais, a não ser pedir que as ONGs sejam fiscalizadas, observadas, e que prestem conta à sociedade do que fazem.

Portanto – repito –, enviarei esse ofício à Ministra, pedindo as informações e, pelo fato de ser uma Parlamentar, que S. Ex^a nos encaminhe a matéria antes, para discutirmos este chamado projeto de suspensão do desmatamento da Amazônia. Ninguém desmata a Amazônia por desmatar, só para ver o lugar sem mata. E ninguém desmata também só para fazer pastagem, o que seria uma utilidade. Desmata-se para fazer agricultura. Os índios fazem isto: desmatam para fazer suas roças e construir suas casas.

Aliás, também nesse jornal, no meio da notícia, há outra inverdade: “As terras indígenas impedem a devastação”. Não é verdade. A prática dos índios é exatamente desmatar e plantar; quando se esgota essa terra, eles vão para outro lugar, desmatam e plantam; e fazem isso todo o tempo. Em Roraima, conheço vários casos de reservas indígenas que não têm mais madeira e vão pedir, ao proprietário vizinho, permissão para tirar madeira para construir as suas palhoças, as suas casinhas.

Encerro, Sr. Presidente, somando-me ao apelo feito aqui pelos Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana para que o Governo brasileiro faça um pedido de clemência em favor de Amina Lawal, porque não podemos, no mundo civilizado em que estamos vivendo, ainda aceitar, pacificamente, a pena de morte, principalmente para quem, sabidamente, é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência quer informar que o Senador Mozarildo Cavalcanti ultrapassou em cinco minutos e vinte e cinco segundos o seu tempo no seu sábio pronunciamento. A nossa tolerância foi em homenagem a Santo Estevão, que foi apedrejado e que foi o orador bíblico que mais demorava em seus sermões.

A história da humanidade se repete quando, nestes tempos de globalização, não se ouvem as palavras de Cristo: “Amai-vos uns aos outros. Não matais”. Um país do mundo, a Nigéria, condena uma mulher à morte, a pedradas, como Santo Estevão morreu. Esqueceram-se também destas palavras de Cristo: “Atire a primeira pedra quem não tiver pecado”.

Queremos nos associar às manifestações em defesa de Amina Lawal, às manifestações do Líder do PT, Senador Tião Viana, da Liderança do PSDB, na voz do Senador Arthur Virgílio, e do Senador Mozaril-

do Cavalcanti, que interpretam todo o sentimento e a sensibilidade do povo da República brasileira e também a nossa preocupação.

Temos certeza de que esta Casa, com 180 anos de lutas, onde ultimamente tenho presenciado a coragem de nos pronunciarmos contra o poderoso Presidente dos Estados Unidos, de nos posicionarmos contra o ditador Fidel Castro, não se esquivará de seu dever. Agora o pedido é a favor do amor, da clemência.

Inspiramo-nos no ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, nesse caso, transmitiu o sentimento deste País da paz e do amor e conseguiu que essa pena fosse adiada. Pediu ele, ainda, permissão para que a condenada se exilasse em nosso País.

Temos certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seus propósitos e a sua personalidade cristã, que tem se saído tão bem em todas as suas incursões pela paz e pelo desenvolvimento do mundo, haverá de conseguir que o mundo se liberte de um fato como esse. Que volte a pedir ao Presidente da Nigéria clemência e ofereça o nosso País para asilar aquela nossa irmã, filha de Deus, condenada.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Amir Lando, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Logo em seguida, pela Liderança do PMDB, ao Senador Romero Jucá.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é só para me associar ao comitê de clemência hoje anunciado nesta Casa, comitê que objetiva preservar a vida de Amina Lawal.

A Nigéria não pode continuar na barbárie. O Presidente Lula envidará todos os esforços no sentido, se não da extinção, ao menos da suspensão da pena. Certamente oferecerá à condenada aquilo que o Brasil já ofereceu no Governo Fernando Henrique: o asilo político.

Sr. Presidente, quero dizer que o Presidente Lula vai tomar todas essas providências. A sua sensibilidade não lhe permitiria agir diferentemente diante do ato extremamente desprezível que é o apedrejamento de um ser humano. A humanidade se comove e os brasileiros também pulsam no sentido de buscar a clemência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra, como Líder do PMDB, ao Senador Romero Jucá, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Em seguida, ouviremos o orador inscrito, o Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, serei rápido. Quero fazer apenas duas colocações.

A primeira delas é pela Liderança do PMDB: quero juntar-me e juntar a voz do PMDB às vozes que aqui solicitaram ao Presidente Lula que atue de forma firme e consistente para ajudar Amina Lawal, cidadã condenada na Nigéria pelo motivo que todos nós aqui conhecemos. Que ela possa ter o perdão da sua condenação e que, se necessário e se essa for a vontade da Nigéria, seja recebida no Brasil. O que aqui foi colocado pelo Líder Arthur Virgílio e pelos Senadores Tião Viana, Amir Lando e Mozarildo Cavalcanti é, também, uma posição do PMDB e nós queremos aqui explicitar essa posição.

A segunda questão que gostaria de registrar e sobre a qual gostaria de falar: na próxima semana estarei apresentado uma proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para que criemos um grupo de trabalho naquela comissão para discutir ações concretas que ajudem a redução das taxas de juros no Brasil.

Por que isso, Sr. Presidente? Eu anuncio aqui com satisfação e quero também aplaudir, em nome do PMDB, o seguinte: o Governo, a Febraban e as centrais sindicais assinaram um protocolo de intenções para tentar baixar o **spread** bancário que hoje é cobrado no Brasil.

Todos nós sabemos que a taxa de juros real cobrada do cidadão é fruto de uma série de somas. Ela é fruto da taxa Selic, somada ao risco de emprestar recursos e ao risco de resgatá-los por cobranças judiciais. Enfim, além da taxa Selic, uma série de componentes efetivamente encarecem o dinheiro brasileiro. Hoje estamos cobrando hiperjuros no Brasil – no cheque especial, no cartão de crédito –, juros extorsivos, que precisam ser baixados com consistência.

A proposta é que, na Comissão de Assuntos Econômicos, analisemos todos os entraves, em conjunto com o Banco Central e com os maiores bancos brasileiros, para aprovarmos leis que facilitem a cobrança da dívida, o resgate de bens, enfim, leis que façam que o risco de emprestar recursos seja menor e mais barato. Se isso ocorrer, estaremos beneficiando o cidadão que

paga em dia e que hoje é obrigado a pagar juros altos, porque há pessoas que atrasam o pagamento, pessoas que, escudadas nas sistemáticas da lei, evitam o pagamento ou a devolução do bem.

Estamos num momento importante: a Fipe registrou uma deflação de 0,16% no mês de junho. Temos, então, todas as condições – inflação caindo, trabalho conjunto do Congresso, mudança de leis e de regulamentos – que podem fazer com que os juros baixem no Brasil.

Vou apresentar, na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana, essa proposta. Espero contar com o apoio de todos os partidos para, rapidamente, assim como vamos fazer na questão da segurança e do porte de armas, podermos analisar e propor ações concretas que mudem a regulamentação e a lei para possibilitar também a queda dos juros, além da diminuição da própria taxa Selic.

Peço a transcrição das matérias que registrei e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Governo, Febraban e centrais sindicais assinam protocolo de intenção para baixar spread bancário

Brasília – O Governo assinou nesta quinta-feira um protocolo de intenções com representantes da Federação Brasileira de Associações de Bancos (FEBRABAN) e das centrais sindicais para criar um grupo de trabalho com o objetivo de reduzir os juros cobrados pelas instituições financeiras dos trabalhadores.

Para promover essa queda, os bancos teriam como garantia o pagamento de seus empréstimos descontado dos salários dos funcionários.

O Governo vai estudar mudanças na legislação para permitir que os trabalhadores do setor formal da economia possam tomar empréstimos nos bancos e dar como garantia uma parte de sua folha de pagamento. Segundo o secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, essas alterações devem vir sob a forma de lei ou Medida Provisória. Atualmente, o decreto nº 3.297 já permite que isso seja feito com servidores públicos, que, por este motivo, têm acesso a linhas de crédito com taxas de juros entre 30% e 3,9% ao mês. As taxas do mercado hoje variam entre 9% e 10% ao mês.

Appy afirmou que ainda não é possível saber para quanto esses juros podem cair, mas a tendência é que haja uma redução significativa. Segundo ele, o governo não vai interferir nesta negociação.

– A taxa vai ser definida nas negociações entre as centrais e os bancos. O mercado vai levá-la para um nível mais baixo. A tendência é que haja uma redução significativa, mas quem vai definir isso é a concorrência entre as instituições - disse Appy.

O secretário lembrou que o papel do governo neste processo será o de definir o marco regulatório para estas operações, além de tornar público e estimular este mecanismo.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que a minuta do projeto de lei será discutida pelos sindicatos. Ele defendeu a inclusão na lei de um percentual máximo para o comprometimento salarial com o empréstimo - não deve ultrapassar 25% em sua opinião. Ele acha também que a medida deve ser estendida aos aposentados.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, afirmou que os bancos poderão reduzir os juros cobrados no cheque especial, por exemplo, hoje entre 9% e 10% ao mês, para algo abaixo de 3%.

– Acima de 3% é uma taxa muito alta para a liquidez que os bancos terão de abater da folha de pagamento. Já fomos procurados por instituições financeiras interessadas no acordo e que ofereceram taxas mais baixas do que 3%. É possível - disse Marinho.

As instituições financeiras, contudo, acham difícil uma queda desta natureza nos juros cobrados em seus empréstimos em função do risco oferecido pelos trabalhadores e pelas empresas em que eles trabalham. Segundo o diretor da Febraban e vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fernando da Costa, atualmente este tipo de empréstimo só pode ser concedido a funcionários públicos. Os juros para estas linhas variam entre 30% e 3,9% ao mês.

– A diferença é que os servidores públicos têm estabilidade de emprego. Ainda não está decidido qual seria a taxa cobrada - disse o diretor da Febraban.

Appy disse que o setor formal da economia poderá receber muito bilhões de reais se o acordo entre as centrais sindicais e os bancos for mesmo assinado. Ainda não há um prazo para que isso aconteça.

– Estamos falando de vários bilhões de reais se esse processo for aprovado. A idéia é que entre em prática o mais rápido possível. Mas isso ainda depende das negociações das centrais com os bancos - disse o secretário.

Fipe registrou deflação de 0,16% em junho

RIO – O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) registrou deflação de 0,16% em junho. Os técnicos da Fipe já esperavam deflação, mas menor. Na terceira prévia de junho, o índice registrara alta de 0,09%. Em maio, a inflação apurada pela Fipe foi de 0,31%.

A última baixa verificada pela Fipe no IPC foi em novembro de 2000, quando o índice fechou com declínio de 0,05%. Dessa forma, a deflação de 0,16% em junho divulgada nesta manhã rompe uma tendência longa de indicadores positivos. Mas uma deflação maior, de 0,23%, havia sido apurada em fevereiro de 2000.

Dois grupos do IPC tiveram queda de preço no mês passado; alimentação (-1,35) e transportes (-0,95). O grupo habitação subiu 0,47%; despesas pessoais, 0,23%; saúde, 0,81%; vestuário, 1,09%; e educação, 0,22%.

A Fipe calcula a cada semana as variações quadrissemanais (de 30 dias) do IPC para a faixa de renda familiar entre 1 e 20 salários mínimos no município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Romero Jucá, V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de aproveitar a oportunidade, já que estou na tribuna, para manifestar a minha solidariedade à nigeriana Amina Lawal, que foi condenada à morte por razões absolutamente injustas e da qual ela foi vítima.

O Presidente Fernando Henrique já havia conseguido adiar a execução da pena de morte e, agora, estamos solicitando que o Presidente Lula também interfira. Inclusive, o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, já disse que o Presidente Lula vai interferir. Portanto, gostaria de manifestar a nossa solidariedade, não só em nome do nosso Partido, o PFL, como também em nome dos demais líderes que estão aqui presentes.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, gostaria de informar ao Plenário do Sena-

do Federal que conversei há poucos minutos, atendendo à sugestão do Senador Arthur Virgílio, com o Chefe de Gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que demonstrou a mais absoluta e pronta sensibilidade ao tema e às sugestões apresentadas por todos nós, Senadores, dos diversos partidos, em relação à solidariedade imediata que o Brasil deve reforçar a Amina Lawal. Ele também disse que o Presidente Lula já estava sensibilizado em relação à matéria e que, seguramente, ele levaria o encaminhamento sugerido por nós ao Presidente, para que este pudesse intervir no caso e dialogar com o Presidente da Nigéria a favor de um adiamento e de uma condição outra para a condenação de Amina Lawal. E confirmou, inclusive, que reforçará o pedido e a determinação do Governo brasileiro de solicitar o asilo para essa condenada, caso haja uma sensibilidade por parte do Presidente da Nigéria. Transmito, então, com muita alegria, a decisão do Presidente Lula a favor dos direitos humanos, como ocorreu na gestão anterior do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Foi ótima a notícia dada por V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Jorge, permite-me também um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Jorge, de maneira bastante telegráfica, registro com agrado, o que não é surpresa: a sua posição de democrata e de cidadão profundamente ligado ao humanismo. E aproveito o seu discurso para solicitar ao Líder Tião Viana que transmita ao Presidente Lula, neste episódio, o meu mais afetuoso abraço em função do gesto – o qual não tenho nenhuma dúvida de que tomará, pois é do seu passado fazê-lo – de pedir a extinção da pena e reafirmar o asilo que já havia sido oferecido pelo Presidente Fernando Henrique à Amina Lawal. É preciso oferecer à Nigéria essa saída, e seria extremamente honroso para o Brasil se nas nossas fronteiras ela fosse cumprida. Parabéns a V. Ex^a e ao Presidente Lula pelo gesto que anuncia que tomará. Muito obrigado, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana. Essa é uma questão que foi bastante tratada aqui no Senado e será resolvida a contento pelo Poder Executivo, através do Presidente Lula.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando ao tema que me trouxe à tribuna, no final de maio próximo

passado, realizou-se, na Câmara dos Deputados, o Seminário “Carvão Mineral – O Combustível do Século XXI”. Oportuníssima iniciativa, Sr. Presidente, pois devemos manter sempre sob o foco de nossas atenções os fatos básicos seguintes: a) o Brasil possui importantes jazidas de carvão mineral; b) precisamos desenvolver um amplo programa de construção de usinas térmicas, nos próximos anos e décadas, a fim de complementar, otimizar e dar segurança ao nosso parque de usinas hidrelétricas, fonte principal da energia elétrica que move o País; c) o carvão mineral é uma excelente alternativa como combustível para acionar usinas termelétricas.

Sr. Presidente, há fortes razões, econômicas e estratégicas, para que, com maior intensidade do que atualmente, recorramos ao carvão mineral como opção de energia primária para nossas térmicas. Temos em operação alguns bons projetos que, no entanto, totalizam apenas 1.414 megawatts, produzindo algo como 2% de energia elétrica gerada no País. É pouco. Alguns dos principais países do mundo apóiam-se fortemente no carvão mineral para obterem energia elétrica. Em comparação com os nossos 2%, a Austrália apresenta 85% da energia gerada através de carvão mineral; a China, 70%; a Dinamarca, 67%; os Estados Unidos, 57%; e a Alemanha, 52%.

Nesses e em outros países, o carvão é a fonte principal da energia elétrica, e o será por muitas décadas ainda, segundo recentes projeções, pois as reservas mundiais de carvão são abundantes. Enquanto petróleo e gás se esgotarão, algumas pessoas dizem, em cerca de 50 a 100 anos, o carvão durará séculos.

A utilização do carvão com tecnologias tradicionais, inadequadas e ultrapassadas estigmatizou-o como vilão da poluição e de problemas ambientais. Sempre associamos a imagem de usinas térmicas a carvão a um meio ambiente devastado. Mas a atual realidade é outra. Nas últimas décadas, tecnologias de combustão limpa reduziram de muito as emissões poluentes das térmicas a carvão. Hoje em dia, há usinas térmicas a carvão operando dentro de cidades como Berlim e Washington, capitais da Alemanha e Estados Unidos, respectivamente. No Brasil, nossos projetos mais modernos já satisfazem a legislação ambiental e podemos melhorar ainda mais esse desempenho em projetos futuros.

As jazidas de carvão mineral são nossa maior reserva de energia. Mais do que petróleo ou gás. E são fontes custeadas em moeda nacional, sem o ônus cambial do gás natural importado, por exemplo, da Bolívia. Pelo carvão energético, pagamos em real. E temos carvão, Sr. Presidente. Nossas reservas so-

mam 32 bilhões de toneladas. Mesmo que multiplicássemos por 10 o uso que fazemos do carvão como fonte de energia elétrica, ainda assim as reservas durariam por mais 100 ou 150 anos.

Refiro-me a reservas conhecidas e medidas, 89% delas no Rio Grande do Sul, 10% em Santa Catarina e 1% no Paraná. Justamente os Estados onde estão as térmicas a carvão em operação, como as usinas de Jorge Lacerda, Presidente Médici e Candiota. Mas é possível que o Brasil tenha mais carvão, ainda não descoberto. Precisamos pesquisar e analisar melhor, por exemplo, as bacias sedimentares do Acre, do Amazonas, junto à fronteira com a Colômbia, de Roraima e a bacia do Parnaíba.

Espero, Sr. Presidente, que o atual Governo dê seqüência, e até maior dinâmica, ao que se fez em matéria de térmicas a carvão, nos anos 70, 80 e 90. Há, hoje, projetos pendentes que aguardam a definição em detalhes do modelo do setor elétrico.

Cabe, a propósito, lembrar que, em 31 de março de 2000, decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um programa de incentivo à utilização do carvão mineral nos Estados do Sul, com o objetivo de aumentar a participação do carvão na matriz energética, via geração competitiva de energia elétrica. O programa previa a recuperação ambiental das áreas carboníferas degradadas.

Vale também mencionar a Lei nº 10.438, publicada em 29 de abril de 2002, elaborada em sua redação inicial pelo Ministério de Minas e Energia ao tempo em que fui titular daquela Pasta e que teve como Relatores, no Congresso, o então Senador Geraldo Althoff, no Senado Federal, e o Deputado José Carlos Aleluia, na Câmara dos Deputados, ambos do PFL. Essa lei criou a Conta de Desenvolvimento Energético e instituiu incentivos para o carvão mineral, visando, em princípio, à duplicação da produção de carvão no Brasil.

Sr. Presidente é preciso que o Brasil não esqueça, por um só momento, dos benefícios que pode trazer o seu potencial carbonífero. E não é só pelo seu uso principal, a geração de energia elétrica, nem somente pelo importante impacto positivo que a extração e utilização do carvão traz aos Municípios e regiões em que se dão essas atividades. O carvão tem o dom de estender seus bons feitos econômicos e de criação de empregos a diversos setores. Para cada emprego na mina, muitos outros são criados em outras atividades, principalmente industriais. Estudo da Fundação Getúlio Vargas dá esse efeito multiplicador de empregos como sendo de 8,39, isto é, para cada emprego na mina, temos mais de oito empregos fora da mina.

O carvão mineral é usado como fonte de calor em diversos setores industriais. Os seus subprodutos de queima nas usinas térmicas são utilizados em importantes atividades. O sulfato de amônia é insumo agrícola, na forma de fertilizante. A cinza leve é usada na indústria cerâmica. O calor e o vapor podem ser insumos de indústrias que se instalem na vizinhança da usina.

Especialmente atraente é a idéia de formar complexos extrativos, energéticos e industriais concentrados em torno das minas. Alguns países já fazem isso. A localização natural da usina é junto à mina, para evitar o custo do transporte. Se a isso se agrega, planejadamente, a instalação das adequadas indústrias, cria-se uma grande sinergia. Essa aglomeração em complexos industriais também facilita e melhora o tratamento dos problemas ambientais.

O conceito de planejamento no carvão energético deve, também, estender-se à indústria pesada fornecedora de equipamentos. Se um conjunto de usinas a carvão é planejado com a devida antecedência e a necessária coordenação, a indústria de equipamentos pode preparar-se para atender ao programa. Diga-se de passagem que, atualmente, o índice de nacionalização de equipamentos para usinas a carvão é maior do que para usinas a gás.

Em suma, o carvão mineral é recurso a ser considerado, e altamente considerado. O que deve orientar nossas escolhas é a diversificação de fontes, para que não fiquemos na dependência de uma única solução. Na energia elétrica, é fundamental que assim seja, e esta Casa tema a responsabilidade de alterar o Executivo para a necessidade de dinamizar-se o setor.

Tudo indica que o carvão mineral ingressa no século XXI como uma fonte de combustível confiável, de baixo custo, ambientalmente segura e largamente disponível em escala mundial.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em seguida, concedo o aparte a V. Ex^a.

E não podemos jamais esquecer que o Brasil tem carvão em proporções capazes de impactar positivamente a economia nacional, especialmente no que tange à produção de energia elétrica.

Toda essa potencialidade da utilização do carvão mineral como fonte energética foi contemplada na Lei nº 10.438, de 2002, a que me referi anteriormente, por meio da criação da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, elaborada pelo Governo Fernando Henrique e aprovada pelo Congresso.

A CDE criou incentivos que viabilizam os empreendimentos do setor e previa o prazo de março de 2003 para entrar em vigor. O atual Governo, por sucessivos decretos, vem postergando sua implementação, sendo que o último deles, simplesmente deixa de estabelecer prazo. Vejam, um decreto ignora uma lei aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, considero muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, sobretudo no momento em que são feitos estudos para uma revisão completa das normas do sistema elétrico brasileiro, para formação de um novo modelo, onde, não tenho dúvida, deve-se inserir o carvão. Portanto, manifesto também o meu entusiasmo e o meu apoio a essa questão. Aliás, como Ministro de Minas e Energia, o meu primeiro ato foi descer numa mina de carvão, em Criciúma, Santa Catarina. Reconhecemos explicitamente a importância da termoelectricidade, fundamental para a segurança do sistema, como V. Ex^a afirmou muito apropriadamente. Entendo que é preciso que se apóie tudo o que for possível nessa área. Inclusive, em relação à conta do desenvolvimento energético, o Governo Federal deve auxiliar no desenvolvimento dessa nova tecnologia, que já está em andamento. O nosso carvão, como bem assinalou V. Ex^a, tem uma série de problemas: possui alta quantidade de enxofre, é poluente, é pouco eficiente. No entanto, já existe uma tecnologia nova para se evitar esse tipo de problema. Porém, é preciso que haja efetivamente um apoio do Governo Federal, por meio não só da CDE, mas de outras ações, no sentido de que isso venha a ser explorado de forma sistemática. É importante, sobretudo para o Rio Grande do Sul e para Santa Catarina, a exploração do carvão. Devemos buscar qualquer tipo de incentivo para inserir, cada vez mais, o carvão na matriz energética brasileira. Louvo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, vou apenas responder ao Senador Rodolpho Tourinho.

Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Realmente, no período em que V. Ex^a foi Ministro de Minas e Energia, foi muito analisada a questão do carvão. Temos uma grande reserva desse minério, que pode gerar uma energia elétrica de custo razoável - não é a mais barata -, e pode cumprir um papel importante na segurança do sistema. O carvão, diferentemente do gás, não tem a cláusula **take or pay** no seu contrato,

quer dizer, o cidadão não é obrigado a pagar sem usá-lo. Portanto, seu uso deve ser incentivado.

Cada uma das fontes básicas de energia elétrica tem características próprias, virtudes e defeitos.

Concedo aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, estava representando o Presidente José Sarney, no exercício da Presidência, mas fiz questão de chegar ao plenário em tempo para cumprimentar V. Ex^a por trazer o tema da energia vinculada ao carvão. O Senador Rodolpho Tourinho disse muito bem que o uso do carvão é fundamental para o Rio Grande do Sul, além de ser uma questão social, pois poderá gerar milhares e milhares de empregos nas regiões de Candiota, Charqueadas, Triunfo, que não têm muitas opções de desenvolvimento. Infelizmente, Candiota I, Candiota II e Candiota III não estão hoje com o potencial que gostaríamos. O carvão, em primeiro lugar, é fundamental como energia. O tema do meu pronunciamento de hoje é a questão do desemprego e, para haver o desenvolvimento, temos que ter, cada vez mais, o potencial da energia. O carvão, no Rio Grande do Sul, é encontrado em enorme quantidade, um grande potencial que tem que ser mais bem-utilizado. Cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso que trata de um assunto nacional, mas me sinto contemplado – e muito – neste momento, devido, principalmente, ao potencial da usina de carvão, minério que está hoje em grande parte depositado no subsolo da Região Sul.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a pela sua participação, pois é um dos mais importantes representantes do Rio Grande do Sul, Estado que tem o maior potencial de carvão mineral, contando com mais de 80% das reservas brasileiras, como já afirmei no meu discurso. As demais reservas estão em Santa Catarina e no Paraná. É muito importante que todos nós estejamos juntos nesta luta. Meu Estado, Pernambuco, não tem carvão mineral, mas mesmo assim fiz este pronunciamento que, na verdade, é de interesse nacional. É importante para o Brasil que o carvão entre na matriz energética.

Sr. Presidente, para encerrar esta parte do meu pronunciamento – depois, gostaria de fazer uma pequena comunicação -, solicito ao Governo Federal que restabeleça imediatamente o prazo para que o carvão volte a ser utilizado na matriz energética brasileira.

Como já falei aqui antes, existe uma portaria do Ministério de Minas e Energia (*) adiando a entrada desses incentivos para o carvão. Antigamente, havia uma previsão para março de 2003, que foi adiada,

tendo sido marcados novos prazos. E, agora, houve um novo adiamento, sem que nenhum prazo fosse marcado. Então, é necessário que lutemos a fim de conseguir que seja marcado um prazo e que, efetivamente, essa conta do desenvolvimento energético comece a funcionar. Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim vai ajudar nesse trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu gostaria de falar sobre o carvão. Vou aproveitar os últimos segundos que ainda me restam, se V. Ex^a concordar, para falar um pouco sobre a questão dos sem-terra no meu Estado de Pernambuco.

O meu Estado é o que mais tem sido violentado por essas invasões. Mais de oitenta propriedades foram invadidas, e a violência está aumentando a cada dia. São assaltos a caminhões, etc. Outro dia, falei desta tribuna que eles destruíram a casa de um empregado dos próprios engenhos. Trata-se de uma violência que não tem amparo em nenhuma lei; não há lei alguma que autorize essas ações.

Venho aqui falar em nome de dezenas, de centenas de pessoas do meu Estado que me procuraram e me pediram para que eu protestasse pela atitude do Presidente Lula. Sua Excelência, que representa o Estado, não representa mais o PT, não representa mais uma facção política e sim o Estado brasileiro, tem um grau de intimidade tão grande com esses líderes do MST a ponto de dar biscoito na boca de um, colocar o gorro na cabeça de outro e andar com uma bola com o nome do MST. Essas atitudes tiveram um efeito muito negativo para Pernambuco. Isso não constrói, isso vai aumentar a violência e levar insegurança ao nosso campo, à nossa agricultura, que é um dos pontos altos do nosso País e que terá uma grande safra este ano.

Como pernambucano e sendo Pernambuco um dos Estados mais violentado por essas invasões, não poderia deixar de dar a minha palavra de protesto, pois entendo que o Presidente, que deveria ser de todos os brasileiros, está se associando a essas manifestações ilegais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no final de maio próximo passado, realizou-se na Câmara dos Deputados o Seminário “Carvão Mineral – O Combustível do Século XXI”. Oportuníssima iniciativa, Sr. Presidente, pois devemos manter sempre sob o foco

de nossa atenção os fatos básicos seguintes: a) o Brasil possui importantes jazidas de carvão mineral; b) precisamos desenvolver um amplo programa de construção de usinas térmicas, nos próximos anos e décadas, a fim de complementar, otimizar e dar segurança ao nosso parque de usinas hidrelétricas, fonte principal da energia elétrica que move o País; c) o carvão mineral é uma excelente alternativa como combustível para acionar usinas termelétricas.

Sr. Presidente, há fortes razões, econômicas e estratégicas, para que, com maior intensidade do que atualmente, recorramos ao carvão mineral como opção de energia primária para nossas térmicas. Temos em operação alguns bons projetos que, no entanto, totalizam apenas 1.414 megawatts, produzindo algo como 2% da energia elétrica gerada no País. É pouco. Alguns dos principais países do mundo apóiam-se fortemente no carvão mineral para obterem energia elétrica. Em comparação com os nossos 2%, a Austrália apresenta seus 85%; a China 70%; a Dinamarca, 67%; os Estados Unidos, 57%; e a Alemanha, 52%.

Nesses e em outros países, o carvão é a fonte principal da energia elétrica, e o será por muitas décadas ainda, segundo recentes projeções, pois as reservas mundiais de carvão são abundantes. Enquanto petróleo e gás se esgotarão em cerca de 50 anos, o carvão durará séculos.

A utilização do carvão com tecnologias tradicionais, inadequadas e ultrapassadas estigmatizou-o como vilão da poluição e de problemas ambientais. Sempre associamos a imagem de usinas térmicas a carvão a um meio-ambiente devastado. Mas a atual realidade é outra. Nas últimas décadas, tecnologias de combustão limpa reduziram de muito as emissões poluentes das térmicas a carvão. Hoje em dia, há usinas térmicas a carvão operando dentro de cidades como Berlim e Washington. No Brasil, nossos projetos mais modernos já satisfazem a legislação ambiental, e podemos melhorar ainda mais esse desempenho em projetos futuros.

As jazidas de carvão mineral são nossa maior reserva de energia. Mais do que petróleo ou gás. E são fontes custeadas em moeda nacional, sem o ônus cambial do gás natural importado, por exemplo. Pelo carvão energético pagamos em real. E temos carvão, Sr. Presidente. Nossas reservas somam 32 bilhões de toneladas. Mesmo que multiplicássemos por 10 o uso que fazemos do carvão como fonte de energia elétrica, ainda assim as reservas durariam por mais 100 ou 150 anos.

Refiro-me a reservas conhecidas e medidas, 89% delas no Rio Grande do Sul, 10% em Santa Ca-

tarina e 1% no Paraná. Justamente os Estados onde estão as térmicas a carvão em operação, como as usinas de Jorge Lacerda, Presidente Médici e Candiota. Mas é possível que o Brasil tenha mais carvão, ainda não descoberto. Precisamos pesquisar e analisar melhor, por exemplo, as bacias sedimentares do Acre, do Amazonas, junto à fronteira com a Colômbia, de Roraima, e a bacia do Parnaíba.

Espero, Sr. Presidente, que o atual governo dê seqüência, e até maior dinâmica, ao que se fez em matéria de térmicas a carvão, nos anos 70, 80 e 90. Há, hoje, projetos pendentes que aguardam a definição em detalhes do modelo do setor elétrico.

Cabe, a propósito, lembrar que, em 31 de março de 2000, decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um programa de incentivo à utilização do carvão mineral nos Estados do Sul, com o objetivo de aumentar a participação do carvão na matriz energética, via geração competitiva de energia elétrica. O programa previa a recuperação ambiental das áreas carboníferas degradadas.

Vale também mencionar a Lei nº 10.438, publicada em 29 de abril de 2002, elaborada em sua redação inicial pelo Ministério de Minas e Energia ao tempo em que fui titular daquela pasta e que teve como relatores no Congresso o então Senador Geraldo Althoff e o Deputado José Carlos Aleluia, ambos do PFL. Essa lei criou a Conta de Desenvolvimento Energético e instituiu incentivos para o carvão mineral, visando, em princípio, à duplicação da produção de carvão no País.

Sr. Presidente, é preciso que o Brasil não esqueça por um só momento dos benefícios que pode trazer o seu potencial carbonífero. E não é só pelo seu uso principal, a geração de energia elétrica. Nem somente pelo importante impacto positivo que a extração e utilização do carvão traz aos Municípios e regiões em que se dão essas atividades. O carvão tem o dom de estender seus bons efeitos econômicos e de criação de empregos a diversos setores. Para cada emprego na mina, muitos outros são criados em outras atividades, principalmente industriais. Estudo da Fundação Getúlio Vargas dá esse efeito multiplicador de empregos como sendo de 8,39!

O carvão mineral é usado como fonte de calor em diversos setores industriais. Os seus subprodutos de queima nas usinas térmicas são utilizados em importantes atividades. O sulfato de amônia é insumo agrícola, na forma de fertilizante. A cinza leve é usada na indústria cerâmica. O calor e o vapor podem ser insumos de indústrias que se instalem na vizinhança da usina.

Especialmente atraente é a idéia de formar complexos extrativos, energéticos e industriais concentrados em torno das minas. Alguns países já fazem isso. A localização natural da usina é junto à mina, para evitar o custo do transporte. Se a isso se agrega, planejadamente, a instalação das adequadas indústrias, cria-se uma grande sinergia. Essa aglomeração em complexos industriais também facilita e melhora o tratamento dos problemas ambientais.

O conceito de planejamento, no carvão energético, deve, também, estender-se à indústria pesada fornecedora de equipamentos. Se um conjunto de usinas a carvão é planejado com a devida antecedência e a necessária coordenação, a indústria de equipamentos pode preparar-se para atender ao programa. Diga-se de passagem que, já atualmente, o índice de nacionalização de equipamentos para usinas a carvão é maior do que para usinas a gás.

Em suma, o carvão mineral é recurso a ser considerado, e altamente considerado. O que deve orientar nossas escolhas é a diversificação de fontes, para que não fiquemos na dependência de uma única solução. Na energia elétrica, é fundamental que assim seja, e esta Casa tem a responsabilidade de alertar o Executivo para a necessidade de dinamizar-se o setor.

Tudo indica que o carvão mineral ingressa no século XXI como uma fonte de combustível confiável, de baixo custo, ambientalmente segura e largamente disponível em escala mundial. E, jamais esquecer, o Brasil tem carvão em proporções capazes de impactar positivamente a economia nacional, especialmente no que tange à produção de energia elétrica.

Toda esta potencialidade da utilização do carvão mineral como fonte energética foi contemplada na Lei nº 10.438 de 2002, a que me referi anteriormente, através da criação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE elaborada pelo Governo Fernando Henrique e aprovada pelo Congresso. A CDE criou incentivos que viabilizam os empreendimentos do setor e previa o prazo de março de 2003 para entrar em vigor. O atual Governo, através de sucessivos decretos, vem postergando sua implementação, sendo que o último deles, simplesmente deixa de estabelecer prazo. Vejam, um decreto ignora uma lei aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo este pronunciamento solicitando que o Governo Federal estabeleça, imediatamente, o prazo para que o carvão volte a ser utilizado na matriz energética brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, inicialmente, de associar-me ao requerimento de voto de pesar, apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, pelo falecimento do ilustre baiano Carlos Sant'Anna.

Ex-Ministro da Saúde e da Educação no Governo Sarney, também ex-Deputado Federal pela Bahia, Sant'Anna foi Líder do Governo na Câmara durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Homem público íntegro, que, ao longo de sua vida, sempre trabalhou pela Nação. Morreu há pouco, aqui em Brasília, aos 72 anos, no Hospital Santa Luzia, em consequência de problemas cardiovasculares e complicações por diabetes e hipertensão.

Apresento minhas condolências a sua família, em meu nome e em nome do meu Partido, o PFL, reconhecendo que a Bahia perdeu um de seus filhos que muito trabalharam pelo desenvolvimento do Estado.

Quero também tratar de um assunto de extrema importância para a população da cidade de Salvador. No dia 2 de julho, data magna da independência da Bahia, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador César Borges e eu tratamos aqui de um problema muito grande que aflige a cidade de Salvador: a possível paralisação das obras do metrô, o metropolitano de Salvador, ameaçado, agora, por falta de verbas.

A primeira etapa desse sistema viário, o metrô de Salvador, que compreende a ligação da estação de Pirajá com a estação da Lapa – vai do centro para uma periferia onde se concentra uma população grande de baixa renda –, está ameaçada de paralisação. Essa ligação, que é a primeira de quatro etapas do metropolitano de Salvador, deverá atender cerca de 200 mil passageiros por dia, beneficiando uma população de cerca de 1,2 milhão de pessoas. Trata-se de uma população que sofre diariamente com a falta desse sistema de transporte e que anseia pela continuidade das obras e pela inauguração do metrô.

O metropolitano de Salvador é um empreendimento conjunto do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador com o Governo Federal e o Banco Mundial. A União, juntamente com recursos do Banco Mundial, deverá entrar com US\$150 milhões; a União, com recursos próprios, em contrapartida desse financiamento do Banco Mundial, com US\$40 milhões; o Governo do Estado da Bahia e a

Prefeitura Municipal de Salvador, com US\$64 milhões; e a iniciativa privada, com cerca de US\$53 milhões.

Convém ressaltar aqui que a participação do Governo do Estado e da Prefeitura é a maior entre todos os projetos de metropolitano que estão sendo efetuados no Brasil atualmente. Os de Recife e de Belo Horizonte, por exemplo, têm 100% de participação do Governo Federal, ou seja, têm uma participação integral. Aliás, considero extremamente importante que assim seja, porque esse problema é, sobretudo, do Governo Federal. No metropolitano de Fortaleza, exceto a primeira etapa, a participação do Governo Federal também será integral. No caso de Salvador, considerando as participações diretas e indiretas do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador, atingiremos 30%.

Creio que, até pela razão de ter a maior participação de um Governo estadual e municipal, esse projeto deveria ser tratado de forma diferenciada pelo Governo Federal. Mas não é isso que está acontecendo. E a razão de termos entrado com um percentual tão alto era, no nosso entendimento, acreditar que isso viria facilitar e acelerar todo o processo, buscando reduzir o sofrimento dessa enorme população que depende do sistema de transporte. Repito que, apesar dessa grande participação do Governo do Estado e da Prefeitura, não temos tido um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal.

Do Orçamento Federal de 2002, que ficaram em restos a pagar, cerca de R\$19 milhões, só foram liberados este ano cerca de R\$3 milhões. No Orçamento de 2003, de R\$63 milhões, nada foi liberado; nada, absolutamente nada foi liberado até o presente momento. No entanto, o Governo do Estado e a Prefeitura de Salvador cumpriram a sua parte: já liberaram cerca de 20% do Orçamento e já estão em processo de liberação de outras parcelas. Foi essa liberação do Estado, conjuntamente com a liberação da Prefeitura, que permitiu que a obra não fosse paralisada.

Vejam bem, gerando, direta e indiretamente, cerca de cinco mil empregos, é fácil verificar o que a paralisação completa de uma obra pode acarretar. Vamos ter desemprego em massa de operários, que não têm outra opção de emprego; vamos ter famílias passando necessidade, sem que haja razão para isso; sem que haja razão, repito, porque basta o Governo Federal cumprir sua parte para que esse mal seja evitado. É bom lembrar também que uma paralisação de obra, além do grave problema do desemprego, traz outras consequências, como, sobretudo, a de tornar a obra mais cara, o que só virá agravar o pro-

blema da necessidade de recursos futuros para completar o fluxo do empreendimento.

Queria repetir o apelo que fiz ontem aos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante, no sentido de atuarem junto ao Governo Federal e aos Ministérios envolvidos para buscarem a solução.

A pior coisa que poderá acontecer, volto a repetir, é a paralisação da obra.

A solicitação que fiz aos Líderes Aloizio Mercadante e Tião Viana dirijo, agora, ao Presidente Lula: Presidente, a população da cidade de Salvador realiza diariamente cerca de dois milhões de viagens no sistema de ônibus, em cerca de dois mil e duzentos veículos, utilizando um sistema viário já limitado pelo próprio crescimento da população. Nos horários de picos existem enormes congestionamentos e um enorme desconforto a toda a população.

Presidente, a cidade onde Vossa Excelência teve possivelmente uma das mais expressivas vitórias, aliás até com o apoio do nosso Partido, o PFL, pede-lhe atenção, pede-lhe que verifique exatamente o que está acontecendo, pede a sua interferência para evitar que as obras sejam paralisadas e que haja demissão em massa de operários. É fácil, basta que sejam liberados recursos já comprometidos, já acertados no cronograma, sendo que parte deles, inclusive, já está depositado na conta do Governo brasileiro em Nova Iorque.

É esse o apelo que, no dia de hoje, queria fazer desta tribuna, de uma forma muito clara e objetiva, pedindo a solução desse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Platão nos traz um diálogo muito interessante entre Theuth e o rei Thamus. Theuth, segundo a lenda, teria sido um deus egípcio a quem fora consagrado o pássaro Íbis. E, também, segundo a lenda, teria sido o inventor dos números, da Geometria, da Astrologia, dos jogos de azar e do alfabeto. Tendo feito isso, levou o seu conhecimento ao Rei Thamus, que lhe perguntou de que serviria, qual a vantagem de ter descoberto ou inventado o alfabeto. E Theuth respondeu: “Serve para despertar a memória”. Ao que replicou o rei Thamus: “Pois para mim me parece justamente o contrário, porque os homens, servindo-se desses caracteres, colocarão tudo no papel e não conservarão nada na memória”.

Sr. Presidente, parece-me atual esse diálogo, se é que existiu, e revela bem o momento que vivemos. Estamos perdendo a memória. Tudo está no papel, ou na imagem, mais do que no papel. Esquecemo-nos de qual foi a conduta presidencial ao longo desse seis meses de Governo, sobretudo com relação à questão fundiária, à questão da terra, da agricultura, da reforma agrária. O Presidente compareceu a diversos eventos, a diversas feiras agropecuárias e ali festejou a produção da grande propriedade, a produção agrícola, a produção pecuária, montou em trator e teve vários gestos de simpatia, afetuosidade e cordialidade. Sempre afável, recebeu presentes, lembranças e a imprensa brasileira registrou tudo, está no papel.

Mas isso não conta, não dá a dimensão de que o Presidente tem sido o mediador dessa questão agrária brasileira, onde, de um lado, está o latifúndio, a grande propriedade, a propriedade produtiva saudada pela Nação, pelo Presidente Lula, e, do outro, os sem-terra.

É uma matéria antiga, que perpassa a história brasileira, Sr. Presidente, a matriz latifundiária do Brasil, que tem origem nas donatarias, do regime sesmario. É um tema que plasmou a tessitura fundiária do Brasil, a sua forma de ocupação, à margem ou dentro da lei, segundo o que era, num primeiro momento, um direito reinol e, em seguida, o regimento geral, as cartas de doação das capitanias hereditárias, que embasaram a formação territorial do Brasil.

Não há dúvidas de que sempre foi a grande propriedade que realizou, em grande parte, a ocupação do Brasil. Assim foi o período do ciclo do açúcar, onde as sesmarias deram origem à formação dos engenhos. Enfim, o ciclo da pecuária, do gado avançou pelas Minas Gerais, porque o gado avançou carregando a si mesmo e trazendo a si mesmo de volta à civilização, ao mercado de consumo.

Enfim, não venho aqui, Sr. Presidente, para mostrar como aconteceu esse processo de ocupação do solo pátrio, mas para dizer que a Lei nº 601 também consagrou o regime da grande propriedade na legitimação e no reconhecimento do domínio privado das terras públicas. Porque sabemos que as terras nasceram públicas e, com o ato de conquista de Cabral, passaram à Coroa Portuguesa. E, em seguida, começaram exatamente os destaques do patrimônio público, como falei, do sistema sesmario.

Sr. Presidente, esse é um processo de ocupação que já conhecemos muito. Por isso, neste Brasil, depois de cinco séculos de latifúndio, reclama-se a reforma agrária, consagrada, sobretudo, no Estatuto da Terra, que é a Lei nº 4.504, de 1964. Nesse ponto,

nesse imperativo da reforma agrária, eu, antes de ser parlamentar, quando advogado do Incra, em 1977, perante a Câmara dos Deputados, na CPI instalada para tratar de atividades ligadas ao Sistema Fundiário Nacional, compareci e falei que tínhamos um modelo latifundiário que desafiava a Nação há mais de quatro séculos.

Portanto, o Sistema Fundiário brasileiro, calcado no modelo latifundiário, atravessa, por mais de quatro séculos, desde a sua gênese no sistema das donatarias. Em seguida, falava que seriam mais de 9 milhões de brasileiros do outro lado dos cercados e dos limites das propriedades, com fome de latifúndio para saciar aquilo que era a esperança de ter o que comer, de ter onde morar, de ter dignidade e cidadania.

Sr. Presidente, este tema foi esquecido por longo tempo. Talvez eu tenha sido um dos Parlamentares que mais produziu documentos e pronunciamentos nesse sentido. Evoco essa primazia não por qualquer veleidade pessoal, mas porque isso tem sido a pedra de toque, tem sido a minha participação, até diria, repetitiva, neste Congresso e sobretudo no Senado da República. Tenho mostrado a importância de distribuição da terra como um princípio da justiça social. Mas, na hora em que se fala em reforma agrária, aqueles que escamoteiam as suas verdadeiras intenções aí encontram um pretexto insignificante, não para atacar pessoas, mas para atacar o programa da reforma agrária. Esta é a realidade, Sr. Presidente!

E nós, que vimos o Presidente da República, em diversas manifestações, aplaudir a propriedade produtiva, entendemos absolutamente normal essa atitude, e temos que saudar os produtores da riqueza nacional, sobretudo os produtores rurais, sejam pequenos, grandes ou médios, enfim, de todos os tamanhos, todos eles são bem-vindos na produção agrícola do País. Mas quando o Presidente veste o boné, é um símbolo, é algo menor, é uma forma de um diálogo cordial – volto a dizer –, afetuoso, um diálogo que se estabelece com um movimento que existe, e quem não sabe que existe esse movimento está ignorando a realidade socioeconômica e política brasileira. Esse movimento completa vinte anos. Esse movimento, que deve seguir a lei, e se às vezes a extrapola todos condenamos, porque a democracia é o governo das leis, não é governo das pessoas. A democracia é sobretudo o império da lei. “Fora da lei, não há salvação”, disse Rui, e nós todos repetimos. O Presidente da República é o chefe do Poder Executivo, submisso às leis. Ninguém duvida da sinceridade e da autenticidade democrática do Presidente Lula. Essa profissão de fé na democracia Sua Excelência o fez desde o

discurso de posse, e tem repetido por diversas vezes. E é isto que temos que entender: esse gesto do boné não é um gesto a favor de ilegalidades, mas é um gesto a favor do diálogo, do entendimento e do consenso, e não do confronto! Não podemos incitar a sociedade a um confronto com o MST. Queremos que o MST pague sua conduta e suas ações dentro da lei. Toda ilegalidade será repudiada. Disso ninguém duvida. Isso o Governo tem claro como missão de executor e cumpridor da lei.

Mas a intolerância, às vezes, excede-se a si mesmo. Como disse Baltasar Gracián – e V. Ex^a conhece o texto da **A Arte da Prudência** –: “Os sábios são os menos tolerantes, já que muita ciência adquirida lhes diminui a paciência”. Ora, Sr. Presidente, a outra regra que Gracián também lembra, de Epíteto, que é a regra mais importante da vida, consiste em saber tolerar as coisas. E aí digo eu: quem não tolera os outros talvez não tolere a si mesmo. E é esta até uma questão psicológica da crítica que, não tendo um motivo maior, uma razão de conteúdo, uma razão de substância, se apegue a um gesto do boné, que é um gesto afável, amistososo, amigável, um gesto de quem quer conversar, de quem quer entendimento, de quem quer um canal do diálogo. E nesse ponto se coloca toda a intolerância, não contra o Presidente, talvez contra o tema reforma agrária.

Que a reforma agrária será realizada, disso eu não tenho nenhuma dúvida! É a causa da minha vida. Desde a minha tenra juventude dediquei-me a este processo, no qual acredito, porque é a forma de realizar a função social da propriedade. É a função social da propriedade que está em jogo, e a propriedade tem que realizar a função de ser um bem de produção, um bem de geração de recursos, de riqueza, de renda e de felicidade para a gente brasileira, neste País continental. Há terra. Há tanta terra de boa qualidade. Há terra para todos. Há terra sobretudo para realizarmos uma reforma agrária justa, ordeira, dentro da lei. E vamos realizá-la! Vamos buscar os recursos, engenho e arte, porque o Governo está empenhado em realizar a reforma agrária.

Mas, Sr. Presidente, será que nos esquecemos das atitudes do Presidente Lula ao longo desses seis meses?! Por diversas vezes Sua Excelência mostrou um gesto amistososo para com toda a classe produtora na área rural. E mostrou, com toda grandeza d'alma, por intermédio do diálogo – inclusive é isso que o Presidente quer que continue com a classe ruralista, aliás, Sua Excelência até já marcou um encontro para ouvir ambas as partes. O Presidente quer ser o mediador para realizar o desenvolvimento econômico e

social; e a reforma agrária é um pressuposto do desenvolvimento econômico e social. Os países desenvolvidos passaram por um processo de reforma agrária. O que não podemos é continuar com essa concentração brutal de renda, Sr. Presidente! Aqui os números são cada vez piores! Hoje, 10% detêm 90% do território nacional, e 90% detêm apenas 10% das terras agrícolas. Nós temos que inverter esse quadro! Mas quando se fala, porque se veste o boné, é um gesto, mas não um gesto de ilegalidade, é um gesto de concórdia, de entendimento. Não podemos ir para o confronto. O confronto é o caos social, é a sublevação de um setor da sociedade contra o outro, é uma guerra fratricida. Não queremos milícias, nem invasões! Não queremos nada mais do que a ocupação ordeira e conduzida pelo Poder Público. O Governo está concluindo um plano nacional de reforma agrária, e este plano há de nortear os passos do desenvolvimento no campo. O Governo, nesse primeiro momento, preocupou-se fundamentalmente em oferecer o crédito fácil para a propriedade familiar, o crédito familiar para o produtor agrícola, a fim de que ele pudesse ultrapassar as barreiras da burocracia e ter acesso ao crédito para garantir o seu assentamento. Porque não adianta assentar novas famílias se as atuais são despejadas por força das circunstâncias, pela miséria, pelas dificuldades de permanência no campo!

Ora, o que se vê hoje é que não há um argumento material de conteúdo para criticar o Presidente. O gesto do boné! Um gesto singelo, um gesto simples, um gesto humanitário, um gesto de companheirismo, um gesto que não ofende, de maneira nenhuma, a grandeza nacional. Mas os sábios são intolerantes e não querem que um Presidente da estrutura popular de Lula governe a sua maneira, a sua semelhança, com simplicidade, com aquilo que é o próprio carisma do entendimento com o povo brasileiro. É a forma, é o estilo, e não é um estilo ilegal.

Não podemos transformar o Presidente da República numa estátua de mármore fria, sem vida, sem sentimentos e sem senso. Pelo contrário, o Presidente da República é essa figura esculpida no seio do povo brasileiro, que veio governar o Brasil e o faz dentro da lei e da ordem. O Presidente teve a oportunidade de afirmar essa posição no controle que o Governo tem da economia. Os índices eram alarmantes e, hoje, a inflação e o câmbio estão sob controle. E o que queremos? Criticar o Presidente pelo gesto do boné.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil merece uma discussão mais séria. Vamos trazer à baila o conteúdo da reforma agrária, vamos ver até onde o Congresso está disposto a inovar, dar celeridade e aprovar documen-

tos legislativos que dêem a ela uma viabilidade rápida, justa e correta. Que a reforma agrária seja massiva, ampla e geral, do tamanho da necessidade do Brasil. A contribuição do Congresso está em buscar a construção desse diálogo, nessa tarefa tão difícil de dividir terras.

Não vou trazer, Sr. Presidente, o histórico da reforma agrária. Não quero me referir aos irmãos Gracos, que morreram pela condenação de sábios como Cícero, um latifundiário e defensor dos interesses dos grandes proprietários na Roma antiga.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a, meu Líder Renan Calheiros, com muito prazer.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – O assunto que V. Ex^a aborda é fundamental e absolutamente contemporâneo. Senador Amir Lando, o Governo começa a viver a sua primeira grande crise, pois não há como, efetivamente, deixar de fazer a reforma agrária. Mais do que qualquer outro, esse Governo tem que agilizá-la. Não dá para pedir mais trégua e dizer que não há dinheiro, porque essa demanda continua reprimida e não pode continuar assim, V. Ex^a já o disse muito bem. Tenho muita preocupação com os desdobramentos desse assunto, pois é preciso que a reforma agrária seja feita de acordo com a lei e a ordem. Fico preocupado quando ouço o Ministro do Desenvolvimento Agrário dizer que reforma agrária é muito mais do que distribuição de terras. Todos sabemos disso, mas S. Ex^a precisa, primeiramente, distribuir terras, para poder dizer o que complementaria o seu projeto de reforma agrária. Não há como o Congresso Nacional ficar fora desse assunto. Há pouco, eu comentava com o Líder Arthur Virgílio que se ficar demonstrado que a CPI vai colaborar para a restauração da paz no campo, ajudando a implementar a reforma agrária e votando, emergencialmente, recursos para que isso seja feito, talvez se retire do noticiário essa coisa ridícula que são as cenas de milícias privadas armadas praticando tiro ao alvo, ou de trabalhador sem terra invadindo propriedade produtiva. Isso põe em risco o Estado democrático de direito e expõe as nossas melhores instituições. Assim, V. Ex^a traz ao debate um assunto urgentíssimo e atual. Parabéns por isso e gostaria de lhe dizer que, como Líder do PMDB, quero, efetivamente, colaborar com a solução desse assunto. Aliás, Senador Amir Lando, o PMDB está no Governo para isso. O PMDB não quer ser parte desse exército de painel, mas ajudar na governabilidade. O PMDB é um grande Partido, porque tem propostas, projetos e idéias, e quer submetê-las

ao Governo. O PMDB não pode ter, na sustentação, o seu papel diminuído, reduzido. Isso não tem sentido. Não foi para isso que entramos na sustentação. Se há um grande problema ou uma grande crise, que chamem o PMDB, porque talvez ele possa contribuir com a experiência dos seus quadros e ajudar o País. Mais do que nunca o Brasil precisa de ajuda. Esse episódio do boné é irrelevante, V. Ex^a tem razão, mas o Governo não pode perder a isenção, senão, mais adiante, terá que colocar o boné da UDR e dar biscoitinho para o Caiado, o que seria também muito ruim para as nossas instituições.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – O Governo dará, com certeza, um almoço para toda a UDR, ou para a Bancada ruralista, para ser mais correto e justo. Não é nenhuma ofensa a alguém o fato de ser tratado com afetuosidade e com gestos do diálogo, como o sorriso e a mão estendida, e o Presidente da República, temos que dizer a toda a Nação, felizmente, tem diálogo com esse setor da sociedade, com esse estamento, se quiserem, da sociedade organizada, que está aí a exigir uma postura firme com relação à reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Amir Lando, lamento informar-lhe que o seu tempo está esgotado. No entanto, gostaria de lhe dizer que existe um livro que Antonio Carlos Magalhães fez com os melhores pronunciamentos, convertido em disco. Já li Demóstenes, Cícero e Quintiliano.

É muito oportuno o seu pronunciamento. Aqui estão presentes as maiores inteligências do PT, como os Senadores Paim e Tião, que, juntamente com o País, estão vendo o que é o PMDB, a sua grandeza, tão bem representada por V. Ex^a nesse pronunciamento, que também foi enriquecido pelo nosso Líder.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, farei todo o esforço para concluir, embora o tema me exigisse um tempo maior.

Para dizer a V. Ex^a e ao meu Líder, Senador Renan Calheiros, que S. Ex^a, como eu, integra a base do Governo, e o PMDB tem dado uma colaboração decisiva na aprovação dos projetos de interesse nacional que o Governo patrocina no Senado e na Câmara. Isso continuará e será parte, também, da discussão da reforma agrária brasileira, que deve ser realizada pois é um imperativo nacional no qual o Governo está empenhado. Não será a simples falta de recursos que impedirá a realização da reforma agrária. Se, neste ano, o processo não for feito no ritmo desejado, possivelmente será acelerado no próximo ano. Recebemos um orçamento garroteado por poucos recursos para o

campo da reforma agrária, mas vamos ampliá-lo, talvez agregando recursos adicionais aos atuais, para realizar mais do que eles permitem hoje.

Sr. Presidente, peço de V. Ex^a a complacência, sobretudo quando se trata de um interesse palpitante, cujo caminho o País vai, por certo, trilhar com muita reflexão, muito diálogo e, sobretudo, com ponderação.

Eu não posso deixar de ouvir o Líder do PT, que cuida das questões do Governo nesta Casa, porque a sua palavra é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Amir Lando, V. Ex^a simboliza Rui Barbosa, que repetiu que só na lei e na justiça há salvação, mas, infelizmente, o Regimento diz que o seu tempo está esgotado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Devo concluir, Sr. Presidente, sem ouvir vozes tão importantes para esse tema, que é um estrépito e do qual a Nação inteira participa.

A política, como disse Max Weber, é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira, e isso é o que o Presidente Lula tem feito. Um esforço dessa natureza exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. E é perfeitamente exato dizer, com toda a experiência histórica – isso é confirmado ao longo do tempo –, que não se teria jamais conseguido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. E tentaremos o possível e o impossível, porque a reforma agrária é o imperativo que vai realizar a paz, a concórdia, a felicidade e a cidadania no campo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedemos, com muita honra, a palavra ao Senador Paulo Paim, que preside o Congresso na ausência do Presidente José Sarney.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que não pretendia falar sobre esse assunto do chapéu ou da bola de futebol, até porque tenho o maior carinho pela bola de futebol, que simboliza um esporte que, eu diria, une a maioria do povo brasileiro.

Sinceramente, Sr. Presidente, considero um exagero fazer uma tempestade em uma situação como essa. Se estivéssemos discutindo a reforma agrária e as formas de implementá-la de maneira pacífica e tranqüila, como têm orientado o Presidente Lula e também o Ministro Miguel Rossetto, faríamos um bom debate. Mas a história do boné e da bola não dá um bom debate. Eu diria, inclusive, que o tempo na tribuna do Senado é gasto de forma inadequada.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, desejo cumprimentá-lo pela tolerância em trazer, de fato, essa matéria à tribuna do Senado. É uma atitude necessária. Existe um debate tão intenso sobre o boné que o Presidente Lula colocou, como um gesto carinhoso, de respeito a um movimento social, que já estou pensando até em enviar-lhe uma coleção de bonés, porque talvez dilua o debate a respeito desse tema. Gostaria de demonstrar também a minha preocupação, pois deveríamos estar travando um amplo debate sobre a crise estrutural do Estado brasileiro, e, no caso, a Oposição deveria estar apontando alternativas que significassem mudanças para melhor em relação ao que o Governo está fazendo. Ao mesmo tempo, a Oposição deveria estar fazendo críticas do ponto de vista estrutural. Penso que estão trocando, ou tentando trocar, com atitudes, o conteúdo pela forma. Em vez de discutirmos o problema estrutural do Brasil, há preocupações de ordem cosmética. Creio que isso não leva a avanço algum. Quanto à ponderação equilibrada e também muito prudente do Senador Renan Calheiros, gostaria de agradecer a sua presença madura e firme, como um homem que apóia o Governo do Presidente Lula, apóia o nosso projeto de sociedade no Brasil hoje, como um homem que constrói um fortalecimento da base de apoio ao Governo, consolidando a unidade do PMDB a favor do Governo do Presidente Lula. Mas trago à lembrança, quando S. Ex^a fez essa referência crítica, o grande personagem da história da redemocratização do Brasil, o Dr. Ulysses Guimarães, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, uma instituição da política brasileira, foi Presidente Nacional do PMDB quando vivíamos um momento de conflito efetivo entre a sociedade e os povos indígenas, os nossos irmãos indígenas. O cacique Raoni agia além de um limite de conceito de normalidade. Havia violência no campo e conflito nas relações entre fazendeiros e povos indígenas. Naquele momento, o Dr. Ulysses Guimarães, num gesto de simbolismo e respeito à história tradicional dos povos indígenas, coloca um cocar na cabeça, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. É uma lembrança que demonstra o respeito à sociedade, à Nação brasileira. Um gesto de carinho ou de consideração histórica em relação a um determinado segmento social não pode ser considerado de maneira crítica. Associo-me a V. Ex^a no pronunciamento que faz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, Líder Tião Viana, pela felicidade desse exemplo. Inúmeros líderes deste País, de forma respeitosa, usaram símbolos que tem tudo a ver com uma etnia, com uma raça ou até com um movimento. V. Ex^a foi muito feliz ao relemburar essa história do cocar que foi utilizado por Ulysses Guimarães. Meus cumprimentos.

Eu iria um pouco além. O Presidente Lula, com a maior tranquilidade, hoje, discute a Alca, discute com o FMI. Recentemente, vi o Presidente Lula em uma grande fazenda, em cima de uma grande colheitadeira, a mais moderna, acredito, existente no País, que deveria ser de um grande latifundiário, pois não podia ser de um sem-terra. Nessa ocasião, ninguém o criticou; nem mesmo os sem-terra o criticaram. Na campanha, lembro-me de que Sua Excelência dizia: “Tenho condições de implementar a reforma agrária de maneira pacífica, ordeira, negociando com os ruralistas e com os sem-terra”.

Como o Movimento dos Sem-Terra, na visão do Presidente, estava num movimento forte, o que faz o Presidente Lula? Convoca os líderes dos sem-terra para uma rodada de entendimento, de negociação, demonstrando sua capacidade de dialogar, quando faz um gesto de carinho: o do boné, o da bola ou o do biscoito. No outro dia, Sua Excelência, desarmado, faz um convite a toda a bancada ruralista, como aqui foi dito pelo Líder do Governo no Congresso, Senador Amir Lando, e não fez nenhuma discriminação.

Conheço bem a Bancada de Deputados Federais da Câmara, onde está a UDR, sim, e a respeito. Posso dela discordar, mas a respeito. Tenho uma simpatia maior, não nego, pela CUT e pelo próprio MST, mas respeito a UDR. É claro que a respeito! É o direito de se organizar. Agora mesmo, na sala da Presidência, eu, que tenho identidade com a CUT, Senador Arthur Virgílio, recebi a nova central, que ora se forma, dos servidores públicos, que, na verdade, estão rachando com a central de que fui um dos fundadores. Mas considero legítimo o direito de setores da sociedade se organizarem e irem à busca do que entendem correto para um País melhor, cada um na sua visão.

É claro que todos entendemos que a reforma agrária deve ser pacífica, ordeira, que essa reforma deve ser feita, como disse muito bem o Ministro da Justiça, nos limites da lei, seja para o MST, seja para a UDR. E aqui endossamos essa posição com muita tranquilidade.

Tenho percebido também, embora não seja esse o teor do meu discurso, que há uma crítica contundente ao Ministro Miguel Rossetto. S. Ex^a foi

Vice-Governador no Governo do companheiro Olívio Dutra, Governador do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, também no meu Estado, a sociedade meio que estigmava o Vice-Governador Miguel Rossetto como um homem extremado, sectário. Hoje, se fizermos uma pesquisa no Rio Grande do Sul, entrevistando os empresários, os representantes da Fiergs, os fazendeiros e os trabalhadores, veremos que o Sr. Miguel Rossetto, na verdade, é um conciliador, é um homem muito preparado, competente, qualificado. Tenho certeza de que S. Ex^a conseguirá fazer essa mediação – eu diria até de forma simbólica – entre a UDR e o MST, na busca da reforma agrária.

Era só essa a introdução que eu queria fazer. Todos sabem que a minha forma de atuar é muito mais numa linha propositiva. Por isso, reafirmo que a reforma agrária é muito importante. Todos aprendemos que uma das melhores formas de combater o desemprego – e este era o tema do meu discurso – é fazendo com que a reforma agrária aconteça, repito, com diálogo, com negociação, com indenização, sem violência e nos marcos da lei. Por isso, torço para que a reforma agrária aconteça.

Lembro-me de que, há alguns anos, nos meus discursos, para defender a reforma agrária, eu dizia que não conhecia um país do mundo, capitalista, socialista, socialdemocrata, que não tivesse feito a reforma agrária. O Brasil não teve reforma agrária. Numa retrospectiva história, nos Estados Unidos também houve um tipo de reforma agrária que aprendemos a ver nos filmes. Ora, aqui no Brasil, infelizmente, a reforma agrária não acontece e não pode ser um tabu; não pode ser proibido falar em reforma agrária, e tenho certeza de que ela vai acontecer.

Quando o Ministro Miguel Rossetto fala que não é a sua terra, quer dizer que temos de trabalhar com política agrícola, até mesmo com subsídio, para que o homem, efetivamente, fique no campo, produzindo até mesmo alimento mais barato para nós todos que vivemos na área urbana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu discurso ia muito mais na linha de falar sobre a importância do lançamento do programa Primeiro Emprego. Eu, que tanto falo sobre o desemprego, quero dizer que é uma iniciativa que entendo corajosa e positiva do Presidente Lula e também do Ministro Jaques Wagner. Ora, por que acredito nessa proposta? Sua raiz vem também do meu Rio Grande do Sul. No Governo de Olívio Dutra, implementamos lá o Primeiro Emprego. A proposta ora apresentada pelo Presidente Lula e por Jaques Wagner vai garantir, para cada empresa que conceder mais um posto de trabalho para

o nosso jovem de 16 a 24 anos, o correspondente a R\$200,00. Quer dizer, a União vai aportar R\$200,00 para a empresa, que pagará somente R\$40,00.

Nos primeiros seis meses, a previsão é atender 250 mil jovens de forma gradual, fazendo-se o pagamento de bolsa para 61.140 jovens em situação de risco. Essa proposta dá esperança aos vários jovens que se apresentam todos os anos – de um milhão e meio a dois milhões, segundo os dados que recebemos e que não são precisos – aptos a entrarem no mercado de trabalho.

Por isso, defendo o investimento no chamado ensino profissional, o incentivo ao primeiro emprego e o incentivo também a uma política para as empresas que, efetivamente, contratem pessoas com mais de 45 anos, sem demitir os atuais trabalhadores. Por quê? Recebi inúmeras cartas em meu gabinete, de pais de família preocupados com o Primeiro Emprego. Salientam a importância do programa, mas lembram que pessoas de 45, 50 anos, como eles, são discriminados no mercado de trabalho.

Portanto, entendo que temos de trabalhar por duas vias: a do primeiro emprego e – não diria do último emprego – também do emprego para pessoas de mais de 45 anos.

Ao mesmo tempo em que cumprimento essa medida, positiva para a nossa juventude, chamo a atenção da Casa para um projeto que tive a ousadia de apresentar, e que alguém poderá dizer que se trata de um projeto muito bom para as empreiteiras e construtoras. De que trata o meu projeto, que já está na Comissão de Assuntos Econômicos? Proponho que todo o rendimento da poupança ou a maior parte dele, pelo menos, como já foi no passado, seja destinado à construção de casas próprias, principalmente para os trabalhadores de baixa renda. Hoje, o dinheiro entra na poupança e vai para a especulação. Queremos que os bancos não possam usar o dinheiro da poupança para especulação financeira; ou seja, quem aplica na poupança ganha o correspondente a 1%, e o banqueiro, na sua aplicação, ganha de 10% a 15% ao mês – mais ou menos os juros do cheque especial. Agora, se o dinheiro da poupança for investido na construção de casas para o trabalhador de baixa renda, com certeza, poderíamos estar gerando – podemos até exagerar, sem chegar aos 10 milhões que prometeu o Governo Lula, que pretende conseguir isso ao longo da caminhada –, de imediato, de 1 a 2 milhões de novos empregos, como se fazia na fórmula original. É a isso que o meu projeto remete, a investimentos para a construção de casas para trabalhadores considerados de baixa renda.

Sr. Presidente, ao concluir o meu pronunciamento, gostaria de me somar às manifestações neste plenário do Líder Tião Viana, do Líder Arthur Virgílio, e, diria, de quase a totalidade dos Senadores que usaram a palavra no dia hoje, manifestando a minha solidariedade à nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento, cuja execução é iminente. Esse assunto foi trazido pelo Líder Arthur Virgílio e me interessei pelo assunto; na verdade, refere-se a um país que tem tudo a ver com as minhas raízes, a Nigéria. O Presidente Fernando Henrique conseguiu o adiamento da execução, mas, agora, de novo, ela está no corredor da morte para ser executada.

Aqui faço o mesmo apelo que os Líderes de todos os partidos já fizeram: que o Presidente Lula faça contato com o Presidente da Nigéria, por telefone, carta, telegrama, **e-mail**, pedindo que esse ato contra a humanidade seja revisto. A companheira Amina Lawal foi inclusive estuprada, conforme o relatório que ouvi aqui dos Líderes, e agora está para ser executada. Fica aqui este apelo, de público.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa – acompanhei também o pronunciamento de V. Ex^a –, temos certeza de que deveríamos fazer aqui um grande debate, quem sabe uma audiência pública, aqui neste plenário, sobre a questão do desemprego, que está, de fato, assustador. Os dados do Dieese divulgados ontem mostram que o desemprego aumentou nesse mês de junho em relação aos meses de maio e abril. Eu tomaria a liberdade de dizer que é difícil encontrar-se uma família neste País que não tenha alguém desempregado. É triste, é assustador, porque sabemos que o próprio desemprego acaba sendo um componente que, infelizmente, contribui para o aumento da violência. Tomo a liberdade de deixar essa matéria para debate. Deveríamos fazer uma audiência pública no plenário do Senado, chamando os Ministros das áreas correspondentes e as centrais sindicais, para debatermos o desemprego.

Creio que todos aqui entendemos que a taxa de juros tem de diminuir; que é importante a reforma agrária; que queremos mais investimento na produção, com certeza absoluta; que devemos incentivar a política de exportação, mas numa ótica de que estejamos contribuindo, aqui no Poder Legislativo, com o próprio Presidente da República, em políticas que, efetivamente, ajudem o crescimento. Assim, poderemos sinalizar para milhões de brasileiros, que estão a olhar para o poder central, com respostas para o desemprego.

Termino dizendo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a principal meta do nosso Governo, neste momento, deve ser o combate ao desemprego.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, confirmando a fidelidade que sempre manteve com as suas origens e os compromissos assumidos durante a vitoriosa campanha que o conduziu ao Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou no meio desta semana o Programa Primeiro Emprego - que tem por objetivo criar postos de trabalho para os jovens brasileiros na faixa dos 16 aos 24 anos de idade.

Além de manter-se fiel às suas origens e aos compromissos de campanha, o Presidente Lula fez também profissão de fé na democracia ao submeter o Programa à apreciação do Congresso Nacional, em forma de projeto de lei. Poderia o Presidente tê-lo criado por meio de Medida Provisória, mas o respeito que tem a esta Casa fez com que enviasse a proposta para que aqui seja analisada e se for o caso até mesmo aperfeiçoá-la.

O lançamento do Programa coincidiu com a divulgação, pelo DIEESE, da taxa de desemprego apurada em maio na Grande São Paulo que ficou em 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA). É a maior taxa desde 1985, quando o estudo começou a ser feito, batendo o recorde pelo segundo mês consecutivo. Esse percentual significa um contingente de 1,959 milhão de desempregados na região - 18 mil a mais do que em abril. Frente a maio de 2002, são 104 mil desempregados a mais.

Diante desses números, muita gente se perguntará por que o governo está preocupado em criar empregos para jovens quando há tantos pais de famílias desempregados. A resposta pode ser extraída do pronunciamento do Presidente Lula por ocasião do lançamento do Programa. Ele disse que o foco no primeiro emprego é porque a juventude brasileira vive hoje o maior momento de angústia e incerteza de todos os tempos.

A meninada de hoje tem menos oportunidade do que eu tive há 45 anos. A juventude é um ajuntamento de pessoas que não vêem perspectiva, que não acreditam em sindicato, religião ou partido político - disse o presidente.

Segundo os dados do governo, é na faixa de idade abrangida pelo Programa que se encontra a maior parte da população carcerária e também de desempregados. Ao contrário do que se diz, isso mostra que o governo está de olho nos elevados índices de desemprego e violência.

O Programa traz em seu bojo uma grande novidade, com a marca característica de um governo do Partido dos Trabalhadores: para evitar que haja desvios em um programa governamental para o qual serão concedidos incentivos fiscais, o Primeiro Emprego proíbe a contratação de jovens que sejam parentes de empregados ou de sócios de empresas ou ainda de dirigentes de entidades que aderirem ao programa.

Tem por alvo jovens de 16 a 24 anos de baixa renda das dez maiores capitais do país e o aspecto positivo de quebrar o círculo vicioso para o jovem que não consegue emprego porque não tem experiência e, exatamente por isso, nunca consegue tê-la. O governo vai repassar R\$ 200 mensais às empresas para pagar o salário dos contratados. O empregador adicionará R\$ 40 e vai arcar com os encargos trabalhistas.

Nos primeiros seis meses, a previsão é atender 250 mil jovens de forma gradual e o pagamento de uma bolsa para 61.140 jovens em situação de risco. A prioridade será para os negros, mulheres e egressos de Febens e de presídios, entre os quais há as maiores taxas de desemprego juvenil.

Outra característica do Programa é que ele não saiu de uma cartola qualquer do Executivo Federal. Sua primeira versão foi discutida com os secretários estaduais do Trabalho e no dia do seu lançamento foi apresentado pelo ministro Jaques Wagner aos governadores que compareceram ao Palácio do Planalto para uma reunião com o Presidente Lula.

O ministro do Trabalho informou que o governo já recebeu a adesão de várias empresas privadas, que se comprometeram a empregar seis mil jovens, sem contrapartida do governo federal.

Mas apesar dos cuidados que o próprio Programa se reveste, precisamos estar atentos para que o uso indevido do incentivo fiscal que estará sendo concedido para a solução de um problema, venha de fato provocar outro, que seria a substituição de trabalhadores experientes, chefes de família, por jovens que estão em busca de sua primeira oportunidade de trabalho.

Em entrevista à rádio CBN, um dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) admitiu que o perfil de contratação da indústria deverá mudar: as empresas deixarão de contratar

profissionais experientes para contratar iniciantes, por causa do subsídio governamental.

Diante dessa manifestação, está clara a necessidade de monitoramento do Programa para que não ocorra o chamado "efeito de substituição", com a troca de um empregado adulto por um jovem, pago com subsídio governamental.

Para impedir que isso ocorra, o Ministério do Trabalho e os sindicatos devem estar atentos, fiscalizar, denunciar e punir quem fizer uso indevido dos recursos. Se esse acompanhamento for feito com cuidado, podemos evitar que a criação do primeiro emprego para o jovem acabe se tornando no último emprego para os trabalhadores mais experientes.

Aliás, nesse sentido tenho manifestado minha preocupação. E da mesma forma que o governo propõe agora incentivos para o primeiro emprego, por meio do Estatuto do Idoso - projeto de nossa autoria quando Deputado Federal que se encontra na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados pronto para votação, uma vez que foi incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional - temos uma proposta estabelecendo uma cota de 20% do total de empregos de uma empresa para trabalhadores com idade superior a 45 anos.

O Programa Primeiro Emprego é mais um esforço do governo, que eu classificaria de muito positivo, para a abertura de novos postos de trabalho, mas todos nós sabemos que só a retomada do crescimento da economia do país permitirá também a recuperação dos milhões de empregos que foram destruídos na última década.

Esses novos empregos só começarão a ser gerados quando começar o espetáculo do crescimento anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o primeiro ato, os passos iniciais já foram dados, com o controle da inflação, a flexibilização das metas de inflação, a recuperação do chamado Risco Brasil e o início da redução das taxas de juros.

"Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo", afirmou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu discurso de lançamento do Programa Primeiro Emprego. Nós acreditamos piamente na sinceridade dessas palavras e na fidelidade do Presidente com os trabalhadores brasileiros e por isso aguardamos ansiosos a abertura das cortinas para aplaudir esse espetáculo com o qual todos nós sonhamos.

Antes de concluir gostaria de apresentar uma síntese do Programa Primeiro Emprego e solicitar a inclusão, como parte integrante desse pronunciamento, do discurso proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do lançamento do Programa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

Voltado para jovens desempregados ou que buscam o primeiro emprego, entre 16 e 24 anos, de baixa escolaridade e baixa renda (renda familiar **per capita** de até meio salário-mínimo mensal). Numa primeira etapa, serão atendidos os jovens que já se inscreveram nos Sines há seis meses.

Incentivos: Transferência para empregadores: As empresas com faturamento anual igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão vão receber por mês R\$ 200 para cada jovem contratado, durante seis meses. Para as empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão por ano, o repasse será de cem reais. Em contrapartida, essas empresas terão que manter o jovem empregado por mais seis meses, inteirar o que falta para completar o salário-mínimo e pagar os encargos sociais. Elas também não poderão reduzir o quadro de pessoal. Ou seja, se a empresa demitir terá que contratar outro para a vaga e ainda terá que exigir frequência escolar dos novos contratados. A meta do governo é empregar 260 mil jovens em um ano. Para isso, o Tesouro Nacional vai liberar R\$ 234 milhões até junho de 2004. Só este ano, serão liberados R\$ 139 milhões.

Trabalho Comunitário: O governo vai dar uma bolsa no valor de R\$ 150, durante seis meses, para os jovens em situação de risco que queiram desenvolver trabalho comunitário, por meio expediente. A intermediação será feita por organizações não-governamentais (ONGs), e o repasse será feito diretamente aos jovens. O objetivo é oferecer capacitação a esses jovens. Para isso, eles terão que estudar e fazer curso de qualificação. A meta do governo é atender a 50 mil jovens. Os recursos também virão do Tesouro e serão da ordem de R\$ 90,7 milhões (até junho de 2004), abrangendo o custo do treinamento, que será de R\$ 915 por cada jovem.

Jovem Empreendedor: Aqueles que quiserem montar um negócio próprio, na forma individual ou coletiva terão ajuda do governo, tanto no acesso ao crédito, quanto na qualificação e assistência técnica. Para qualificação, o governo vai repassar às entidades conveniadas ao Ministério do Trabalho R\$ 27 milhões do Tesouro Nacional, até junho do ano que vem. Também será criada uma linha especial do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que pode chegar a R\$ 170 milhões. Os limites de empréstimos por pessoa vão variar de acordo com o ramo e a natureza do jurídica do negócio. A taxa será a TJLP (12%), mais juros entre 2% e 3% ao mês. Haverá prazo de carência e não será necessário apresentar garantia às instituições financeiras. Os detalhes da linha de financiamento estão sendo negociados com o FAT. A meta do governo é realizar 30 mil operações neste ano.

Estímulo à Responsabilidade Social: As empresas que participarem do programa, sob a ótica da responsabilidade social, ou seja, sem a contrapartida do governo, vão receber um certificado.

**ÍNTEGRA DO DISCURSO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

“Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney,
Presidente do Congresso Nacional,

Excelentíssimo Senhor Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados,

Companheiros e companheiras Ministros e Ministras aqui presentes,

Companheiros Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas,

Governadores e Governadoras,

Aliás, quero registrar, aqui, mais uma excepcional reunião de que os Governadores participaram, me proporcionando a certeza de que a democracia vai de vento em popa no nosso país.

Quero agradecer a presença de todos os Governadores, no ato de agora e na reunião que fizemos pela manhã. Quero, sobretudo, dizer que o Jaques Wagner tem alguma coisa a mais, porque conseguiu trazer, praticamente, todos os Ministros e ainda conseguiu fazer o Palocci abrir o caixa.

Companheiro José Dirceu,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Jaques Wagner,
Dona Maria de Fátima, sua esposa,

Wagner, quero começar lhe dando os parabéns. O Wagner trabalhou praticamente cinco meses e meio nesse programa. Ouviu vários setores da sociedade, conversou com muitos empresários, conversou

com muitos Governadores, com Prefeitos de cidades importantes deste país.

Esse Programa nós iríamos lançá-lo no mês passado e, por exigência do companheiro Wagner, nós esperamos para lançá-lo hoje, para poder aperfeiçoar ainda mais o trabalho que a sua equipe tinha feito.

Eu diria que, hoje, nós estamos dando um passo excepcional, para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive hoje. E a verdade é que não é um compromisso só do Presidente da República ou do Ministro do Trabalho, ou, individualmente, de qualquer pessoa. Gerar empregos passa a ser uma responsabilidade coletiva. E gerar empregos para jovens é mais do que uma responsabilidade coletiva: é a gente plantar, hoje, o futuro que precisamos colher amanhã.

Se nós analisarmos quanto custa um adolescente, numa dessas instituições de recuperação que existem nos Estados, como a FEBEM lá em São Paulo ou em outro Estado; se nós analisarmos quanto custa cuidar de um preso no Brasil, hoje, nós vamos perceber que estaremos investindo muito pouco, por mais que tenhamos e que venhamos a investir dinheiro, será muito pouco, diante do resultado que poderemos colher com a geração de empregos para a juventude.

E por que geração de empregos para a juventude e não geração de empregos como um todo? Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo. E eu não tenho dúvida de que é também dos Governos estaduais todos, dos Prefeitos, todos, dos Deputados e Senadores todos, dos Ministros todos e de todas as pessoas que têm responsabilidade no nosso país.

Por que, então, priorizar com o nome Primeiro Emprego o lançamento de hoje? É porque a juventude brasileira vive, possivelmente, o maior momento de incerteza e de angústia que a juventude brasileira já viveu. Nós temos a responsabilidade, enquanto governantes, mas, também, eu diria, toda sociedade civil brasileira, de não permitir que o narcotráfico e que o crime organizado possam conquistar um jovem ao invés de o Estado conquistá-lo.

E todas as pesquisas e estudos científicos já demonstraram que grande parte da juventude, por falta de políticas públicas, cai na criminalidade; é exatamente a constatação de que essas pessoas não tiveram oportunidade de estudar, de que o Estado não lhes ofereceu escola, não ofereceu creche, não ofereceu área de lazer e tampouco lhe

ofereceu oportunidade de trabalhar e de aprender uma profissão.

Por isso, qualquer recurso que nós gastarmos para gerar emprego para um jovem ainda será barato até diante do custo de um emprego hoje no Brasil. Dependendo da indústria, o emprego saía muito caro ao país. E mesmo assim, nós achamos que é vantajoso e precisamos incentivar que mais indústrias possam gerar mais empregos.

Por isso quero começar agradecendo, também, às empresas que já acordaram com o companheiro Wagner e ele já anunciou aqui, de imediato, 6 mil empregos já contratados com empresas que fizeram convênios com o Ministério do Trabalho.

Seis mil empregos, de começo, podem ser pouco, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que muitos empresários brasileiros vão assinar acordo com o Ministério do Trabalho. Como eu não tenho dúvida, Wagner, de que muitas Prefeituras no Brasil vão fazer acordo com o Ministério do Trabalho. Até porque quando a gente pensa no emprego para o jovem, a gente pensa na obrigatoriedade deste jovem trabalhar, mas não parar de estudar, porque o objetivo é garantir que ele continue estudando.

Segundo, é que o emprego para esse jovem pressupõe que ele aprenda uma profissão. Pressupõe que quem o contratar tenha como compromisso, também, não apenas pagar o pequeno salário, mas também formá-lo profissionalmente. Ou seja, na verdade, é dar a oportunidade a todo ser humano para vencer na vida. Quem de nós aqui não teve uma oportunidade? Quem de nós aqui não teve a primeira chance? Quem de nós aqui não poderia servir de exemplo para milhões e milhões de jovens que estão pela periferia dos grandes centros urbanos à procura de uma oportunidade que hoje não tem, porque uma jovem ou um jovem, quando sai para procurar emprego, hoje a primeira pergunta que lhe fazem é se tem experiência.

Mas, se nunca trabalhou, como é que pode ter experiência? A segunda pergunta que fazem é se tem o segundo grau completo. Se não tiver, não tem chance. Então, nós precisamos profissionalizá-los para garantir que essas pessoas tenham uma profissão e possam arrumar emprego em qualquer lugar do Brasil em que quiserem trabalhar.

O Primeiro Emprego é, na verdade, a primeira possibilidade que a gente tem de dar oportunidade de as pessoas conquistarem a sua cidadania. Até porque está muito mais difícil do que no nosso tempo, ou do que no meu tempo de jovem. Muito mais complica-

do. Eu diria que a meninada de hoje tem menos possibilidade do que eu tive, 45 anos atrás.

E cabe a nós, Estado brasileiro; cabe a nós, empresários brasileiros, cabe a todos nós, políticos brasileiros, criarmos as condições para que as oportunidades possam se apresentar diante dos olhos das nossas meninas e dos nossos meninos.

E se nós estamos lançando o Primeiro Emprego hoje, uma proposta condensada com números, uma proposta trabalhada com muita gente, é porque temos a certeza de que essa proposta será capaz de sensibilizar a sociedade brasileira para o tema da geração de empregos.

Essa menina que prestou depoimento aqui, do Rio Grande do Sul, e outros milhares que, por outros Estados, como os do Maranhão, que me entregaram os documentos aqui, são pessoas que alguém conseguiu tirar do caminho da criminalidade, do caminho do narcotráfico ou do caminho do desespero, pois é o desespero que leva uma criança a fazer coisas que não gostaria de fazer. Desespero levado pelo desemprego da mãe, desespero levado pelo desemprego do pai; desespero porque, depois de fazer o segundo grau, não tem dinheiro para pagar uma faculdade particular; desespero por chegar no final de semana e não ter um centavo para poder participar de uma festa, para ir num cinema, para ter uma atividade cultural. E tudo isso é um acúmulo de problemas que vai levando o jovem ao desespero.

Eu digo isso porque quem já ficou desempregado, neste país, sabe que o desemprego é como uma das doenças crônicas do ser humano. Não tem nada que possa dar maior prazer a um ser humano do que trabalhar, no final do mês receber o seu salário e poder gastar o seu dinheirinho, ajudando a família ou ajudando a si próprio.

E até porque, hoje, as nossas meninas e os nossos meninos, muitas vezes, não gostam nem de pedir dinheiro para o pai ou para a mãe, porque antes de receber o dinheiro recebem um discurso, que o pai e mãe não têm dinheiro. Então, isso, às vezes, deixa a pessoa ainda... A Mariana riu, é porque deve acontecer com o Jaques Wagner.

A verdade é que isso vai deixando a juventude sem nenhuma condição de acreditar que alguém vai fazer alguma coisa por ela. Muitos jovens não acreditam, hoje, em política, não acreditam em sindicato, não acreditam em religião. Ou seja, é um ajuntamento de pessoas que não vêem perspectivas.

E essa proposta de Primeiro Emprego vem dar, para essa juventude, a certeza de que nós começa-

mos a trilhar um caminho. E que, se estamos começando com 250 mil, é plenamente possível chegar a 500 mil ou a muito mais. Vai depender, Wagner, da nossa capacidade de convencimento da sociedade, vai depender da sensibilidade dos Governadores, da sensibilidade dos Prefeitos, da sensibilidade dos empresários. E da nossa sensibilidade de entender que essa tarefa é uma tarefa prioritária, que deve permear o comportamento de cada Ministro deste Governo.

Nas mais diferentes áreas do Governo, cada ação do Ministério tem que ser pensada sempre na possibilidade de gerar uma oportunidade de trabalho para uma menina ou para um menino.

E eu acho que, se nós levarmos isso a sério, como estou percebendo na fisionomia de cada um de vocês, certamente nós estaremos dando, para as futuras gerações, a certeza de que em algum dia, neste país, a gente fez uma opção de preferir investir na educação ou no emprego do que em construir prisões por este país. O Ministro da Justiça sabe a quantidade de reivindicações que existem hoje no Brasil para a gente construir prisões. E cada vez mais as prisões exigidas são prisões de segurança máxima, portanto, cada vez mais se gasta para punir os criminosos deste país.

Se este programa for executado com carinho, como eu sonho que ele deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política da alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: que era muito mais barato a gente investir na educação e no emprego do que investir nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista.

Eu acho, meus companheiros e companheiras, que o Wagner disse uma frase muito importante, com que eu quero terminar. Não vamos aqui ficar preocupados com "de quem é a idéia". Não vamos ficar preocupados com "quem foi que fez a proposta". Nós estamos fazendo um projeto de lei que pode ser discutido no Congresso Nacional. Um assunto dessa envergadura poderia ser tratado por uma medida provisória, mas, até para permitir que haja um debate maior, vamos fazer um projeto de lei e vamos debater. A nós não interessa amanhã ou depois de amanhã fazermos DNA para saber quem é o pai do Primeiro Emprego. Se eu pudesse pedir a Deus, eu pediria que este seja o filho de uma imensa coletividade que conseguiu produzir sem nenhuma vaidade pessoal, sem nenhum interesse menor, sem nenhum interesse político-eleitoral, uma proposta que nos permitisse olhar os nossos filhos nos olhos, olhar nossas crianças

bem no fundo dos olhos e dizer para eles: estamos apenas fazendo a nossa obrigação, dando a vocês a oportunidade que nós, políticos, tivemos, que nós recebemos de nossos pais. Isso é o mínimo que nós poderemos fazer pela juventude brasileira. Portanto, é nossa obrigação estarmos preocupados com vocês para que vocês possam se preocupar com aqueles que virão depois, depois e depois.

Por isso, meu querido Jaques Wagner, que já foi sindicalista, ainda é sindicalista não-militante porque é Ministro e não pode militar no sindicato, agora; que já foi lutador das boas causas democráticas deste país, que já foi Deputado e que agora virou Ministro do Trabalho, você está conseguindo colocar em prática o sonho que você alimentou toda a sua vida política e um sonho dos discursos que você fazia no movimento sindical: "porque o Governo tem que fazer isto, porque o Governo tem que fazer aquilo". Pois bem, agora você é Governo, a bola está com você, "divirta-se" e gere os empregos que este país precisa que sejam criados.

Meus parabéns, Jaques Wagner."

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Os cinco minutos, Sr. Presidente, não serão necessários. Gostaria apenas de me associar, me incorporar à preocupação defendida e esposada aqui por muitos Líderes com relação à nigeriana Amina Lawal, cujo caso voltou à baila. É um absurdo! O mundo todo entende dessa forma. Da mesma maneira que os outros Líderes também já o fizeram, gostaria de encarecer ao Presidente Lula que intercedesse junto ao governo nigeriano a favor de Amina Lawal. Há pouco o Senador Tião Vianna me dizia que também já demonstrou a sua preocupação e está disposto a fazer qualquer gesto para que se repita o que o governo anterior fez em defesa da nigeriana condenada. Se for o caso, deve-se telefonar mesmo e colocar, de novo, o Brasil como alternativa de asilo político. Esse crime e essa pena devem ser contestados, deve-se demonstrar o que o País pensa exatamente como pensa o Congresso Nacional, que hoje já marcou sua posição.

Era, em síntese, a minha preocupação e a razão da intervenção que acabo de fazer.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da

presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para que fosse publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, transmito hoje ao Ministro dos Transportes, Anderson Adauto Pereira, apelo que ouvi, em recente viagem ao Amazonas, do Prefeito Rômulo Barbosa Mattos, e da Vereadora Nilde Clementino de Araújo, Presidente da Câmara Municipal, ambos de Envira, localizado nas proximidades da divisa do meu Estado com o Acre.

O apelo me foi feito em documento que traz também a assinatura dos Vereadores de Envira, José Adalberto Souza da Silva (vice-presidente), Raimundo Teixeira de França (1º secretário), Erotildes Pereira de Souza (2ª secretária), Davi Cláudio da Silva, Ilma Maria F. de Lima, Maria Olinda Gurgel, Sebastião Ferreira de Lima e Valdeusmar Farias de Lima.

O pedido refere-se à possibilidade de construção de uma rodovia para ligar Envira, no Amazonas, a Feijó, no Acre, numa extensão de 96 quilômetros. A postulação sensibilizou-me profundamente, sobretudo por um fato: Envira e Feijó são interligados atualmente apenas por via fluvial, num percurso demorado e que encarece o frete para o transporte de mercadorias entre os dois municípios.

Ademais, Senhor Presidente, a atual ligação, fluvial, entre Envira e Feijó só é viável em alguns meses do ano. Nos demais, isto é, na estação das cheias, a ligação de Feijó alcança apenas até o município de Eirunepé, não sendo necessário ressaltar os transtornos que isso traz às populações daquela área.

Envira é um importante centro produtor agrícola do Amazonas e está localizado na área da chamada Zona Franca Verde, ressentindo-se de uma rede de vias de transporte compatível com o nível da economia local.

Endosso o pedido de Envira. É um pedido justo. De um município que produz riquezas. E que anseia por meios para o escoamento de sua produção.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.


(Levanta-se a sessão às 12 horas e 31 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 075, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE: prorrogar até 30 de setembro de 2003, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 021/99-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2003.

Senado Federal, 04 de julho 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4195, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal nº 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº **009876/03-0**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 3777, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal nº 2761, de 29/05/2003, que nomeou **EDGAR TAVARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.

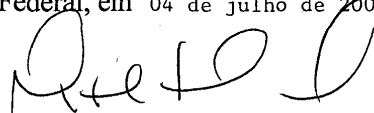

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4196 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001615/03-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OTÁVIO MAX GOMES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 32869, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.



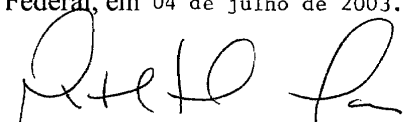
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4197 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001615/03-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO RAIMUNDO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4198 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009880/03-8**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3775, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2761, de 29/05/2003, que nomeou **MARCELO DUARTE DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.



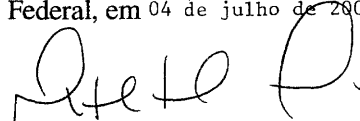
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4199 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012310/03-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCONI SERGIO DE AZEVEDO PIMENTEIRA**, matrícula n.º 34348, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Iris Araújo.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.



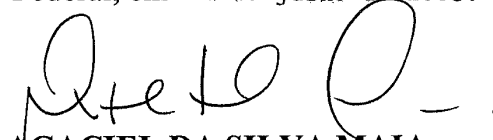
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4200 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012309/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO DE FARIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Iris Araújo.

Senado Federal, em 04 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

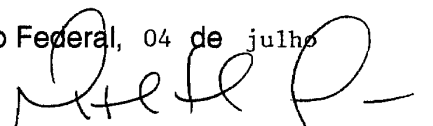
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4201 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **CARLOS EDUARDO MARQUES**, matrícula **3528**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO**, Símbolo **FC-6**, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Educação e Publicações, **segundo turno**, com efeitos financeiros a partir de **01 de julho de 2003**.

Senado Federal, 04 de julho

de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4202 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **WESLEY GONÇALVES DE BRITO**, matrícula **3499**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE GABINETE**, Símbolo **FC-7**, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de **01 de julho de 2003**.

Senado Federal, 04 de julho

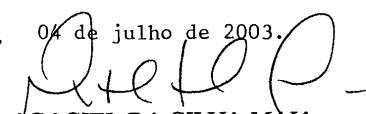
de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4203 , de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 014194/02-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/4 (um quarto) da pensão temporária concedida a CLEIDSON DA SILVA PEREIRA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para CLEISSON PEREIRA DA SILVA, na condição de filho menor, alterando a cota da pensão temporária de 1/4 (um quarto) para 1/2 (um meio), e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA DO SOCORRO DA SILVA, na qualidade cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio), conforme Ato do Diretor-Geral n.º 1310, de 2002, publicado no DSF do dia 20/12/2002, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO, matrícula 03624, a partir da data da maioridade, 07/06/2003.

Senado Federal, 04 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA**Diretor-Geral**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**
TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

MINORIA (PFL/PSDB)

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
--------------------	--------------------

PPS(*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
-----------------------	-----------------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Carlito Merz-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC

PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ

PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ

PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO
----------------------------	------------------------

PTB

Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR
----------------------	----------------------------

PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
--------------------	--------------------

PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
-------------------	------------------------

PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
------------------	-----------------------

PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO
--------------------	---------

PC do B

Vanessa Grazziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE
-----------------------	-------------------------

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN



EDIÇÃO DE HOJE: 116 PÁGINAS